

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTEFLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

A REPRESENTAÇÃO DE SI E DO OUTRO: UM OLHAR SOBRE AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DO BAIRRO NOVO
JOCKEY

MYLENA GOMES FERNANDES

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

MARÇO 2023

MYLENA GOMES FERNANDES

A REPRESENTAÇÃO DE SI E DO OUTRO: UM OLHAR SOBRE AS
REPRESENTAÇÕES SÓCIAIS DE MORADORES DO BAIRRO NOVO JOCKEY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestra em Sociologia Política.

Orientadora Profa. Dra. Caterine Reginensi.

CAMPOS DOS GOYTACAZES RJ
MARÇO 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

F363

Fernandes, Mylena Gomes.

A REPRESENTAÇÃO DE SI E DO OUTRO : UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DO BAIRRO NOVO JOCKEY / Mylena Gomes Fernandes. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

98 f.

Bibliografia: 93 - 96.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientadora: Caterine Reginensi.

1. Representações sociais. 2. Campos dos Goytacazes. 3. etnografia. 4. espaço social. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

A REPRESENTAÇÃO DE SI E DO OUTRO: UM OLHAR SOBRE AS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DO BAIRRO NOVO JOCKEY

MYLENA GOMES FERNANDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política, do Centro de Ciências do Homem,
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de
Mestra em Sociologia Política.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda
Universidade Candido Mendes – UCAM



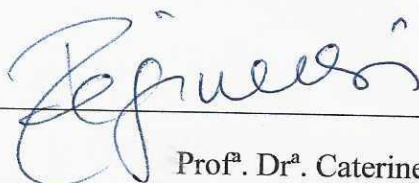
Profª. Drª. Teresa de Jesus Peixoto Faria
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF



Dr. Sérgio Arruda de Moura
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF



Profª. Drª. Wania Amélia Belchior Mesquita
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF



Profª. Drª. Caterine Reginensi
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Orientadora)

DEDICATÓRIA

*À Ana, minha mãe, por acreditar que seria possível antes
mesmo do meu ser desejar.*

AGRADECIMENTOS

Neste momento, recordo-me de inúmeras faces, vozes e energias que estiveram presentes em minha trajetória acadêmica, como meus familiares, amigos e colegas de trabalho. No entanto, não há dúvidas de que neste único texto não cabem os nomes de todos que me ajudaram; sendo assim, agradeço inicialmente de forma geral aqueles que contribuíram para a realização desta pesquisa, sobretudo, a onipresença divina, tão questionável quanto consoladora.

De maneira mais específica, agradeço à minha querida orientadora, professora Caterine Reginensi, por permitir que este processo não se tornasse um fardo, mas uma lente sobreposta à bela existência de inúmeras formas de expressão do conhecimento.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, pela possibilidade que me foi dada de contribuir para a ciência.

No mais, meus sinceros agradecimentos aos moradores do bairro Novo Jockey, que aceitaram participar da pesquisa. Afinal, sem os mesmos não seria possível a realização deste trabalho.

RESUMO

FERNANDES, Mylena Gomes. *A Representação de Si e do Outro: Um olhar sobre as representações sociais de moradores do bairro Novo Jockey*. 2023. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2023.

Considerando ser o cenário das relações socioespaciais demandante de constante atualização dos conhecimentos produzidos sobre o mesmo, reconhecemos a relevância de reflexões voltadas para a forma como determinado espaço social é concebido por seus ocupantes, a partir de suas interações e representações, sendo este espaço constituído em bairro periférico formado por diferentes tipologias residenciais. Neste sentido, a presente dissertação reflete sobre a visão de Si e do Outro pela perspectiva dos moradores do bairro Novo Jockey, no município de Campos dos Goytacazes-RJ. As pontuações de análises da pesquisa foram realizadas com embasamento nas representações sociais dos residentes do conjunto habitacional, instituído pelo Programa municipal Morar Feliz; dos moradores de um condomínio fechado, bem como daqueles que residem nas casas em rua pública. A pesquisa, delineada pela abordagem qualitativa foi realizada entre abril de 2021 e agosto de 2022, tendo como principal inspiração a pesquisa etnográfica. Utilizamos, ainda, a ferramenta da observação participante e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os moradores do referido bairro. Através do processo de análise, identificamos a presença de representações pejorativas dos moradores em relação aos seus vizinhos de diferentes tipologias habitacionais, fato que tende a influenciar a ausência de vínculo entre esses moradores e, conseqüentemente, o distanciamento entre eles e o direito à cidade, como um direito coletivo de mudança.

Palavras-Chave: Representações sociais; Campos dos Goytacazes; etnografia; espaço social.

ABSTRACT

FERNANDES, Mylena Gomes. *The Representation of Self and the Other: A look at the social representations of residents of the Novo Jockey neighborhood*. 2023. Dissertation (Master in Political Sociology) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2023.

Considering the scenario of socio-spatial relations demanding constant updating of knowledge produced about it, we recognize the relevance of reflections focused on how a particular social space is designed by its occupants, being this space constituted in peripheral neighborhood formed by different residential typologies. In this sense, this dissertation reflects on the vision of the Self and the Other from the perspective of the relationships built between residents of the Novo Jockey neighborhood in the municipality of Campos dos Goytacazes-RJ. The analysis scores of the research were based on the social representations of the residents of the housing complex, established by the Morar Feliz Municipal Program; of the residents of a closed residential condominium, as well as those residing in the houses on the public street. The research, outlined as a qualitative research, was carried out between April 2021 and August 2022, with ethnographic research as the main possibility. We also used the tool of participant observation and the application of semi-structured interviews with the residents of the neighborhood. Through the process of analysis, we identified the presence of pejorative representations of residents in relation to their neighbors of different housing typologies, a fact that tends to influence the lack of link between these residents and the right to the city, as a collective right of change.

Key-words: Social representations; Campos dos Goytacazes; ethnography; social space.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –Mapa da Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro P. 26

FIGURA 2 –Mapa das Regiões urbanizadas em Campos dos Goytacazes P.34

FIGURA 3 – Mapa bairro Novo Jockey P.35

FIGURA 4 – Mapa da Avenida Rosa Montezano de Oliveira P.54

FIGURA 5 – Fotografia realizada durante observações do trabalho: Calçada de uma casa em rua pública na Av. Rosa Montezano de Oliveira P. 57

FIGURA 6 – Fotografia realizada durante observações do trabalho: Faixa pendurada na entrada da Av. Rosa Montezano de Oliveira P. 66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	P.11
PERCURSO METODOLÓGICO.....	P.12
CAPÍTULO 1- DINÂMICAS SOCIAIS ESPACIAIS.....	P.15
1.1 O Espaço social.....	P.15
1.2- Processos de exclusão socioespacial brasileiro.....	P.18
CAPÍTULO 2- FORMAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL PESQUISADO.....	P.24
2.1 Campos Dos Goytacazes- Aspectos Históricos e de organização espacial.....	P.24
2.2- História do Bairro Novo Jockey a partir de suas diversidades habitacionais.....	P.32
2.3- As Relações De Poder E O Usufruto Da Cidade.....	P.38
CAPÍTULO 3- REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO JOCKEY.....	P.47
3.1- Perspectivas conceituais das representações sociais.....	P.47
3.2- O cotidiano do bairro através dos encontros.....	P.51
3.3- Representações Sociais de moradores das diferentes tipologias residenciais do Novo Jockey.....	P.68
3.4- Apontamentos sobre Relações Construídas No Bairro Novo Jockey	P.82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	P.90
REFERÊNCIAS.....	p.93
ANEXOS.....	P.97

INTRODUÇÃO

A presente dissertação almeja incitar reflexões a respeito de saberes que são formulados no cotidiano das relações instituídas por moradores do bairro Novo Jockey, localizado no município de Campos dos Goytacazes-RJ, e que tendem orientar a maneira como estes percebem a Si e ao Outro, bem como as formas de compreender o próprio espaço de convivência.

As pontuações de análises que serão descritas durante o trabalho foram impulsionadas pela pesquisa qualitativa que abordou as representações sociais de residentes do bairro Novo Jockey. Neste sentido, os sujeitos da pesquisa são os moradores de determinado conjunto habitacional, instituído pelo Programa municipal Morar Feliz, e seus vizinhos do entorno, sendo eles os moradores de um condomínio fechado e aqueles que residem nas casas em rua pública.

Perante o exposto, inferimos que a realização deste trabalho teve como objetivo aproximar-se das representações sociais dos sujeitos envolvidos na relação socioespacial do território em questão. Sendo os objetivos específicos compostos pela averiguação que buscou analisar as relações instituídas entre residentes do bairro Novo Jockey; Caracterizar as representações dos moradores sobre o bairro que vivem; Identificar a existência, ou inexistência, do sentimento de pertencimento ao bairro Novo Jockey considerando as relações de vizinhança.

Para tanto, a escolha do bairro ocorreu inicialmente por ser este um espaço que possui relativa diversidade de configurações residenciais, fato que oferece a sistematização da análise de vozes daqueles que vivem em diferentes modelos habitacionais e compartilham o mesmo espaço de convivência. No mais, consideramos como reforçador da escolha pelo bairro as referências bibliográficas anteriormente elaboradas a respeito do Novo Jockey.

De modo menos abrangente, foi delimitado como recorte espacial a Av. Rosa Motezano no bairro Novo Jockey, também conhecida pelos moradores “como rua principal” ou “rua do ônibus”. A escolha pela avenida ocorreu devido a mesma abarcar um condomínio fechado, casas em rua pública e algumas ruas do conjunto habitacional, favorecendo, dessa maneira, a possibilidade dos encontros com os sujeitos escolhidos para pesquisa.

O problema central da pesquisa consiste em identificar se, após pouco mais de uma década de criação do conjunto habitacional, ocorre à manutenção das formas de segregação

pontuadas em pesquisas anteriores que foram direcionadas aos moradores do conjunto habitacional, bem como se as mesmas interferem na maneira como os moradores percebem o bairro.

A hipótese inicial considera o fato das representações sociais não serem fenômenos imutáveis e estáveis, neste sentido, nossa suposição está na transformação das representações sociais dos residentes do bairro através de suas vivências cotidianas, que tenderiam favorecer a reconstrução simbólica do espaço de convivência social, alterando assim as representações sobre aqueles que residem no conjunto habitacional.

A criação de novas representações sociais seria, neste sentido, o fato promotor da criação e sustentação de novas sociabilidades dentro do bairro, sociabilidades estas que abarcaria hipoteticamente as relações amistosas entre sujeitos de diferentes configurações residenciais, após mais de dez anos da primeira modificação física e simbólica da vizinhança, que ocorreu com a chegada do conjunto habitacional.

É possível então compreender que a teoria das representações sociais possibilita aproximação aos discursos dos referidos interlocutores da pesquisa, e com isso, a identificação destas representações mentais que são construídas e compartilhadas socialmente de modo a permear as relações entre os sujeitos da pesquisa, que não poderiam ser acessadas por vias diferentes que a aproximação a estes sujeitos.

Além do percurso metodológico, a dissertação está será apresentada a partir de três capítulos nos quais são explorados os fenômenos resultantes das interações no espaço social; No primeiro capítulo apresentaremos conceitos relacionados às relações humanas interpessoais como propulsoras da construção e transformação do espaço de convivência social, neste sentido, abordaremos ainda a temática referente a esta organização espacial consolidada a partir da exclusão social.

O segundo capítulo almeja descrever a formação sócio-histórico da cidade de Campos dos Goytacazes e, consecutivamente, do bairro Novo Jockey; Em seguida, no capítulo três, será trabalhada a teoria das representações sociais para melhor compreensão do leitor sobre a construção e elaboração das representações dos moradores do bairro, que serão apresentadas ainda no referido capítulo pelos relatos dos próprios sujeitos.

Por último, serão apresentadas as considerações que entendemos como relevantes a pesquisa, neste ponto, retomaremos as questões levantadas e desenvolvidas durante o trabalho com ênfase aos apontamentos que almejam incentivar reflexões sobre as relações em um espaço social.

PERCURSO METODOLÓGICO

Neste tópico do trabalho será apresentada a estrutura metodológica utilizada durante a trajetória de coleta e análise dos dados, considerando o direcionamento do aporte teórico selecionado.

A partir de reflexões pautadas no referencial teórico selecionado, a pesquisa foi realizada pela perspectiva qualitativa, por abarcar, segundo Minayo (2007, p. 21), “o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” na qual a principal inspiração de abordagem utilizada foi à etnografia, por considerar esta como uma possibilidade de desvelamento das representações sociais dos sujeitos da pesquisa sobre as relações existentes no espaço de análise.

Consideramos que, de acordo com Moscovici (2011), muitas representações mentais em determinadas relações não são conscientes para aqueles que as possuem. Desta forma, uma aproximação das mesmas deve considerar aspectos culturais e históricos que promovam a reprodução acrítica destas representações. Neste sentido, a etnografia é reconhecida como uma abordagem de investigação científica que traz

Contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sóciointeracionais, por alguns motivos entre eles estão: Primeiro, preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas (MATOS, 2011, p. 50).

Por meio da metodologia escolhida, foi possível obter informações, por vezes citadas em outras pesquisas através das vozes dos próprios sujeitos, dos moradores do bairro Novo Jockey com idade a partir de 18 anos e de ambos os gêneros que estivessem na delimitação espacial da Avenida Rosa Montezano de Oliveira, sendo esta conhecida entre os moradores como “rua principal” ou “rua do ônibus”.

A escolha por esta delimitação espacial ocorreu pelo fato da referida avenida possuir os condomínios fechados do bairro, diversas casas em rua pública, e o conjunto habitacional, isto é, apresentar-se como um espaço físico com maior abrangência das tipologias habitacionais do bairro, sendo este o objeto da pesquisa.

De forma geral, a aproximação com os sujeitos da pesquisa ocorreu a partir de encontros espontâneos no bairro, com exceção dos moradores do condomínio fechado, que

foram anteriormente contatados através de uma rede de conhecidos, devido a tentativas malsucedidas de encontros não programados.

Com a entrada no campo de pesquisa e a constatação da necessidade de uma assertiva aproximação com os potenciais integrantes do estudo, a observação participante foi elencada como estratégia de coleta dos dados durante a prática etnográfica.

A escolha pela observação participante ocorreu pelo fato da mesma possibilitar que o pesquisador, ao entrar no campo da pesquisa, seja “testemunha dos comportamentos sociais dos indivíduos ou grupos nos próprios locais de suas atividades, ou residências sem alterar seu ritmo normal” (PERETZ, 2000, p. 26). Para tanto, estipilamos para a coleta de dados o período de no mínimo doze meses, considerando o prazo de 24 meses para o término do mestrado.

Com a entrada no campo algumas intercorrências surgiram e demandaram a utilização de um tempo maior que o previsto para coleta dos dados, neste sentido, a pesquisa no bairro aconteceu entre os dias 7 de abril de 2021 e 18 de agosto de 2022, englobando, inicialmente, o contexto pandêmico provocado pela propagação do vírus COVID-19.

No período inicial da coleta dos dados no bairro, a cidade de Campos dos Goytacazes atendia as orientações da Organização Mundial de Saúde quanto a necessidade de restrição da circulação social, sendo este um fato que provocou dificuldades de contato direto com os sujeitos da pesquisa, como será relatado no capítulo sobre o cotidiano do bairro.

No entanto, cabe mencionar que diante da situação sanitária mundial, alguns problemas foram considerados antes de entrar em campo, como o fato de o bairro Novo Jockey, mesmo sob orientação de quarentena e isolamento social, ter permanecido minimamente ativo em 2020, ano em que o projeto de pesquisa foi formulado. Ressaltamos ainda que as normas de segurança e proteção à saúde dos participantes, como uso de máscaras de proteção, não aglomeração e distanciamento mínimo de 1,5 m — conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde em situações de interação social —, foram respeitadas durante a pesquisa.

Para contribuir na coleta de dados primários, também foram realizadas entrevistas, considerando que a interação direta com os moradores a partir da observação participante foi permeada por barreiras específicas de abordagem devido à presença da pandemia, que ocasionou menos interações do que o desejado, principalmente durante o primeiro semestre de 2021.

As entrevistas realizadas foram de classificação semiestruturada, que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o

tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2007, p.64). Desta forma, entendemos que esta forma de organização da abordagem das entrevistas permite convidar o entrevistado a falar espontaneamente sobre os temas selecionados pelo entrevistador, fato que tende a estimular maiores reflexões durante suas respostas, que incluam o cotidiano de interação direta com o espaço físico e relacional da vizinhança.

A seleção dos sujeitos entrevistados ocorreu por intermédio de convites realizados, mediante a casualidade dos encontros resultantes da observação participante, no segundo semestre de 2022 e o critério para participação foi de, necessariamente, o participante ser morador do bairro Novo Jockey com idade a partir de 18 anos.

No total foram realizadas 13 entrevistas: 05 com os moradores do conjunto habitacional; 05 com aqueles que construíram suas casas em rua pública; e, 03 com moradores de um condomínio fechado.

Cabe mencionar que a pesquisa realizada através da coleta de dados qualitativos também esteve alicerçada na análise de dados secundários, acessados em pesquisas bibliográficas de trabalhos publicados, artigos e livros com a temática estudada.

CAPÍTULO 1- DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS

Este capítulo pretende apresentar a perspectiva das dinâmicas inerentes ao espaço social, para tanto, o capítulo está organizado com a subdivisão do texto em quatro tópicos. No primeiro, temos a introdução ao conceito de *espaço social*, considerando-o como uma organização pautada nas relações vivenciadas por seus ocupantes; no segundo tópico, teremos uma abordagem dos aspectos da segregação do espaço social, com ênfase no processo de urbanização brasileira e a relação entre ambos.

Para ultimar, a terceira subdivisão do presente capítulo trará estudos realizados por determinados autores que abordam as relações de poder em uma organização espacial, isto é, a construção e delimitação dos territórios sociais através de uma organização hierárquica de um espaço.

Sendo assim, este capítulo tenciona favorecer reflexões que dialoguem com os assuntos que serão posteriormente tratados, como, por exemplo, a urbanização de Campos dos Goytacazes, entre outras questões específicas em torno do que é proposto pelo objetivo desta dissertação.

1.1- O ESPAÇO SOCIAL

Dissertar sobre o espaço social demanda um arcabouço teórico que proporcione a compreensão objetiva de um conceito a ser percebido como subjetivamente vago; por conseguinte, recorreremos a teorias que introduzam seu entendimento, entrelaçando-o a perspectiva analítica do espaço construído pelas relações sociais.

Em tentativa de reduzir a amplitude de concepções sobre o espaço, bem como de atender o objetivo da pesquisa e manter o distanciamento de estudos que introduzam a naturalização de sua construção, tomaremos como base análises que abordam a construção do espaço enquanto um ambiente social composto de vivências, considerando ainda as produções do mesmo como forma de criação e recriação das subjetividades de seus ocupantes.

Inicialmente, utilizamos da afirmativa de Lefebvre (2006) que, por uma concepção filosófica da criação de um espaço, considera em seus alicerces as relações sociais de produção. Neste sentido, compreendemos o espaço social em sua vertente material como

organizadora das experiências dos sujeitos. Ainda sobre esta consideração, o autor acrescenta que espaço social:

[...] “incorpora” atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem, se dizem e encontram os interditos (2006, p. 59).

A obra de Lefebvre (2006), que faz nota sobre o espaço vivido pelos sujeitos sociais como uma consequência de sua apropriação, permite reconhecer que o espaço social é em si um campo propício para a construção de um novo espaço, que se diferencia do anterior a partir dos desdobramentos de seu uso. Por esta concepção, concebemos o espaço social como um fenômeno passível da reconstrução de si a partir de sua utilização de grupos sociais, que reconstroem a si mesmos nas relações estabelecidas neste espaço de ocupação.

A partir de agora, compreende-se que o conceito de espaço social apresentado pelo autor supracitado, sendo este adotado na presente dissertação, não se restringe ao espaço abstrato e/ou aos conceitos genéricos de um espaço restrito a análise de suas dimensões físicas; semelhantemente, também, não abordaremos o mesmo como um espaço natural, isto é, o espaço que aqui será analisado é apreendido por sua perspectiva de construção e expressão por vias das relações sociais.

Para Lefebvre (2006, p. 61), cada indivíduo se situa em um “espaço onde ele se reconhece ou então se perde, do qual ele usufrui ou modifica”; com esta passagem, conseguimos reforçar o entendimento do Espaço inter-relacionado as dinâmicas daqueles que nele ocupam.

Desta forma, os espaços vividos e permeados pelas subjetividades de seus ocupantes estão também pautados nas representações construídas em sociedade, que tendem a ser a mola propulsora da modificação deste espaço.

Sézérat (2020) desenvolve estas análises reforçando que, no espaço social, as concepções elaboradas pelos sujeitos sociais e suas consequentes respostas práticas podem contribuir para manutenção ou alteração de sua organização inicial, isto porque a relação das pessoas com o espaço não é uma relação de observação passiva.

Um “ser humano” não tem diante dele, em torno dele, o espaço social – aquele de sua sociedade – como um quadro, como um espetáculo ou um espelho. Ele sabe que há um espaço e que ele está neste espaço. Não há somente uma visão, uma contemplação, um espetáculo; ele age, ele se situa no espaço [...] (Lefebvre, 2006, p.400).

Lefebvre (2006), dedicando-se a exploração teórica deste assunto, ressalta que o espaço social não está limitado a ser um produto acabado, devido o mesmo também intervir na forma de produção. Esta relação complexa é ampliada quando reconhecemos que o espaço social engloba operações indicativas, de que as formas de produção mudam o próprio espaço, assim como o Espaço muda a forma de produção.

Em outras palavras, Zacchi (2012) pontua que o espaço social pode ser compreendido como um produto de sequências de ações de diferentes agentes sociais, entre eles o Estado, os proprietários dos meios de produção e grupos historicamente marginalizados.

O espaço social, como um produto influente em sua própria produção, será abordado a partir daqui por sua subcategoria, isto é, por um espaço social específico que se desenvolve em meio urbano.

A introdução deste espaço social em contexto urbano ocorrerá com pontuações conduzidas por estudos do atual sistema de produção, assim como as complexas organizações históricas do Brasil.

Sobre os aspectos urbanísticos brasileiros, consideramos o que foi inicialmente destacado por Sézérat (2020, p. 37), a respeito da significativa presença dos “processos de separação e dominação étnico-raciais e sociais sobre a estruturação do mundo social e a organização do espaço urbano” como influências determinantes neste processo.

Zacchi (2012, p. 23) pontua que a análise do “espaço enquanto expressão da estrutura social” demanda considerações sobre elementos econômicos, políticos e ideológicos, assim como a compreensão sobre as combinações destes elementos no sistema organizacional do próprio Espaço. No entanto, Negri (2008) recorre a estes fatores para descrever a relação entre os mesmos e a existência das diferenciações entre as classes sociais:

Pensar o urbano através da organização espacial das classes sociais nos reporta a inúmeros problemas de ordem social, econômica, política e ideológica. Dentre eles, destacam-se: pobreza, miséria, violência, degradação ambiental e social, exclusão, desemprego, falta de moradia, favelização, periferização, segregação, insuficiência de transporte adequado, entre outros (NEGRI, 2008, p. 129).

Ao focar seus estudos na estrutura da organização espacial em contexto urbano, Zacchi (2012) sinaliza, ainda, para a importância da compreensão de aspectos históricos que tendem a oferecer o entendimento sobre a alteração da “natureza” do sistema econômico, através da instauração da produção industrial. O autor anuncia a utilização de mecanismos em que “o meio ambiente urbano tornou-se um lugar criado para estimular o consumo e manter um alto nível de demanda efetiva” (2012, p. 26).

A este respeito, será apresentada no próximo tópico uma abordagem que pondera sobre estreita relação entre a organização da economia brasileira e a estruturação do espaço social urbano, com ênfase nos processos de marginalização resultantes da exclusão advinda dos moldes desta organização.

1.2- PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRO

O termo exclusão socioespacial foi escolhido inicialmente para que este tópico seja facilmente associado às formas de marginalização em um espaço social, isto é, para que o mesmo subsidie reflexões sobre a periferização de sujeitos e grupos de uma sociedade hierarquicamente organizada, considerando fatores históricos promotores da fragmentação de seus diferentes grupos sociais.

Os processos de exclusão socioespacial presentes no Brasil podem ser descritos como a restrição dos agentes sociais ao usufruto dos bens e serviços urbanos. Para Negri (2008), esta forma de segregação é resultante de diversos fatores como, por exemplo, os sexuais, raciais, religiosos, entre outros. Contudo, em sua pesquisa o referido autor ressalta a discrepância entre o poder aquisitivo dos sujeitos segregados quando comparados àqueles que usufruem do espaço social de forma que atenda suas necessidades reais. Para o autor:

No caso do Brasil, a maioria das pesquisas demonstra que o principal tipo de segregação encontrada é a socioeconômica, por meio da qual as classes sociais distribuem-se de forma desigual no espaço urbano das grandes e médias cidades. Desta forma, surge uma estrutura urbana dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, excluindo e abandonando a população de baixa renda à própria sorte (NEGRI, 2008, p. 150).

Sobre estes fatos, Negri (2008) exemplifica a questão da segregação mencionando determinar até mesmo a escolha de um bairro residencial, fato que ocorre, fundamentalmente, pelos fatores econômicos, ou seja, pelo acúmulo de capital dos sujeitos.

A influência econômica se manifesta pelos moldes de reprodução da força de trabalho “[...] que o capital precisa para reproduzir-se. A segregação não é simples e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas, também, um instrumento de controle desse espaço” (NEGRI, 2008, p. 135).

Quando se trata dos mecanismos de segregação espacial, observamos ser possível problematizar este efeito ao acesso e/ou a restrição aos bens e serviços coletivos organizados e oferecidos através das configurações sociais do espaço.

Coutinho (2017) constata que as diferentes localizações dos grupos sociais influenciam diretamente nas oportunidades de inserção social e/ou segregação, fato que promove este potencial usufruto ou restrição de acesso aos bens e serviços oferecidos pela infraestrutura do da cidade.

Henri Lefebvre (2006), ao trabalhar com o conceito de segregação socioespacial, aponta para como as cidades se organizam pautadas nas relações sociais; neste sentido, as últimas seriam as responsáveis pela consolidação da segregação no ambiente urbano.

Alvarenga e Siqueira (s/d) dialogam que, apesar de a segregação socioespacial poder ser compreendida por diversas perspectivas, entretanto, mesmo com as diversas possibilidades de analisar este fenômeno, existe um consenso entre pesquisadores da temática, no qual:

[...] diz respeito ao processo de segregação ser resultado das desigualdades que existem nas relações entre as diferentes classes sociais, o que resulta em um acesso diferenciado à cidade— seja pela localização no espaço urbano ou pela dificuldade de acesso a bens de consumo, serviços, oportunidades de emprego, entre outros (ALVARENGA; SIQUEIRA, S/D, p. 10).

Considerando o exposto, ressalta-se ainda que os processos de segregação socioespacial estejam se retroalimentando com as influências econômicas, que não apenas promovem a organização do Espaço Social, mas modifica a mesma.

É possível recorrer novamente ao conceito de espaço social utilizado por esta pesquisa, no qual o entendimento de que o espaço social está para além de uma superfície que pode ou não estar ocupada, porém, é um produto das relações sociais, isto é, a partir do momento que o espaço sofre mudanças através das relações nele estabelecidas, não cabe à dissociação entre este Espaço e a organização social destes sujeitos.

Sobre este assunto, acrescentamos a informação de que a segregação socioespacial em contexto urbano não está restrita as especificidades da contemporaneidade; porém, está diretamente relacionada as mais diversas formas de organização espacial, independentemente de seu período histórico. A respeito disso, Negri (2008) levanta a temática da segregação social em períodos remotos e em culturas diferentes da qual vivemos:

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, pois, desde a antiguidade, a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação socioespacial. Cidades gregas, romanas, chinesas possuíam divisões definidas social, política ou economicamente (NEGRI, 2008, p. 130).

Um aspecto relevante neste processo histórico consiste no fato de que, apesar das sociedades modernas industrializadas possuírem aspectos segregadores fortemente atrelados a lógica econômica capitalista (Negri, 2008), é pertinente considerar que, durante os processos

sócio-históricos, fatores culturais também foram determinantes nos aspectos segregadores das antigas sociedades.

Apesar do reconhecimento da presença da segregação em distintas sociedades, recorreremos a um contexto mais próximo, no qual identificamos na obra de Lefebvre (2006) os aspectos do espaço social urbano em período de industrialização.

Lefebvre (2006) discorre de forma sistematizada sobre características presentes nas sociedades industrializadas e pontua sobre a possibilidade de as mesmas serem representadas pela homogeneização, hierarquização e fragmentação, exemplificadas pelas seguintes colocações:

[...] tende para o homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais - exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato, isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações “reais” e os conflitos. Além disso, parece que essa lei ou esse esquema do espaço com sua lógica (homogeneidade fragmentação-hierarquização) tomou um alcance maior e atingiu uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no saber e na cultura, no funcionamento da sociedade inteira. (Ibid, 2006, p. 11)

Desta forma, compreende-se que os apontamentos realizados pelo autor a respeito das características dos espaços ocupados pelas sociedades modernas (industrializadas), consistem em uma reflexão sobre o sistema de produção das mesmas.

Sobre o assunto, Coutinho (2017, p. 23) chama atenção para o fato de que durante os processos de urbanização, geralmente associados à industrialização, ocorrem circunstâncias que tendem a influenciar em “diversas partes do mundo a própria estruturação urbana das cidades”. O autor acrescenta que:

No processo de estruturação urbana, os agentes ligados à sociedade, ao mercado (sob a lógica da acumulação de capital), e ao próprio Estado desenvolvem diversos mecanismos de (re)organização do espaço. Os efeitos das decisões locais públicas e privadas acabam gerando processos de segmentação e segregação que se consolidam como a lógica de organização. (2017, p. 23).

De forma mais específica, considerando o processo de urbanização brasileira atrelado ao recorte analítico da presente pesquisa, é possível expor alguns aspectos que estiveram presentes neste processo.

Para Arruda (2014), o processo de industrialização que no Brasil ocorreu incisivamente na década de 50, foi marcado, assim como em outras partes do mundo, pela urbanização consolidada por um movimento de migração dos moradores do campo para cidade no intuito de serem recolocados no mercado de trabalho, tendo em vista que as formas de produção haviam sido alteradas.

A partir dos anos cinquenta, constata-se que “mediante o aumento da urbanização brasileira, a opção habitacional para a maioria da população, expulsa do mercado formal, tem sido os cortiços, favelas e bairros clandestinos” (ARRUDA, 2014, p. 71).

Sobre o assunto, recorrendo à leitura da obra de Lefebvre (2006), é possível constatar que as mudanças impulsionadas pela urbanização provocaram uma organização espacial que reforçava a forma de apropriação do espaço social, considerando as relações de poder entre os sujeitos.

Neste contexto, as periferias tornaram-se segmentos dos espaços urbanos ocupados por aqueles que são usados devido à ausência do poder aquisitivo e da presença de uma herança histórica escravocrata e discriminatória, como mencionado por Zacchi (2012).

Sobre o assunto, Viana (2018) expõe que a organização social do espaço urbano ocorre de maneira desigual a partir da separação dos grupos sociais, considerando seu poder de consumo; desta forma, a autora assimila esta organização espacial a segregação socioespacial.

Zacchi (2012) afirma, objetivamente, sobre a relação de poder nos espaços sociais que são passíveis de um reconhecimento, como “[...] um instrumento estratégico para a manutenção e fortalecimento da situação de poder e dominação entre as classes sociais, o espaço reproduz uma determinada organização social” (2012, p. 27).

Recorrendo à constatação de que o espaço, pela perspectiva Lefebvreriana, é um produto da organização social, e que este mesmo espaço é apropriado de diferentes maneiras, considerando a presença da discriminação de grupos com base em sua relação de poder, sobretudo, econômica, torna-se relevante refletir sobre o sistema econômico atual, que tende a manifestar também nos aspectos ideológicos dos agentes sociais.

Coutinho (2017) nos ajuda compreender a relação entre o espaço social e o sistema econômico e ideológico brasileiro; o autor aponta para a interligação entre as diferentes formas de se ocupar o espaço a partir do reconhecimento do mesmo como “um produto da sociedade capitalista e parte integrante de processos sociais mais amplos” (2017, p. 24). Neste sentido, Zacchi acrescenta que:

Considera-se o espaço um elemento das forças produtivas da sociedade, especialmente através da atuação da sua forma ou design. É também entendido como um meio e instrumento de produção, através da reprodução de novos espaços pelas forças capitalistas para superar as crises do sistema (2012, p. 28).

Por esta perspectiva, ressalta-se que “o espaço urbano capitalista, que segue a dinâmica do capital, é marcado por disparidades, expressa por um sistema que é por si só contraditório, que valoriza determinadas áreas em detrimento a outras” (VIANA, 2018, p. 15).

Em seu estudo, que aborda temas voltados para construção da periferia, Viana (2018) descreve que o processo de segregação presente no espaço urbano vai além de “em muitos aspectos, todos eles relacionados a apropriação desigual, seja economicamente, territorialmente, social e culturalmente” (2018, p. 38); a autora acrescenta que esta manifestação da segregação, isto é, a segregação socioespacial pode ser compreendida como:

[...] um processo de organização espacial com disparidade social, econômica e infraestrutura. É discorrer que tais disparidades apresentam significativos problemas sociais, ficando a população de menor poder aquisitivo com as áreas da cidade que apresentam os maiores problemas. Esses espaços são consolidados por preconceitos e estigmas. (IBID, 2018, p.40).

Deve-se, portanto, enfatizar que vários problemas sociais estão ligados ao poder de consumo dos grupos dominantes, com base na construção hierárquica da sociedade. De forma mais específica, é possível retratar sobre as construções habitacionais periféricas, isto é, as ocupações residenciais dos grupos que não detém o poder e que se diferem categoricamente nos moldes de ocupação do solo nos Espaços Sociais.

Atenta-se, então, para a organização do espaço tendo em vista o poder aquisitivo dos sujeitos, considerando ainda que a mesma promove o movimento de centralização dos grandes empreendimentos urbanos que:

[...] ao se instalarem no local repercutem a dinâmica do capital, numa vertente globalizada, gerando impactos econômicos, sociais, políticos, culturais, simbólicos, espaciais, ambientais, desconsiderando a região e suas peculiaridades promovendo investimentos de infraestrutura no espaço, modificando toda dinâmica do lugar sem considerar, ou modificar de forma positiva as condições de vida da população local, acentuando as desigualdades regionais que intensifica e recria as formas desiguais (VIANA, 2018, p. 17).

Neste contexto, cabe ressaltar a relação do Estado com a manutenção da organização espacial respaldada nas manifestações de detenção do poder, considerando o Estado um dos agentes promotores da organização do espaço social a partir de intervenções “nas relações sociais e de poder, criando novas contradições e reproduzindo antigas relações a partir da sua intervenção nas diferentes escalas da realidade social e do espaço” (NICOLA, 2021, p. 850).

A organização social, pautada na hierarquização dos grupos sociais e respaldada por ações Estatais, tende a promover a exclusão social — fato anteriormente mencionado —, que instiga constantes reflexões, ultrapassando a compreensão da esfera física da organização espacial.

Sobre o assunto, Viana (2018) descreve seu entendimento a respeito da vida cotidiana na cidade, no qual “a segregação é percebida e vivida não apenas nas diferenças da mercantilização do espaço urbano, como também nas relações sociais, nas relações simbólicas, neste caso, na maneira como cada cidadão se apropria do espaço” (2018, p. 39).

Neste sentido, associam-se as ponderações do espaço social aos da conotação simbólica do conceito de território, pela qual o território “em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional 'poder político'. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido de dominação quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Entendemos que espaço se transforma em lugar social quando os sujeitos que o ocupam promovem significados socialmente compartilhados e fundados pelas interações relacionais. Neste sentido, o Espaço é compreendido como um território quando se explicitam os valores e dispositivos de poder daqueles que construíram as relações.

Haesbaert (2007) pontua que o território pode ser compreendido como um espaço vivido de forma múltipla, diversa e complexa; sobre este assunto, serão apresentadas algumas reflexões no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2- FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL PESQUISADO

Consideramos neste capítulo a história como unidade essencial para compreensão das relações espaciais da atualidade como resultantes de aspectos da construção primordial do território destas relações. Neste sentido, buscaremos a apresentação sucinta dos aspectos históricos da cidade de Campos dos Goytacazes e do bairro Novo Jockey propriamente dito.

No mais, este capítulo engloba também algumas pontuações que não são referentes apenas a produção histórica do espaço em questão, mas como o capitalismo em sua faceta urbanizadora que intervém nas vivências urbanas coletivas, que são sobrepostas ao espaço urbano fragmentado e gerador de ausências de direitos, sobretudo, o direito a cidade que será refletido na última sessão deste capítulo.

2.1- CAMPOS DOS GOYTACAZES- ASPECTOS HISTÓRICOS E DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Considerando o recorte analítico da presente dissertação, que engloba o bairro Novo Jockey, apresentaremos informações iniciais a respeito da cidade na qual o bairro selecionado para pesquisa está situado, isto é, a de Campos dos Goytacazes. Daremos ênfase aqui na perspectiva histórica de sua organização social.

Em seus primórdios, Campos dos Goytacazes foi ocupada inicialmente por indígenas Goitacazes; posteriormente, já na década de 20, ocorreu a colonização da cidade, ainda considerada Vila. O desenvolvimento da organização do Espaço ocorreu com base na construção dos engenhos, bem como das lavouras açucareiras (Coutinho, 2017).

Coutinho (2017) acrescenta que apenas a partir da Independência do Brasil muitas das vilas nacionais tornaram-se cidade, fato que ocorreu com Campos dos Goytacazes, que até então era reconhecida como Vila de São Salvador e em março de 1835 foi elevada à categoria de cidade, rompendo com seu passado colonial e formando seu centro urbano que se modernizou no final do século XIX.

Sobre suas dimensões físicas, ressaltamos que de acordo com dados documentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Campos possui 4.027 km² de extensão territorial, sendo considerado o maior de sua região, ou seja, no

interior da região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, como pode ser observado no mapa a seguir:

FIGURA 1: Mapa da região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Google Maps, 2022. Editado pela autora

Para Manhães e Arruda (2017), o fato de Campos ser o maior município desta região é um destaque que ocorre de maneira concomitante a constatação de que o mesmo possui um papel de extrema importância para o desenvolvimento do interior do estado, sendo este um aspecto estritamente relacionado a sua relevância nos setores de produção sucroalcooleiro e petrolífero consecutivamente, que podem ser analisados com o decorrer da descrição dos dados históricos da cidade.

Observando a história de Campos, torna-se notável as significativas semelhanças entre a formação da sociedade Campista e as demais cidades brasileiras. Sobre este aspecto, os registros de Zacchi (2012) apontam para o fato de que as bases constituintes de Campos foram as escravocratas centralizadoras, bem como o resto do país, devido à influência da organização portuguesa de latifúndio com utilização da mão de obra escrava.

Ainda sobre o aspecto da constituição inicial das terras campistas, nota-se que seu desenvolvimento ocorreu, principalmente, devido as mesmas serem propícias para o cultivo,

principalmente, consideramos com isso seus atributos ambientais que favoreceram a formação da cidade, como mencionado por Aliprandi:

As características do suporte geobiofísico existente no início da formação da cidade de Campos dos Goytacazes desempenharam um importante papel. A presença do Rio Paraíba do Sul cortando o território, formado por extensa e fértil planície, deu subsídios para a instalação de extensas terras de cultivo agrícola e atividade pastoril (ALIPRANDI, 2017, p. 117).

Com o decorrer do tempo e de seu desenvolvimento econômico, a cidade de Campos conquistou a fama de detentora de um Produto Interno Bruto que a aproxima do desempenho de cidades brasileiras com significativa influência econômica no país (Arruda, 2014) e, conseqüentemente, a modernização de seus espaços urbanos. Apontaremos, então, os fatos históricos que proporcionaram seu contexto de organização econômica e, sobretudo, suas conseqüências socioespaciais.

Em pesquisa sobre os espaços livres da cidade de Campos dos Goytacazes, Aliprandi (2017) discorre sobre o fato da cidade ter tido sua paisagem modificada com a modernização dos espaços, isto é, a urbanização da cidade pautada no desenvolvimento econômico proporcionado pelo comércio de cana-de-açúcar. Neste sentido:

Através das atividades financeiras e comerciais ligadas aos negócios do açúcar no século XIX Campos consolida-se também como cidade centro de serviços. Isso ocorre na medida em que o comando de toda a vida cultural da região passa dos solares rurais ao núcleo urbano, através de ascendência das usinas e seu predomínio sobre os engenhos. A cidade consolida-se como núcleo de movimentação econômica e social reforçado ainda mais com a construção de estradas e ferrovias transformando-se, também, em um centro ferroviário da região (ZACCHI, 2012, p. 78).

Zacchi (2012) acrescenta que a organização da cidade, durante este período de efetivação dos negócios envolvendo o plantio e comércio de açúcar, proporcionou a valorização de determinadas áreas da cidade, através de algumas modificações físicas.

Para o autor, ocorreram “[...] melhorias públicas como a construção de praças, alinhamento de ruas, obras de saneamento, instalação de estação ferroviária, resultado de um processo de alocação seletiva de recursos no espaço urbano” (ZACCHI, 2012, p. 78), culminando assim no favorecimento da área oeste da cidade, em que se localizavam as residências dos senhores de engenho também conhecidos como barões de açúcar.

De forma mais específica, compreende-se que o crescimento urbano de Campos pode então ser descrito por suas gradativas fases de desenvolvimento, que são relacionadas aos marcos dos setores de produção, que surgiram a pautados nas usinas açucareiras.

As fases dos setores de produção que respaldam o contínuo desenvolvimento de Campos podem ser compreendidas através de uma divisão proposta por Aliprandi, pela qual a primeira fase está:

Relacionada à formação do núcleo urbano da cidade e consolidação da economia da cana-de-açúcar e que vai do século XVI ao final do século XIX; a segunda fase, que se inicia no final do século XIX e vai até a década de 1970, refere-se à criação do parque industrial na cidade, com expansão de usinas de cana-de-açúcar e de grandes latifúndios e a ocorrência de significativas intervenções urbanas (ALIPRANDI, 2017, p. 117).

Apesar de Campos ter apresentado em sua história um satisfatório desenvolvimento econômico pautado no plantio e comercialização da cana-de-açúcar, ocorreu na década de 80 “o cenário nacional econômico passou por mudanças que afetaram também o regional, o que ocasionou a queda do setor sucroalcooleiro e concomitantemente também uma série de usinas no Norte fluminense” (VIANA, 2018, p. 53).

As usinas Campistas sofreram grande impacto com esta alteração econômica no país, ocasião que provocou, para Aliprandi (2017), a terceira fase de organização da economia das formas de ocupação da cidade.

“A terceira fase relaciona-se à queda da economia anterior, ligada à cana-de-açúcar, na década de 1970, e ao início da produção de petróleo na década de 1980 na Bacia de Campos” (ALIPRANDI, 2017, p. 117).

Aliprandi (2017) argumenta que a descoberta da bacia petrolífera da cidade, na década de 70, provocou a expansão da área urbana em detrimento do campo. Sobre este acontecimento, Arruda (2014) pontua que grandes expectativas na região foram criadas em torno da Bacia de Petróleo.

A despeito de Campos não ter recebido a sede operacional da empresa estatal brasileira que tem desenvolvido suas atividades na exploração de petróleo, “como no caso da cidade de Macaé, cujos efeitos urbanos foram extremos, a exploração de petróleo e gás também teve impacto sobre a cidade de Campos e sobre a sua dinâmica populacional” (2014, p. 86).

As novas organizações sociais pautadas na mudança da base econômica campista resultaram, entre 1980 e 1990:

[...] um intenso êxodo rural, como consequência da estagnação da atividade agrícola, o que pode ser percebido pela brusca queda na população rural e o aumento da população urbana neste período. Este período também foi marcado por um incremento populacional de 40.567 habitantes, alcançando uma taxa de urbanização de 83,4% em 1991. (Arruda, 2014, p. 87).

Aliprandi (2017), discorre sobre os espaços “destinados” a expansão urbana, sendo estes pertencentes a elite campista, que até então era formada pelos proprietários de terras e os comerciantes e, com a falência da agricultura, passaram a utilizar suas terras a partir da exploração imobiliária.

É possível salientar que o impacto na cidade após descoberta da bacia de petróleo em 1974 gerou o aumento da receita municipal, isto devido aos royalties que “garantem posição de destaque em meio à economia nacional, permitindo grande autonomia em relação à repasses financeiros por parte da Federação e do Estado” (FERREIRA, 2019; COUTINHO, 2017, p. 78).

Para a autora (Aliprandi, 2017), as mudanças do uso da terra foram sincrônicas as ações do poder público, que atuou em observância aos interesses dos proprietários de terras e daqueles ligados a exploração do petróleo. Sobre o assunto, Coutinho (2017) afirma ser:

[...] importante ressaltar ainda que as transformações ocorridas na estrutura produtiva do município a partir de 1974, quando o petróleo na Bacia de Campos foi oficialmente descoberto, trouxeram grande impacto sobre a cidade e sua dinâmica populacional, apesar da cidade não ter recebido a sede operacional da Petrobrás. As 78 rendas oriundas dos royalties e das participações especiais da exploração do petróleo na Bacia de Campos garantem posição de destaque em meio à economia nacional, permitindo grande autonomia em relação à repasses financeiros por parte da Federação e do Estado (p. 78).

Viana (2018) destaca que o plano urbanístico de Campos, proposto na década de 80 pelo Executivo municipal apontava para ações que atenderiam apenas aos interesses dos grandes proprietários de terras, “desenhando uma lógica e delimitando áreas prioritárias para receber melhorias públicas em infraestrutura e expansão urbana, o que explica até hoje áreas que são segregadas sócio espacialmente” (2018, p. 56).

Neste contexto, a população rural percebia-se ainda mais impelida a aproximar-se das áreas urbanizadas, que naquele período, aparentemente, demonstravam oferecer maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Para Coutinho (2017), o desenvolvimento urbano campista ocorreu sem intervenções concretas nas áreas periféricas, que abarcavam estes sujeitos desprovidos do poder econômico. O autor acrescenta que, das periferias da cidade não contempladas pelos planos urbanísticos, o crescimento populacional delas ocorreram em paralelo a todo processo do desenvolvimento central da cidade.

Considerando que o fato supracitado proporcionou a manutenção das desigualdades presentes no desenvolvimento histórico da cidade, é possível refletir sobre essa situação de maneira mais específica, como pontuada a seguir:

A vinda da população do campo para a cidade, em Campos dos Goytacazes, levou a ocupação das áreas mais periféricas e pouco estruturadas – beiras de rios, lagoas, brejos e áreas alagadiças. Muitas dessas áreas confrontavam-se com as antigas terras rurais, agora ociosas, por conta do declínio da economia sucroalcooleira (COUTINHO, 2017, p. 27).

Outro marco diz respeito ao vetor oeste de Campos que passou por um processo de verticalização das configurações residenciais em um padrão de moradia multifamiliar, supostamente indicando o progresso da cidade.

Em meados da década de 90, a cidade foi marcada por um período frutífero para o mercado imobiliário, devido à expansão dos condomínios fechados que vendiam a ideia de status e segurança social a elite campista (VIANA, 2018).

Considerando, ainda, o contexto de elevação da economia campista, destacamos que na história da cidade ocorreu um marco relacionado a organização das formas dos habitantes ocuparem a cidade, devido ao período de gestão da prefeita Rosinha Garotinho (2009-2012), em que ocorreram maiores investimentos em políticas sociais, a partir do argumento da necessidade de fazer um “bom uso dos royalties” e, com isso, diminuir as desigualdades (Arruda, 2014) sociais impostas pelo processo de desenvolvimento da cidade, que ignorou as diferenças entre os grupos sociais.

Em análise da pesquisa realizada por Pinheiro (2015), torna-se relevante mencionar que, com a promessa de promover maiores investimentos em setores sociais, o governo da prefeita Rosinha Garotinho, no ano de 2009, optou pela criação de um programa municipal de habitação popular, denominado programa Morar Feliz.

Posteriormente, foi também implementado em Campos o programa federal de habitação do governo Lula, denominado de Minha casa, Minha Vida, que representou um grande avanço nas políticas públicas, e tinha como principal diferença com o programa Morar Feliz o fato de último não demandar parcelas financeiras daqueles que foram os selecionados como seus usuários (PINHEIRO, 2015).

Para Pinheiro (2015), o Morar Feliz foi apresentado como a ação local de maior investimento municipal, com positivo resultado quantitativo referente ao número de famílias atendidas pelo mesmo. Entretanto, a autora acrescenta que aspectos qualitativos não foram atendidos de forma significativa e exemplifica que famílias de diferentes locais e culturas foram afastadas de seus parentes e vizinhos para habitarem no mesmo conjunto habitacional em um local distante de suas residências anteriores. Também gerando atritos com os novos vizinhos, que será abordado a seguir.

Cabe ressaltar que, apesar de toda problemática em torno das novas moradias, em termos simbólicos e estruturais, o programa Morar Feliz foi premiado com o Selo de Mérito da Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação (FARIA E POHLMANN, 2015), indicando assim o significativo impacto no que se refere a questões habitacionais no município.

Resultando em grande impacto regional, a criação do programa de habitação na cidade de Campos, que visava minorar os problemas gerados pelo déficit habitacional, o programa foi premiado com o Selo de Mérito da Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação (FARIA E POHLMANN, 2015).

Durante a gestão de 2009/2012, foram entregues 5.426 casas distribuídas entre os quatorze conjuntos habitacionais localizados em dez bairros diferentes da cidade, sendo eles: Tapera, Eldorado, Parque Prazeres, Lagoa das Pedras, Parque Aldeia, Parque Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Esplanada e Travessão, todos localizados na periferia urbana de Campos. Entre 2013 e 2016 deverão ser construídas as 4.574 restantes (2015, p. 10).

A extensa quantidade de casas e da infraestrutura das mesmas permitiu que os conjuntos habitacionais construídos em diferentes regiões da cidade atendessem, neste aspecto específico, as expectativas das famílias que carregam consigo as consequências históricas de uma sociedade baseada na segregação socioespacial (FERREIRA, 2019).

A discussão sobre o ponto de vista qualitativo do programa é enfatizada por Ferreira (2019), que aponta para o fato de ter tornado perceptível às lacunas presentes nesta vertente, que estariam a ultrapassar questões meramente quantitativas.

Com a ocupação das casas do conjunto habitacional pelas famílias selecionadas pelo programa, que anteriormente moravam em diferentes locais e expressavam suas diferenças culturais, perceberam-se afastadas de seus parentes e vizinhos para residirem em um conjunto habitacional, geralmente, localizado distante de suas residências anteriores (PINHEIRO, 2015).

Cabe refletir sobre a questão relacional da habitação, que demanda criações de políticas públicas voltadas não apenas para estrutura física das residências, mas, também, para questões simbólicas inerentes as relações humanas que são estabelecidas no Espaço Social como, por exemplo, relações entre os moradores do conjunto habitacional que não se conheciam, bem como entre estes e aqueles que já habitavam o bairro pelos arredores do conjunto. Entende-se que estas relações permeadas pelo aspecto do desconhecido podem provocar conflitos territoriais.

Entretanto, apesar do reconhecimento dos possíveis benefícios que estariam sendo gerados pelo programa habitacional campista, ocorreu que as novas territorialidades criadas a partir do Morar Feliz emergiram em localidades já segregadas socialmente, e seus residentes foram colocados em relações verticalizadas (FERREIRA, 2019).

Além das relações verticais com os residentes dos arredores do conjunto habitacional, Alves (2016) sinaliza para o mecanismo de legitimação do controle dos sujeitos segregados nesta tipologia habitacional, sujeitos estes que não tiveram suas vozes ouvidas no período de construção da moradia e distribuição dos endereços, que foram realizados de forma arbitrária pelo programa habitacional, resultando na segregação.

Por conseguinte, entendemos que os espaços residenciais, criados por um conjunto habitacional, “podem-se associar a subúrbios programados à política de conjuntos habitacionais que constrói moradias populares em locais rejeitados pelo capital, geralmente nas áreas periféricas das cidades [...]” (ALVES, 2016, p.11), isto é:

[...] os bairros que são destinados à implantação e construção destes conjuntos habitacionais, geralmente são afastados do centro urbano da cidade. Tendo apenas pequenos comércios, mais voltados para necessidades básicas da população como, por exemplo, minimercados, hortifrutis, padarias e açougues (SOUZA, RAMOS, 2018, p. 6).

Diante do exposto, é possível compreender que a organização social da cidade de Campos reforça a organização espacial pautada na dualidade centro versus periferia, sendo a último espaço destinado as camadas mais vulneráveis economicamente. Ressaltamos que algumas ações públicas de organização da cidade tendem reforçar a segregação sócio espacial da periferia.

Sobre os espaços periféricos campistas, Zacchi (2012) descreve o evidente “processo de difusão das novas tipologias habitacionais urbanas” (2012, p. 81), que são caracterizadas também pela construção de condomínios fechados em Campos dos Goytacazes.

Sobre o assunto, Viana (2018) enfatiza em sua pesquisa as diferentes formas de uso do solo periférico, que sofre uma sutil modificação em sua lógica quando recebe investimentos mobiliários, como ocorre com a construção de condomínios fechados em locais marginalizados; entretanto, a autora acrescenta que mesmo nestas situações a periferia:

[...] não deixa de ser também um espaço desigual em que é opção de moradia para os pobres. Ela é ainda, socialmente segregada, lugar dos pobres, onde o preço da terra é mais baixo, porém a mesma é ao mesmo tempo um lugar mutante. A especulação imobiliária nas periferias tem crescido a cada dia, proporcionado aos seus clientes, moradias e ao mesmo tempo impossibilitando para muitos o acesso a moradia pelo mercado, uma vez que muitos

não detêm de meios para pagar o preço que é cobrado pelo mercado. Estes acabam morando da forma em que seu poder aquisitivo proporciona. Muitos vivendo na precariedade de suas habitações (2018, p. 49).

Atualmente, a cidade de Campos encontra suas bases econômicas respaldadas nas atividades de pecuária bovina, agroindústria do açúcar, indústria extrativa de petróleo e gás natural, além de possuir ampla rede de serviços distribuídos entre bancos, escolas, restaurantes, hospitais, hotéis, clínicas e faculdades hotéis, restaurantes, faculdades, (COSEAC, 2011).

Apesar do significativo desenvolvimento urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, o que nos chama atenção são as questões que envolvem a diferenciação dos grupos sociais a partir da organização espacial da cidade e suas possíveis consequências simbólicas no imaginário social.

Outro aspecto relevante para esta pesquisa são as possíveis formas de marginalizações de determinado grupo social e, sobretudo, as relações sociais estabelecidas entre os habitantes de um bairro campista que possibilita o reconhecimento concreto das distinções entre os grupos sociais a partir das configurações residenciais.

Diante do exposto, considerando ainda a busca em compreender os territórios construídos nos Espaços que são socialmente organizados pelas diferentes configurações residenciais, buscaremos no próximo capítulo um direcionamento teórico sobre a formação do bairro que compõem o objeto da pesquisa, sendo ele o bairro Novo Jockey.

2.2 A HISTÓRIA DO BAIRRO NOVO JOCKEY A PARTIR DE SUAS DIVERSIDADES HABITACIONAIS

O percurso histórico da construção do bairro Novo Jockey, que será apresentado na atual seção, instiga reflexões a respeito da diversidade das configurações habitacionais do referido bairro, fato que tende a propiciar o respaldo teórico para a análise das relações estabelecidas neste espaço social.

Considerando os diferentes territórios criados no bairro Novo Jockey, a apresentação da construção do mesmo ocorrerá com ênfase nos marcos de criação destes espaços concretizados em diferentes momentos da construção de suas residências, que apontam para a dinamicidade das relações existentes no espaço.

A história da própria cidade de campos dos Goytacazes expôs o município como a partir de alterações significativas em sua organização geográfica por volta da década de 1980

devido as questões econômicas e, conseqüentemente, a expansão da área urbana, como mencionado na seção anterior deste capítulo, fato que favoreceu o crescimento de edificações urbanas, como é possível observar no mapa que segue com a apresentação de sua parte cinza representando regiões campistas ocupadas por construções urbanas:

FIGURA 2: Mapa das Regiões urbanizadas em Campos dos Goytacazes



Fonte: Google Maps, 2022. Editado pela autora

Sobre este aspecto, observa-se que o bairro Novo Jockey apresenta um espaço ocupado pelas por edificações, sendo elas as residências e o comércio. Para Viana (2018), o favorecimento destas edificações está interligado com o processo histórico de desenvolvimento da cidade como um todo, que instigou maior interesse mobiliário nas últimas décadas — efeito que ocasionou o crescimento das áreas periféricas da cidade, que se apresentava como uma alternativa viável economicamente para as famílias de proletariados que saíam do campo.

Para Ferreira (2019), o surgimento do bairro em questão é relativamente recente, iniciando com seu loteamento por volta dos anos 90 por ações dos proprietários de terras e

fazendas campistas, o autor descreve que as terras do Novo Jockey foram loteadas a margem esquerda do bairro Jockey Club.

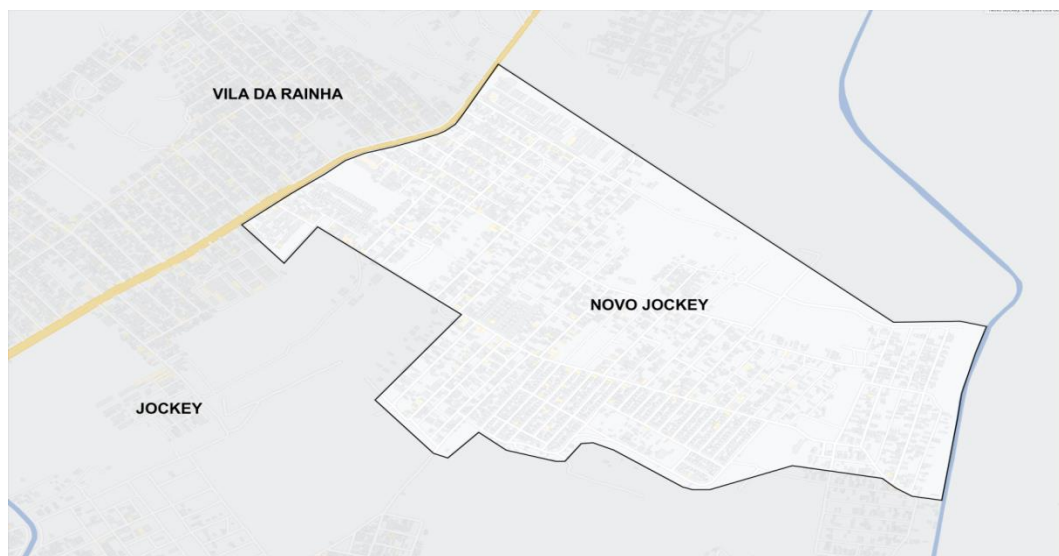
O autor descreve ainda que o bairro Jockey Club foi, naquele período, marcado por muita boa fama devido seu hipódromo local, que oferecia a cidade competições de hipismo e, com o passar do tempo e o aumento dos espectadores da elite campista que apreciavam, ocorreram consequências positivas para o desenvolvimento do bairro, como o crescimento comercial e residencial (Ferreira, 2019).

O desenvolvimento do Jockey Club atraía as pessoas também para suas redondezas, como para o Novo Jockey que possui significativa proximidade com o Jockey Club e, a partir daquele processo, sofreu modificações em seus espaços devido à busca pelo mesmo para construção de moradias.

Viana (2018), ao pesquisar sobre as intervenções espaciais sofridas no bairro Jockey Club e seus arredores, destaca que foi possível por vezes as diferenças dos limites entre os bairros não percebidas pelos próprios moradores.

A proximidade específica entre o Jockey Club e o Novo Jockey é bastante significativa e suas fronteiras nem sempre são bem delimitadas pelos moradores da cidade, fato que é possível constatar ao analisar o mapa apresentado pelo *Google Maps*, de 2022 e editado pela autora, pelo qual é exposto o bairro Novo Jockey em suas delimitações físicas e sua visível proximidade ao Jockey Club.

FIGURA 3: Mapa Bairro Novo Jockey



Fonte: Google Maps, 2022. Editado pela autora

De forma mais específica, para a compreensão das construções dentro do limite geográfico do bairro Novo Jockey, podemos recorrer aos estudos de Ferreira (2019), que aponta para as primeiras moradias do bairro construídas em meados da década de 1990 e início dos anos 2000. O autor acrescenta que posteriormente, entre os anos 2010 e 2015, o aumento do interesse imobiliário e a construção do conjunto habitacional municipal fizeram o bairro crescer ainda mais.

Diante do exposto, cabe a descrição das diferentes configurações residenciais do bairro Novo Jockey, considerando suas características específicas, em seus aspectos estruturais.

Sobre as configurações residenciais no bairro Novo Jockey, Viana (2018) pontua que, assim como o Jockey Club, o “Novo Jockey tem a ocupação do solo por diversos empreendimentos e de diversos padrões, os que vão do alto padrão ao popular e ainda habitações de interesse social, neste caso o próprio conjunto habitacional Morar Feliz” (2018, p. 89).

Ferreira (2019) descreve acerca das ocupações que surgiram nos anos 90 representarem a primeira geração de moradores do bairro atraídos pelo valor dos lotes. O autor destaca que as residências criadas nesse período apresentam um padrão semelhante, com características de casas unifamiliares de alvenaria e quintais pequenos que, com o decorrer do tempo, passaram a ser alugadas até mesmo para fins comerciais.

Em análise, Viana (2018) destaca que por volta dos anos 2000 os condomínios fechados estavam expandindo para as áreas periféricas da cidade de Campos, realidade presente também no bairro Novo Jockey, sendo este um marco na instauração de outra geração de moradores do bairro, fato que provocou modificação em sua paisagem e, conseqüentemente, nas formas de segregação espacial.

Estas configurações residenciais caracterizadas como espaços fechados, denominados de condomínios, representam uma categoria habitacional que, para Manhães e Arruda (2017), estão expandindo por todo o mundo e possuem como principais motivações para adesão dos cidadãos o discurso de segurança e o status social.

No mais, é possível acrescentar que os componentes simbólicos na escolha por esta tipologia residencial, submetem os sujeitos ao discurso voltado para o atendimento de suas necessidades sociais, sendo os mesmos que, para ZACCHI (2018, p. 100), “estariam inseridos na produção e reprodução das cidades, processo que atende aos interesses das empresas representadas por agentes do mercado imobiliário que usam as imagens para criar demandas por estes produtos imobiliários”.

De forma mais específica, Coutinho (2017) disserta sobre os condomínios fechados criados no território do Novo Jockey que, para o autor, possuem características mais modestas em comparação aos de alto padrão e seu público é composto por pessoas da classe média, que foram induzidos a esta opção de moradia devido a este discurso de segurança e lazer utilizado pelo mercado mobiliário e pela mídia, acrescido dos valores mais acessíveis. O autor acrescenta que:

Em alguns condomínios presentes no bairro percebemos que não há grandes diferenças entre casas voltadas para a rua e as casas implantadas intramuros, levando em consideração o padrão construtivo, acabamentos e áreas livres e áreas verdes, porém, é inquestionável que morar em um condomínio traz consigo os valores imateriais de “qualidade de vida”, “conforto”, “lazer”, “segurança” etc. (COUTINHO, 2017, p. 145).

Outra tipologia residencial, que marca o ano de 2010 no bairro Novo Jockey, foi construída pela prefeitura da cidade de Campos dos Goytacazes, através da criação do programa municipal *Morar Feliz*, criado para solucionar o déficit de moradias das famílias com necessidades habitacionais (FARIA, POHLMANN, 2015).

As autoras enfatizam que no programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*, durante o governo Lula (2002-2010), estados e municípios se atentaram para as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou de risco geológico. Foi neste período que a esfera federal do governo passou a delegar às prefeituras significativa autonomia com relação à criação de políticas urbanas que fossem favoráveis aos programas habitacionais municipais (FERREIRA, 2019).

A criação do programa *Morar Feliz* já havia sido anunciada nas eleições de 2008, período que ocorreram enchentes na cidade de Campos dos Goytacazes, atingindo moradias que se encontravam localizadas em regiões de precariedade no que diz respeito à infraestrutura urbana (FERREIRA, 2019).

Foi neste período que Rosinha Garotinho, candidata à prefeitura de Campos, prometeu que, durante sua campanha eleitoral, entregaria “em quatro anos, 10.000 unidades habitacionais às populações atingidas, principalmente aquelas que residiam nas margens dos rios Ururá, Paraíba do Sul e Lagoas” (FERREIRA, 2019, p. 54).

Após vencer as eleições municipais, a então prefeita Rosinha Garotinho, em sua primeira gestão na prefeitura de Campos — gestão (2009/2012) —, entregou 5.426 casas, com a promessa de entregar, entre 2013 e 2016, mais 4.574 casas distribuídas entre quatorze conjuntos habitacionais localizados em dez diferentes bairros da cidade, entre eles o bairro “Tapera, Eldorado, Parque Prazeres, Lagoa das Pedras, Parque Aldeia, Parque Santa Rosa,

Novo Jóquei, Penha, Esplanada e Travessão, todos localizados na periferia urbana de Campos” (FARIA, POHLMANN, 2015, p. 10).

Conforme o decreto n.º 055 /2011 (D.O. 28.02.2011), alguns critérios foram estabelecidos para concessão de casas às famílias moradoras de Campos: as que estivessem em condições nocivas de moradia; famílias consideradas de baixa renda econômica em uma cidade com significativo crescimento populacional.

O conjunto habitacional, escolhido para realização da pesquisa, isto é, o *Morar feliz* do bairro Novo Jockey, possui ao todo 934 residências e uma escola municipal. Ao todo são 15 ruas horizontais e três verticais. Em 2012, o local foi renomeado para *Condomínio Recanto das Flores*; suas ruas, antes reconhecidas por números (1 a 15), receberam nome de flores e árvores que, segundo os moradores, foi uma homenagem a prefeita da ocasião, Rosinha Garotinho (FERREIRA, 2019).

Em sua pesquisa, Arruda (2014) destaca que a entrega dos conjuntos habitacionais favoreceu o surgimento de situações de distanciamento e medo advindas de famílias que já residiam no bairro Novo Jockey, isto devido à insegurança provocada pelo tráfico de drogas que os antigos moradores do bairro associaram a chegada do conjunto habitacional,

Embora alguns destes bairros já possuíssem grupos criminosos anteriormente, o estabelecimento do programa acabou por causar um rearranjo destas facções, na busca por se afirmar também nos conjuntos, bem como o conflito com elementos rivais realojados oriundos de áreas diferentes (ARRUDA, 2014, p. 237).

Considera-se ainda que os “conjuntos habitacionais do Morar Feliz sofrem os mesmos estigmas que marcam as periferias urbanas das cidades brasileiras: o lugar da exclusão, da carência, da pobreza, da violência, enfim das classes perigosas” (FARIA, POHLMAN, 2015, p. 11).

O *Morar Feliz*, do bairro novo Jockey, trouxe grandes problemas de sociabilidade para o território gerando um processo de segregação entre os antigos moradores, que podem ser denominados como “estabelecidos”, e os novos moradores do conjunto habitacional, nomeados de forma didática como “outsiders”, isto devido ao estigma sobre estes últimos, considerados pelos primeiros como “gente ruim” (COUTINHO, 2017).

Elias e Scotson (2000) refletem a respeito da análise realizada em uma comunidade periférica, fato que possibilitou problematizações a respeito das relações construídas entre o “estabelecidos” e os “outsiders”, isto é, entre dois grupos de moradores em uma mesma comunidade, com as mesmas características socioeconômicas e que utilizam da “hierarquia

classificatória”, na qual os denominados estabelecidos (habitantes que residem no local há gerações) se veem como superiores aos que chegam à localidade, chamados de outsiders.

Com o passar do tempo, e ao longo da convivência, os “outsiders” tendem a interiorizar as representações criadas em suas relações territoriais com aqueles que já habitavam no local, fato que leva os recém-chegados a “se ver” como inferiores. Os autores acrescentam que:

Postos no papel de outsiders, os recém-chegados são percebidos pelos estabelecidos como pessoas "que não conhecem seu lugar"; agridem-lhes a sensibilidade, portando-se de um modo que, a seu ver, traz claramente o estigma da inferioridade social; no entanto, em muitos casos, os grupos de recém-chegados tendem inocentemente a se conduzir, ao menos por algum tempo, como se fossem iguais a seus novos vizinhos. Os mais "antigos" levantam sua bandeira, lutam por sua superioridade, seu status e poder, seus padrões e suas crenças, e em quase toda parte utilizam, nessa situação, as mesmas armas, dentre elas os mexericos humilhantes, as crenças estigmatizantes sobre o grupo inteiro, com base em observações sobre seu pior setor, os estereótipos verbais degradantes e, tanto quanto possível, a exclusão de qualquer oportunidade de acesso ao poder — em suma, as características que costumam ser abstraídas da configuração em que ocorrem sob rótulos como "preconceito" e "discriminação" (ELIAS; SCOTSON p. 175).

Com o passar do tempo a relação entre os “estabelecidos” e os “outsiders” tende a gerar o distanciando entre os dois diferentes grupos. Desta forma, eles são afastados das possibilidades de estabelecer relações horizontais de vizinhança que, por vezes, podem ser vividas entre moradores de um mesmo bairro que reconhecem a si e ao outro como cidadãos em suas diferenças.

Ocorre que, as disputas estabelecidas em um território tendem favorecer que os reconhecidos como os “estabelecidos” ajam de forma a excluir os “outsiders” do convívio social e dos equipamentos públicos em situações de receios, ou em que a insuficiência dos recursos públicos presente devido à falta de planejamento do Estado é atribuída a chegada dos novos moradores (ARRUDA, 2014; ELIAS, SCOTSON, 2000).

As relações que surgem das interações sociais e, conseqüentemente, do território que elas possibilitam emergir no espaço geográfico, podem ser analisados a partir da teoria das representações sociais. Portanto, recorro a mesma no próximo capítulo, entendendo que esta teoria permitirá melhor aproximação à temática e análise do objeto de estudo que demanda reflexões a respeito do reconhecimento de Si e do Outro a partir das interações territoriais.

2.3- AS RELAÇÕES DE PODER E O USUFRUTO DA CIDADE

Inicialmente, foi observado as semelhanças entre a história da cidade de Campos dos Goytacazes e à do Brasil como um todo, no sentido de serem marcadas por uma organização

de base escravocrata e das transformações espaciais significativas que ocorreram a partir do período de queda da economia açucareira, substituída pelo desenvolvimento das atividades econômicas pautadas na exploração do petróleo.

Para Aliprandi (2017), este período no qual Campos começou a recorrer à utilização proveitosa das atividades petrolíferas intensificou a expansão urbana e, conseqüentemente, o aumento do mercado imobiliário que fomentava novas formas de segregação pautadas na dicotomia entre o centro da cidade, com a valorização das suas edificações; e, a periferia, com a expressiva negligência do poder público.

É por este aspecto que podemos começar pensar sobre o mecanismo de exclusão daqueles que encontram-se na contramão do usufruto deste urbano resultante da industrialização, isto é, iniciaremos apontamentos a respeito dos cidadãos que não possuem o direito à cidade envolvendo, em princípio, a amplitude deste direito que não está limitado ao direito de um cidadão ter acesso ao espaço geográfico delimitado para sua moradia, mas a utilização de um espaço além de sua delimitação física, consideramos aqui o espaço simbólico de constante utilização e recriação.

De maneira mais específica, quando pensamos no direito a cidade nos referimos a um direito que ultrapassa um lote de terra em área urbana, pensamos na adequada infraestrutura de uma região e pensamos, primordialmente, em vida digna na cidade, no sentido de um sujeito não apenas ocupar o local, porém, de ter uma cidadania respeitada e usufruir do espaço social de forma mais integral possível. Neste ponto, nos deparamos então com a necessidade de desmiuçar alguns conceitos relacionados ao direito a cidade.

A partir de Tavolari (2016), e reconhecendo a complexidade de estudos pautados no conceito de direito à cidade como objeto de análise, evidenciamos que ocorreu no Brasil algumas confusões teóricas a partir de “uma amálgama entre o direito à cidade, de Lefebvre, e a noção de luta por acesso a equipamentos de consumo coletivo por parte de movimentos sociais urbanos, desenvolvida por Castells” (2016, p. 97).

Tavolari (2016) acrescenta que, com o passar do tempo e com a intensificação da presença do conceito de direito à cidade nos meios acadêmicos, algumas críticas surgiram devido à variedade dos sentidos impregnados ao termo, como se esta fosse uma maneira de evidenciar a falta de uma precisão conceitual.

A situação da tentativa de combinação entre Lefebvre e Castells propiciou o surgimento de trabalhos acadêmicos e ferramentas interventivas divergentes. Sobre esta ocorrência, Tavolari (2016) discorre a respeito de um ponto comum e importante entre os dois teóricos, isto é, os dois autores possuem a consciência de que:

O direito à cidade não se restringe a reivindicações imediatas dos movimentos por direitos ou serviços urbanos específicos — ele seria o conjunto dessas demandas, apontaria para outras noções como as de democracia, cidadania e autonomia, seria elemento constitutivo da formação de uma consciência ou experiência compartilhada pelos movimentos sociais. Também mostra que, nesse momento, “direito à cidade” não é uma categoria nativa, ou seja, não é mobilizado por quem protesta. É muito mais uma tentativa de organizar lutas fragmentadas num denominador comum, de ampliar pautas específicas para um contexto mais abrangente com objetivos políticos não imediatos, de dar um sentido à apropriação dos espaços da cidade e das lutas por direitos, na tentativa de traduzir mudanças na cultura política dos movimentos sociais urbanos. E, sobretudo, é utilizado como categoria para compreender a emergência desses movimentos — e menos como conceito associado a um livro de um filósofo francês de tradição marxista que deveria ser contextualizado ou modificado de acordo com o caso brasileiro (TAVOLARI, 2016, p. 102).

No mais, Tavalori (2016) enfatiza sua consideração sobre a necessária retomada às obras de Henri Lefebvre para aqueles que pretendem estudar o tema, devido ao fato de que, mesmo que por um tempo o Lefebvre ter sido ignorado entre os acadêmicos, o mesmo possui um lugar de inegável relevância por ter sido o pioneiro a dissertar sobre o direito à cidade.

Diante do exposto, recorreremos a Lefebvre (2006) para maior compreensão dos aspectos relacionados ao direito à cidade e encontramos, em princípio, relatos acerca da necessária compreensão do espaço social enquanto um instrumento que possibilita a produção de uma emancipação dos sujeitos, por conter a capacidade de abarcar relações de igualdade; em paralelo, este mesmo espaço social possui também a capacidade interativa de promover relações de dominação em uma cidade.

Sobre o parágrafo anterior, entende-se que o espaço enquanto produto das relações sociais carrega consigo as possibilidades de manutenção das relações de subordinação, ou da recriação de si por uma perspectiva que resulte no usufruto do direito à cidade entre os sujeitos da relação em suas diversidades.

Em análise, Sézérat (2020) discorre sobre alguns aspectos importantes para reflexões acerca do conceito de direito à cidade, abordando o mesmo em sua relação com a justiça social. Para autora:

Diante das variadas dinâmicas geradoras de injustiça, o direito à cidade remete ao direito de acesso aos recursos urbanos (apropriar-se do espaço – espaço vivido, percebido) e ao direito de participar da transformação da cidade (conceber o espaço – espaço concebido) [...] (SÉZÉRAT, 2020, p. 83).

Neste sentido, o direito à cidade é compreendido como o direito que engloba mais do que o acesso aos equipamentos urbanos; abrange a criação e recriação de Si através da transformação do espaço de convivência e relação social, “além disso, é um direito comum

antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar” (HARVEY, 2012, p. 74).

Cabe mencionar que este direito não é constituído como um direito natural, no sentido de surgir de forma inata em uma organização populacional; entretanto, ele corresponde “[...] a capacidade de centralidade dos grupos urbanos de interferir nas decisões sobre a cidade, e isto, frente aos interesses capitalistas de expropriação do urbano, sendo assim uma conquista” (ARRUDA, 2014, p. 51). Entendemos, assim, que esta conquista resulta de um processo promovido pela capacidade de alterar determinado espaço a partir das interações sociais.

A efetivação do direito à cidade estaria, desta maneira, relacionada com a perspectiva de uma cidade enquanto construção concreta e simbólica de seus habitantes e, de acordo com Lefebvre (2006), estes sujeitos são os que detêm as ferramentas necessárias para uma relação de apropriação do espaço em seu valor de uso e não no valor de troca incentivado pelo sistema capitalista, que reforça relações de subordinação e, por sua vez, ampliam as formas de segregação socioespacial.

A relação entre o sistema capitalista e a segregação socioespacial que interfere na efetivação do direito à cidade foi analisada por Arruda (2014). A autora explica o fato de a realidade urbana capitalista ser caracterizada pela existência de um espaço central, possuidor de determinados instrumentos urbanos necessários para o atendimento das necessidades dos cidadãos; entretanto, nem todos os sujeitos imersos numa sociedade capitalistas possuem acesso a este centro urbano.

Para Arruda (2014), aqueles que são excluídos do centro urbano são, conseqüentemente, excluídos da sociedade e das deliberações sobre a mesma; “por este motivo, o sistema capitalista pauta a produção da cidade sobre uma base segregativa, na qual apenas alguns grupos a produzem e decidem sobre a mesma” (2014, p. 52).

Arruda (2014) acrescenta sua compreensão quanto ao direito à cidade, que seria promovido pela capacidade dos grupos urbanos de interferir diretamente nas decisões sobre a cidade, grupos estes imersos em suas diversidades sociais mesmo diante de interesses do capitalismo de desapropriar o urbano da massa social.

Desta forma, o direito à cidade rejeita a exclusão resultante em relações espaciais de dominação por ser o direito ao acesso, intervenção e usufruto do espaço urbano com embasamento nos paradigmas da justiça espacial, no sentido de não haver segregação entre os cidadãos (SÉZÉRAT, 2020).

Podemos refletir sobre este direito também por intermédio das colocações de Rodrigues (2007), pelas quais compreende-se que este direito se torna presente nas lutas firmadas com o objetivo de promover um espaço com condições permanentes de mudanças e não da manutenção da segregação de determinados grupos. Nas palavras do autor:

Transformar o espaço segregado, em um espaço em que diminua a opressão, exploração e espoliação, o preconceito de raça, classe, etnia, gênero. Que o espaço segregado produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo não continue a ser condição de permanência, mas que se torne condição de mudança (RODRIGUES, 2007, p. 82).

Reconhecer o capitalismo enquanto um sistema de disputa de poder e segregação é perceber a demanda criada socialmente pelo crescimento do mesmo e que é geradora da desigualdade espacial; neste sentido, é possível observar que a presença da justiça em uma sociedade pressupõe a suspensão dos aspectos fragmentadores do capitalismo (SÉZÉRAT, 2020; LEFEBVRE, 2006).

Pensar sobre o capitalismo nos direciona a problematizar as categorias de trabalho que englobam grande parte da sociedade de classe média ou baixa, a partir de rotinas que retiram dos sujeitos o fôlego em movimentar-se para além de suas obrigações trabalhistas e de consumo.

Se a industrialização deixa de ser o motor das transformações sociais, tanto a alienação quanto a luta de classes não podem ser compreendidas como exclusivas do domínio da fábrica e da produção, abrindo caminho para pensar a retificação na vida cotidiana da cidade, em uma nova miséria urbana marcada pelos trajetos casa-trabalho, por uma vida programada e sem espontaneidade, em que a intervenção do planejamento urbano amparado pela técnica contribui de maneira decisiva para acirrar as cisões. E a consequência dessa hipótese é nada menos do que ressignificar o que se entendia tanto por dominação quanto por libertação. Não à toa, o horizonte de emancipação é designado pela expressão “direito à cidade” (TAVOLARI, 2016, p. 95).

Portanto, o direito à cidade estaria enraizado na relação de combate aos aspectos que giram em torno da dominação do espaço pelos donos dos meios de produção e do governo sobre parcelas da sociedade, que devido a questões econômicas e de poder, são subordinadas aos primeiros.

Entretanto, Lefebvre (2006) salienta que o direito à cidade ocorreria apenas quando o espaço possui suas relações pautadas em valores como de liberdade, sociabilidade e respeito às individualidades, abrangendo com isso, os direitos básicos de moradia e trabalho, por exemplo. Por esta perspectiva, o autor reconhece o direito à cidade como uma manifestação superior de direito quando comparada a dos outros direitos humanos, devido ao primeiro englobar os últimos a partir das relações estabelecidas entre os cidadãos.

Por assim dizer, a legitimação da justiça encontra-se nos objetivos do direito à cidade, que se contrapõe a subordinação nas relações de poder, ou seja:

[...] o direito à cidade pode ser visto como um conjunto de princípios sobre os quais se fundamentaria a cidade justa, mas também pode ser visto como um pacto que une os cidadãos no que diz respeito à justiça espacial. O direito à cidade não define uma política de reconhecimento em si, mas tende a proteger os cidadãos do desprezo e da exclusão, ao enfatizar os princípios da igualdade e da autonomia (SÉZÉLAT, 2020, p, 103).

Ao se opor a continuação de injustiças sociais, o direito à cidade almeja contemplar a efetivação de um desenvolvimento urbano que proporcione a emancipação dos cidadãos, por assim dizer, para além de ser individual e coletivo, podendo ser concretizado por ações conjuntas voltadas para os processos de urbanização (SÉZÉLAT, 2020).

No mais, podemos considerar o direito à cidade como um fenômeno que abrange “expectativas de mudança, das projeções de justiça, democracia e igualdade na cidade. E isso não só por parte dos movimentos sociais, mas também das tentativas de interpretação dos protestos recentes por parte da academia” (TAVOLARI 2016, p.106).

Diante do exposto, reconhecemos a relevância no estudo do direito à cidade, que tende a favorecer relações promotoras de equidade e justiça social, quando respaldadas em dinâmicas interativas que abarquem o potencial de reduzir a conservação de segregações e processos segregatórios de uma sociedade.

Até o momento foram sinalizadas as considerações sobre o espaço social como um produto das dinâmicas sociais; a partir daqui a ênfase ocorrerá na relação de poder que estas dinâmicas retratam em suas organizações, bem como as conseqüentes discriminações de determinados grupos sociais.

Almejando a interlocução entre os conceitos deste subitem e aqueles que respaldam o raciocínio analítico da presente dissertação, apresentaremos diálogos sobre o território construído a partir das relações de poder.

Para Colucci e Souto (2011), o território se refere as relações humanas estabelecidas em determinada delimitação espacial; desta forma, o espaço ocupado por sujeitos e o território tornam-se intimamente ligados. As autoras sinalizam ainda para que o espaço social está relacionado as dinâmicas socioprodutivas dos grupos em suas diferentes formas de exercer o poder, enquanto o território estabelece e delimita a extensão desse poder.

A perspectiva de território usado se coloca como uma busca por compreender a articulação entre território e vida cotidiana, pois remete aos aspectos relacionais e dinâmicos que perpassam a constituição do território, incluindo-se as relações de poder, em que ele pode estar ausente ou não. É nesse campo que se constituem

historicamente os territórios, com suas desigualdades produzidas e reproduzidas de forma cotidiana, e em que os desafios se colocam durante todo o processo histórico de produção do espaço territorial (NICOLA, 2021, p. 849).

O poder exercido no território relaciona-se com o sentido da dominação propriamente dita, bem como o poder simbólico da apropriação do espaço socialmente construído e permeado pelo que é vivido. (HAESBAERT, 2007).

Sobre as cidades, enquanto espaços sociais compreendidos como produtos e produtores das relações estruturais da sociedade, podemos refletir sobre elas enquanto integradas por dinâmicas de poder exercidas pelos grupos sociais, dinâmicas estas expressadas através das relações sociais do poder de criar e recriar o espaço compartilhado.

Por esta perspectiva, a cidade — enquanto produto e produtora das dinâmicas estruturais da sociedade — é um local de diversas relações sociais; entretanto, quando permeada por conflitos entre os sujeitos, as relações podem gerar relações de apropriação do território, considerando que nesta disputa existem aqueles que detêm o poder e aqueles discriminados por não comporem o primeiro grupo.

Isto é, em uma cidade pode ocorrer, de acordo com Arruda (2014) determinados processos de disputas entre os diferentes grupos do novo território que buscam sua legitimação, podendo assim reiterar processos de desigualdade e estigmatização presentes em conflitos históricos de apropriação de um espaço social, considerando o desnivelamento das proporções do poder simbólico presentes em um território.

A perspectiva de território usado se coloca como uma busca por compreender a articulação entre território e vida cotidiana, pois remete aos aspectos relacionais e dinâmicos que perpassam a constituição do território, incluindo-se as relações de poder, em que ele pode estar ausente ou não. É nesse campo que se constituem historicamente os territórios, com suas desigualdades produzidas e reproduzidas de forma cotidiana, e em que os desafios se colocam durante todo o processo histórico de produção do espaço territorial (NICOLA, 2021, p. 849).

Sobre o assunto, Haesbaert (2007, p. 23) afirma que “todo território é, ao mesmo tempo, e, obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados””.

O poder exercido no território relaciona-se com o sentido da dominação propriamente dita, bem como o poder simbólico da apropriação do espaço socialmente construído e permeado pelo que é vivido. (HAESBAERT, 2007).

Acerca disso, é possível constatar que o território é instituído apenas com a existência das relações e interações sociais dos sujeitos em seus processos de sociabilidade, inerentes a construção do próprio Espaço Social.

Neste sentido, torna-se evidente que a construção do território “[...] tem como mediações os aspectos políticos, econômicos e culturais da vida social, sendo ainda”. (NICOLA, 2021, p. 849).

Considerando esta dinâmica interativa dos territórios, a partir das circunstâncias relacionais dos diferentes grupos sociais, destaca-se, de acordo com Fuini *et al.* (2014), que os conteúdos produzidos pelas dinâmicas relacionais de um território são chamados de territorialidade, que está presente nas situações cotidianas dando um valor e função aos objetos do espaço social. Os autores pontuam ainda que,

Poderíamos tratar então de territorialidade associada a grupos sociais, eventos culturais e religiosos, intervenções públicas, investimentos privados etc. A territorialidade se expressa em espaços e tempos distintos e, às vezes, simultâneos, como é o caso dos centros urbanos, com as territorialidades do comércio entrecruzadas pelas territorialidades das tribos urbanas, do trânsito, das igrejas, enfim, com a justaposição de territorialidades sagradas e profanas. Até mesmo podemos tratar de territorialidades cíclicas, com o uso de espaços urbanos pela atividade empresarial durante o dia e, à noite, pela prostituição e por usuários de drogas, por exemplo (FUINI *et al.*, 2014, p. 04).

Diante do exposto, entende-se o conceito de territorialidade como um fenômeno que estimula a efetivação do território e evidencia as múltiplas especificidades sociais presentes no mesmo, isto é, o território é o espaço de domínio dos sujeitos sociais que adaptam sua organização a partir da territorialidade que, por sua vez, delimita as extensões do espaço pelas quais as relações de poder anteriormente consolidadas podem acabar por se dissolverem. (COLUCCI; SOUTO, 2011).

Ocorre, então, que o “poder incidente sobre uma determinada extensão de um território não consegue, por motivos bem distintos, se impor e ser reconhecido como hegemônico” (COLUCCI; SOUTO, 2011, p. 118), pois, conforme Nicola (2021), o território só se torna concreto através das interações sociais dos sujeitos em uma relação espacial de sociabilidade, com interferências dos aspectos culturais, históricos e econômicos.

Desta forma, compreende-se que os espaços territoriais emergem a partir das dinâmicas entre desiguais grupos diferenciados com base nos aspectos construídos em sociedade, que influenciam suas desiguais formas de ocupação e uso do espaço social exercido em um cotidiano composto pelas diversas e complexas combinações e misturas que, para Vogel e Mello (2017), devia ser a fonte de conhecimento produzido sobre o fenômeno urbano.

A partir de então, compreende-se que, enquanto o espaço social é aquele que constituído e utilizado como local de relações entre os sujeitos, o território se enquadra na definição que abrange quando as dinâmicas de poder entre estes sujeitos da relação social.

A organização urbana da cidade estaria, assim, distante de uma construção homogênea e idealizada por alguém; contudo, é constituída por espaços compostos pelas expressões da vida cotidiana dos sujeitos a partir da cultura, história, conflitos e modos de apropriação e fruição do espaço (VOGEL; MELLO, 2017).

Portanto, o território social promove a materialização dos diferentes sentidos de apropriação de um mesmo espaço; surge, então, o questionamento sobre até que ponto fatores históricos da construção de espaço social intervêm na organização dos territórios.

Cabe refletir sobre a influência dos processos históricos de organização simbólica e funcional de um espaço social construído em uma cidade repleta de significados compartilhados em suas funções práticas dos grupos sociais.

A partir daqui, serão tratados os assuntos pertinentes à historicidade da cidade de Campos dos Goytacazes, por conter em seu processo de desenvolvimento social os diferentes grupos que irão compor os objetos desta pesquisa.

CAPÍTULO 3- REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO NOVO JOCKEY

A teoria das representações sociais (RS), escolhida como forma de análise do objeto deste trabalho, nos forneceu subsídios para compreensão de aspectos encobertos pelos modos de interações pautados em conhecimentos formulados pelos sujeitos no espaço de convivência social.

Desta maneira, a análise das representações sociais (RS) pode ser considerada como uma ferramenta que permite emergir significados inerentes em diversos comportamentos humanos que surgem durante uma interação social, sendo assim, a teoria das RS possibilita a maiores reflexões sobre as informações elaboradas e disseminadas durante as relações sociais, bem como a ampliação da compreensão sobre distintas formas de interação humana em determinado espaço social.

A partir daqui, após termos exposto as considerações introdutórias do presente capítulo, seguiremos com a exposição de uma apresentação teórica, descritiva e reflexiva da teoria das representações sociais, bem como destas apreendidas no bairro elencado.

3.1- PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

No presente tópico traremos alguns conceitos pertinentes à compreensão das representações sociais enquanto teoria e prática de pesquisa, para favorecer uma percepção mais abrangente do leitor quanto às análises que serão apresentadas posteriormente.

Inicialmente evidenciamos que o termo *representações sociais* (RS) foi utilizado pela primeira vez por Serge Moscovici, um psicólogo social que expôs suas preposições sobre a temática em 1961, na obra intitulada de “*A psicanálise, sua imagem e seu público*”. A contar dessa situação, o autor passou a dedicar-se ao desenvolvimento da teoria das representações sociais.

Moscovici (2011) esclarece a teoria em questão como uma sistematização conceitual de informações a respeito da utilização das representações sociais (RS) propriamente dita que, para o autor, são criações mentais que emergem a partir de interpretações dos sujeitos sociais com objetivo de utilizá-las como conhecimentos necessários em uma relação cotidiana, fato que auxilia a maneira como os sujeitos entendem o contexto que vivem.

Denise Jodelet, renomada referência nos estudos sobre a teoria das representações sociais, descreve as mesmas como um exemplo de comunicação que utiliza informações

respaldadas nos sistemas de crença da sociedade, sendo comumente utilizadas pelas pessoas com o objetivo de entender realidade comum.

Ainda na acepção de Jodelet (2001), as representações sociais são fenômenos cognitivos que surgem de interpretações do mundo exterior sem relação direta com o conhecimento científico e, entretanto, tem o poder de conduzir as relações humanas.

Em outras palavras, é através do senso comum que as RS são construídas e interiorizadas por cada sujeito, isto é, a compreensão dos fenômenos da realidade ocorre por meio de uma análise coletiva do mundo em que vivemos e é passada de geração para geração através dos encontros entre os sujeitos em suas relações. (MOSCOVICI, 2011).

As representações sociais estariam desta forma articuladas aos aspectos históricos, sem com isso perder o que Villas Bôas (2010) denominou como sendo um dos principais objetivos deste fenômeno, ou seja, o de transformar o estranho em algo familiar.

Moscovici (2011) salienta que é através disseminação das representações sociais entre as diferentes gerações que ocorre a influência no modo como os sujeitos presentes entendem a realidade a partir de um conhecimento formulado em um contexto anterior e que possui aspectos semelhantes ao momento atual; por assim dizer, as RS intervêm nas percepções mentais de cada pessoa através da memória coletiva que propaga conhecimentos formulados no passado e atribuídos a acontecimentos presentes.

Dito isto através de Mocovici (2011), reafirmamos que há nas RS uma função amplamente conhecida entre os estudiosos que, por vezes, é compreendida através de sua própria conceituação, e sua funcionalidade em classificar determinados objetos e fenômenos sociais no intuito de torná-los conhecidos a partir de crenças preexistentes em determinado contexto social.

Importa mencionar que para a consolidação dos processos históricos, ocorre um modo de união entre fenômenos psíquicos e históricos que permitem alcançar a finalidade de familiarização dos fenômenos incomuns. Villas Bôas (2010) pontua que as pessoas recorrem, mesmo que de forma não consciente, a dois mecanismos de compreensão, sendo eles o da ancoragem e o da objetivação. Estes mecanismos permitem um processo de pensamento baseado na associação com elementos armazenados na memória.

A ancoragem possibilita transformar o estranho em algo comum, ou seja, a nomeação do novo a partir da relação que estabelecemos entre este desconhecido e uma categoria que acreditamos ser apropriada para ele. Por outro lado, a objetivação pode ser compreendida como a materialização do pensamento, o momento em que o mesmo deixa de

passar a estrutura de determinada figura mental a um conceito de objeto concreto (MOSCOVICI, 2011).

Ainda sobre o mecanismo da objetivação, Moscovici (2011) apresenta algumas etapas que o constituem, sendo elas a seleção e reorganização das crenças sobre o fenômeno (de acordo com o contexto sócio-histórico), a organização dos elementos selecionados e a naturalização, que ocorre quando os conceitos passam a equivaler à realidade.

Neste sentido, compreendemos que este processo de naturalização do incomum reúne aspectos históricos, que são mais invariáveis, com a contextualização da ocasião, sobre esta constatação, Villas Bôas (2010) argumenta que:

A historicidade das representações sociais se constitui em uma zona de confluência entre conteúdos com características mais estáveis, porque oriundos de épocas históricas anteriores e que são reapropriados no senso comum e conteúdos flexíveis, dependentes do contexto imediato, e que são caracterizados pela mobilidade de seus elementos (VILLAS BÔAS, 2010, p.396).

Sobre esta contextualização referente ao momento presente, Moscovici (2011) descreve um exemplo da familiarização de um fenômeno desconhecido, que nos auxilia a observar ainda que propagação das representações sociais tendem a se apresentar com explicações distantes da lógica. Sobre este fato, o autor evidencia o exemplo constatado em seus estudos sobre pesquisas de opiniões do senso comum acerca da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS); neste ponto, os relatos que a maioria das pessoas expõe são marcados por explicações não coerentes com o bom senso e raciocínio crítico.

Os modos de compreender a realidade com base em ponderações banais é um fato que traz consigo influências negativas na maneira como as pessoas e grupos lidam com aquilo que não é comum à realidade previamente compartilhada entre seus pares, para Moscovici (2011), a submissão das interações à interpretações populares tendem gerar diversas consequências negativas para as relações estabelecidas em um espaço social, como a segregação de determinados grupos .

Sobre este aspecto, salienta-se que as representações sociais, por vezes, provocam medos e comportamentos violentos, não são frutos do potencial imaginativo de uma pessoa que está descontextualizada de sua realidade sociocultural, mas de sujeitos que não são apenas influentes ou influenciados pelo espaço social, ou seja, as RS resultam da interação entre as pessoas e o espaço, de modo a intervirem simultaneamente nessa relação.

Pensar no sujeito de relação com o espaço social criado pelas interações das pessoas é pensar nas representações sociais como construções de um ser que é social, isto é, de um “(...) sujeito que não é apenas produto de determinações sociais, nem produtor independente,

pois as representações são sempre construções contextualizadas, resultado das condições em que surgem e circulam” (SPINK, 1993, p. 303).

Para Spink (1993), além da função social de familiarização do estranho (função cognitiva provocada pela relação entre o sujeito e o espaço de interação social), as RS possuem também seu aspecto relacionado a legitimação de suas próprias identidades, bem como a proteção das mesmas por intermédio de componentes afetivos.

Spink (1993) destaca, ainda, a função de conduta social, isto é, através do conhecimento compartilhado socialmente, os sujeitos interiorizam um modo de agir considerado o apropriado de acordo com suas representações sociais que são criadas e compartilhadas em seu meio social.

A relação direta entre o sujeito e seu espaço social é expressa em elementos cognitivos, que estão vinculados a esta situação real dos sujeitos e são os mesmos que enunciam as representações sociais. Sobre esta questão, Jodelet (2001) acrescenta que as RS podem ainda ser refletidas como:

[...] fenômenos cognitivos, envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social que a ela estão ligados (JODELET, 2001, p. 22).

Dito isto, não é possível negligenciar os aspectos afetivos enquanto influentes na formulação das representações sociais. Sobre o assunto, Spink (1993) menciona que a questão do afeto é introduzida neste processo de criação quando o ser humano abre espaço para seu potencial criativo e subjetivo. Seria a esfera subjetiva que traz para questão o afeto.

A partir daqui, já não compreendendo as RS como restritas a atividades cognitivas do processo mental, entende-se que as representações não podem ser reduzidas apenas a questões objetivas de expressão humana, devido ao fato delas resultarem também do afeto, ou seja, as RS estão associadas às atividades mentais que apresentam-se correlacionadas aos aspectos envoltos de sentimentos e emoções psíquicas resultantes de interações sociais.

Desta forma, retornamos a Moscovici (2011) para pontuarmos sobre essas representações que permeadas por afetos que resultam de experiências sociais e interpretações não científicas, estão presentes na forma como percebemos e elaboramos o mundo, as pessoas, e os acontecimentos.

Moscovici (2011) pontua, sucintamente, que a teoria das representações sociais nos permite compreender a realidade comum predeterminada por convenções sociais, a fim de se categorizar os fenômenos e assim torná-los conhecidos e partilhados socialmente.

Algumas das representações existentes em diferentes formas de interação humana são notoriamente carregadas de conceitos pejorativas, que determinados grupos têm sobre aqueles que lhe parecem estranhos, isto é, sobre grupos de sujeitos não comuns, os que não são habituais em um meio conhecido e familiarizado. (MOSCOVICI, 2011).

A partir de situações vivenciadas por inúmeras pessoas, em que ocorrem contextos de possíveis conflitos territoriais pela disputa do espaço, entende-se que as relações conflitantes podem ter como base o reconhecimento e a disseminação de conceitos pejorativos de um grupo sobre o papel representado pelo outro grupo.

Para além disto, as representações sociais que emergem em um bairro, no qual é construído um conjunto habitacional, podem ocorrer como resultado de conflitos que surgem não apenas a partir de um primeiro contato com o desconhecido, mas, também, da relação cotidiana vivenciada com os mesmos, que nos:

[...] espaços segregados da cidade que são compostos por grupos socialmente rebaixados que internamente se excluem, no caso moradores dos conjuntos habitacionais e do bairro do entorno desses conjuntos, podem levar a constituição de conflitos e disputas por recursos insuficientes. (ARRUDA, 2014, p. 84).

A partir da exposição conceitual das representações sociais, apresentaremos nos próximos segmentos da dissertação as experiências ocorridas no bairro Novo Jockey contemplando a apreensão das RS dos moradores do Novo Jockey a partir de suas relações com a vizinhança e o impacto das mesmas na possível reconstrução do território por meio das interações dos diferentes grupos que residem no local.

3.2- O COTIDIANO DO BAIRRO ATRAVÉS DOS ENCONTROS

Neste momento serão apresentadas de forma sistematizada as experiências da pesquisadora no bairro Novo Jockey, com pontuações de algumas reflexões sobre o cotidiano dos moradores e o percurso do desenvolvimento social do bairro.

De maneira mais específica destacaremos neste subtópico destacaremos a realidade do bairro encontrada durante a pesquisa, a partir do registro no diário de campo, sendo este um arquivo de anotações realizadas durante a observação participante.

Assim como a exposição da realidade vivenciada pela pesquisadora, faremos referências as considerações apresentadas por pesquisas anteriores sobre a temática, como por exemplo, a tese de Ferreira (2019), que analisou os sentidos atribuídos ao habitar pelos moradores do conjunto habitacional no bairro Novo Jockey, bem como o estudo realizado por

Arruda (2014), sobre a Política Habitacional e o Direito à Cidade, que descrevem, entre outras questões, o fato de que os moradores residentes do bairro há maior tempo carregavam consigo concepções pejorativas socialmente preconcebidas sobre a tipologia residencial identificada aqui como conjunto habitacional, bem como sobre seus habitantes.

Quanto as RS citadas no parágrafo anterior, fazemos menção ao processo desenvolvimentista da cidade de Campos, originado concomitantemente à periferização de determinados grupos campistas que ao longo dos tempos apresentam questões relacionais fortemente atreladas à segregação social.

Consideramos que com no período de mudança para o conjunto habitacional, aqueles que advinham de outros locais da cidade foram reconhecidos pelos antigos residentes do bairro como um grupo de *estrangeiros*, o que gerou certa desconfiança e medo manifestos em atitudes como a criação de apelidos “(...) como 'moradores de Nova York', a expressão de certa forma anuncia a relação entre estabelecidos e forasteiros” (FERREIRA, 2019, p. 230).

Ocorre que, as relações entre diferentes grupos em um mesmo espaço social, quando permeadas de conceitos depreciativos de um grupo sobre o outro que, até então, não é familiar, constroem-se a partir das representações sociais criadas e compartilhadas de modo a possibilitar meios para lidar com o desconhecido. (MOSCOVICI, 2011).

Frente ao exposto, entendemos ser relevante um trabalho que busque analisar o processo de construção das representações presentes atualmente neste território compartilhado por diferentes configurações sociais de residências, que reconfiguram o espaço vivido e suas formas de sociabilidades a partir das interações sociais.

É oportuno considerar que o bairro escolhido para a pesquisa representa também a história da criação dos condomínios fechados, que se deu após a fixação das vivências dos primeiros moradores. Fica evidente, portanto, que a inserção dos condomínios fechados cria um grupo diferente de residentes do bairro, o que permite analisar outras relações de convivência no mesmo espaço social e também possibilita reflexões relacionadas à habitação como negócio.

Neste sentido, a aproximação das relações construídas entre moradores do bairro Novo Jockey objetivou compreender, através dos atores sociais envolvidos na relação socioespacial do território, as representações que permeiam o mesmo, com intenção de identificar como estas representações presentes em um território compartilhado por diferentes tipologias habitacionais reconfiguram o espaço vivido e suas formas de sociabilidades.

Para darmos continuidade ao desenvolvimento do presente subtópico, informamos a respeito da delimitação espacial do campo da pesquisa, que corresponde a Av. Rosa Montezano de Oliveira, também conhecida como Rua Principal e/ou Rua do Ônibus.

Ao longo da coleta de dados, o percurso realizado abrangeu as casas do conjunto habitacional que ficam dispostas para a avenida selecionada; um condomínio fechado com significativa proximidade ao conjunto habitacional, bem como algumas edificações de casas em rua pública, além de comércios localizados ao longo da avenida, como sinalizado pelo mapa a seguir:

FIGURA 4: Mapa da Avenida Rosa Montezano de Oliveira



Fonte: Google Maps, 2022. Editado pela autora

Sobre a referida avenida, Ferreira (2019) destaca que a mesma representa “uma das ruas mais antigas do bairro Novo Jockey, possuindo aproximadamente 3 km de extensão. Com início na Avenida Presidente Kennedy, atravessa o Novo Jockey” (2019, p. 96).

Apesar de sua considerável extensão, a avenida selecionada foi explorada em aproximadamente 50% de seu tamanho total, por meio da etnografia no período de 18 (dezoito) meses, que compreenderam abril de 2021 a agosto de 2022. Cabe enfatizar que um fato significativamente característico do primeiro ano de realização da pesquisa, que consiste em meados do mês de abril ter sido marcado por diversas cidades do estado do Rio de Janeiro, entre elas Campos dos Goytacazes, permanecendo com a utilização de medidas restritivas de

circulação de pessoas, no intuito de amenizar a propagação do vírus da COVID-19; este fato gerou a concretização de barreiras que dificultaram a realização da pesquisa.

As medidas restritivas, que de acordo com David (2021), foram consideradas como obrigatórias por serem uma forma de reduzir o potencial de transmissão do vírus da COVID-19, foram incorporadas por diversas nações após o referido vírus ter sido identificado ainda no final do ano de 2019, na China, por meio de uma “pneumonia” até então desconhecida e que, em apenas um mês de sua constatação já estava sendo mundialmente divulgada como uma doença com alto grau de contágio.

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde caracterizava a doença em questão como um surto que já no final de março do mesmo ano foi reconhecida como uma pandemia, devido seu caráter global (DAVID, 2021).

Diante desta realidade, as intervenções sanitárias foram tomadas em diversos países, como o Brasil, a fim de conter a rápida transmissão viral que percorria o mundo e resultava no aumento da demanda por internações hospitalares de pessoas que apresentavam complexos sintomas respiratórios.

Apesar do percentual de pacientes com sintomas graves corresponder a cerca de 20% dos infectados, a propagação do vírus ocorria de forma extremamente rápida, fato que, conseqüentemente, gerava o aumento do número de contaminados que necessitavam de atendimentos médicos mais específicos (DAVID, 2021).

Diante do esclarecimento de alguns fatos que ocorreram no início da pandemia de covid-19, evidenciamos que durante o começo da pesquisa de campo o Brasil ultrapassava, segundo David (2021), a marca de 200 mil óbitos e mais de oito milhões de infectados. Para o autor supracitado, esta realidade atingia também aqueles que não haviam sido contaminados pelo vírus; pois, em um contexto de mínima circulação de pessoas nas vias públicas, somado a restrição do mercado autorizado a comercializar apenas produtos e serviços considerados essenciais (como de alimentação, fármacos e higiene), o período de crise se caracterizava também como uma crise econômica que atingia, sobretudo, os pequenos negócios e as famílias socioeconomicamente vulneráveis.

Devido esta realidade, o processo de entrada no bairro Novo Jockey ocorreu em um cenário de medo e desconfiança, por parte da pesquisadora e de alguns interlocutores da pesquisa. Apesar de que, o maior empecilho ocorreu para além de receios subjetivos, mas por impedimentos concretos respaldados em normas organizacionais do condomínio fechado.

A rotina do bairro, no começo do mês de abril de 2021, estava visivelmente alterada. Era possível observar os inúmeros comércios fechados, além da ausência de estudantes

transitando entre o bairro e as escolas, que em sua maioria são nos bairros vizinhos ou no centro da cidade, sobretudo, aquelas que recebem alunos do ensino fundamental — anos finais, e do ensino médio, realidade afirmada posteriormente pelos moradores do bairro.

Em 7 de abril de 2021, uma quarta-feira, por volta das 10h da manhã, ainda sem conhecer o bairro, adentrei ao mesmo por intermédio de uma pessoa com quem meu vínculo já era estabelecido devido nossa relação de amizade, sendo esta pessoa escolhida por já conhecer o bairro; a mesma me deixou em frente ao condomínio fechado situado na rua Rosa Montezado, que fica com estreita proximidade física ao conjunto habitacional.

Ao observar os arredores do condomínio fechado, percebi que o isolamento social decretado pela prefeitura de Campos dos Goytacazes parecia manifestar-se de forma mais intensa dentro daquele espaço particular. Apesar da avenida na totalidade expressar um quantitativo visivelmente baixo de circulação de pessoas, a movimentação intramuros do condomínio fechado era inexistente, ao menos nas regiões observadas através de seus portões.

Caminhando um pouco mais, percebo o quão estreita é a avenida Rosa Montezano de Oliveira, principalmente devido às calçadas terem sido ocupadas por alguns comerciantes que modificavam as mesmas com a intenção de usufruir do espaço de modo favorável ao seus comércios, fato que gerou a obstrução do caminho de pessoas que demandam acessibilidade para locomoção. Um pouco mais adiante estava o conjunto habitacional, que apresentava uma circulação mais sutil que a avenida como um todo, entretanto, ainda com maior volume que do condomínio fechado.

Os dias de abril seguiram com caminhadas exaustivas realizadas no espaço delimitado pela rua principal. Por ser uma via urbana pouco arborizada, em um período de calor intenso, sobretudo, durante a manhã e começo da tarde, as visitas ao local para prática de observação não instigavam a motivação, mas não é possível associar a experiência inicial ao total desalento, pois, as poucas pessoas que circulavam na rua manifestavam em seus olhares certa curiosidade sobre minha presença e, apesar de nenhuma ter se aproximada espontaneamente, pareciam receptivas a comunicação breve, como quando alguma informação específica sobre o bairro era solicitada.

Constatai que, apesar da utilização de máscara de proteção facial compor algumas das estratégias decretadas como obrigatórias para redução da propagação do vírus para as pessoas que precisavam manter-se ativas fora de suas casas, uma quantidade pequena de moradores usava as máscaras locais fechados, como transporte público e comércios em funcionamento.

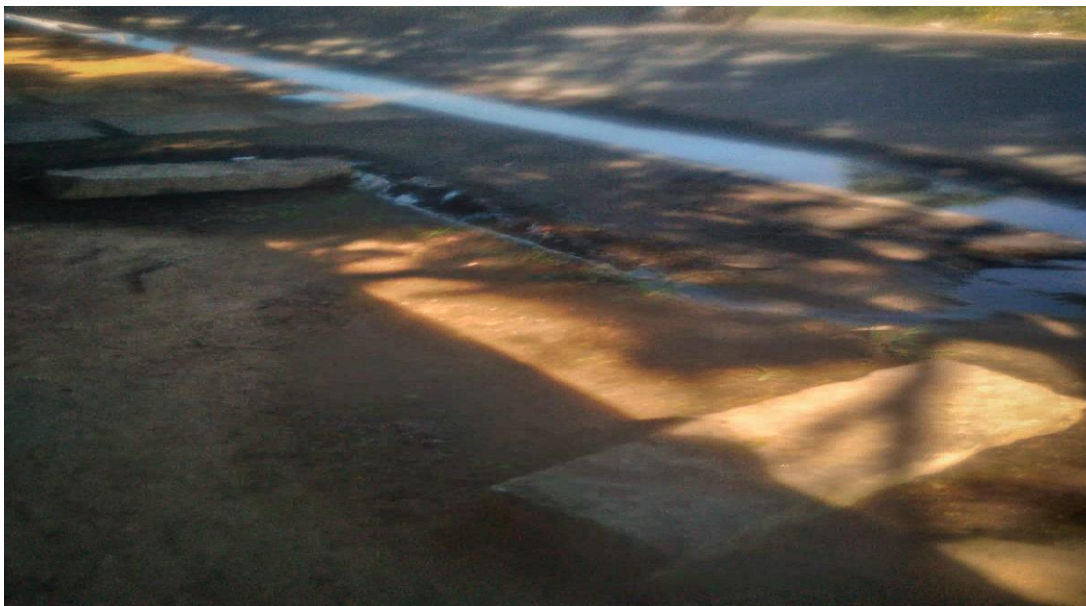
A rua principal pode ser também caracterizada por um asfalto coberto de areia fina que parecia advir de algumas obras inacabadas. Mesmo com consideráveis áreas de residências e comércios, notou-se a presença de terrenos vazios, rodeados por cercas simples, sem imóveis e preenchidos por matagais e árvores robustas com um tom de verde que chamava atenção por sua vivacidade.

O movimento do tráfego de carros estava presente; mesmo assim, a sensação era de estar em um bairro próximo ao abandono, talvez em razão de ter um pequeno número de pessoas circulando e comércio em funcionamento, fato que atribuo ao período pandêmico.

No primeiro fim de semana presente no bairro, em um sábado na parte da tarde, o bairro pareceu retomar uma parte de seu vigor, principalmente na região delimitada pelo conjunto habitacional. Além dos jovens em grupos pelas ruas do conjunto, pareceu ter ocorrido a intensificação do tráfego de veículos na avenida principal.

Uma imagem que chamou a atenção foi que, muito próximo a um grande condomínio fechado em processo de construção na avenida principal, havia uma casa em rua pública com uma calçada marcada pelo fluxo do esgoto a céu aberto, como é possível observar na imagem a seguir:

FIGURA 5: Fotografia realizada durante observações do trabalho, calçada de uma casa em rua pública na Avenida Rosa Montezano de Oliveira.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Algumas das contradições entre as tipologias habitacionais e a infraestrutura do bairro como um todo, serão refletidas mais adiante, sobretudo, quando as falas dos interlocutores da pesquisa apontam para os paradoxos no local.

Durante a semana seguinte, tentei aproximação direta com algumas pessoas que caminhavam pela Rosa Montezano; no entanto, elas não se dispuseram a falar por muito mais que alguns poucos minutos, demonstrando, em sua maioria, um notável cansaço além de pressa para chegarem em suas casas após retornarem de seus locais de trabalho, no centro da cidade.

Percebi que naquele período, ao menos durante os dias que não se enquadram no fim de semana, a circulação de moradores do bairro ao redor dos condomínios fechados era realizada majoritariamente por trabalhadores que não tiveram suas atividades laborais suspensas com a pandemia.

Ao tentar aproximação inicial com os moradores dos condomínios fechados presentes na Rosa Montezano, sendo um vertical e o outro horizontal, não resultou em sucesso, devido ao fato dos mesmos não saírem dos condomínios fechados nos momentos de espera da pesquisadora.

Os dias foram passando e as observações participantes sobre esta parcela de moradores do Novo Jockey resumia-se a todos dentro de suas casas e/ou apartamentos sem sair dos mesmos durante a maior parte do período da manhã e/ou da tarde, entre os dias 13 e 15 de abril de 2021.

Outra tentativa de aproximação com os moradores dos condomínios fechados foi me apresentando como pesquisadora da UENF aos porteiros dos mesmos, e solicitando intermediações para um possível encontro com os síndicos e/ou diretamente com os moradores; no entanto, os porteiros argumentavam questões como “o síndico não mora aqui”, ou, “esse tipo de trabalho não pode ser feito durante a pandemia”, além de “não tenho autorização para fazer essa mediação”.

Percebendo a dificuldade que seria o acesso aos moradores dos condomínios fechados, optei por iniciar a pesquisa pelos mesmos através de mediações de contatos pessoais; foi a partir de então que consegui acesso a uma moradora do condomínio fechado organizado em casas horizontais e localizado há poucos metros do conjunto habitacional do programa Morar Feliz, sendo esta uma ocasião de significativa importância para o desenvolvimento do trabalho, considerando marcar o começo do contato direto entre a pesquisadora e seus interlocutores.

A moradora aceitou me receber no dia 21 de abril de 2021, durante o período da manhã. Naquela data, ao entrar no condomínio fechado, observei que a ausência de pessoas pelos arredores da área externa era maior do que minha impressão inicial. A moradora em questão será denominada aqui, devido ao sigilo da pesquisa, como Bruna.

Bruna, de 27 anos, caminhou comigo pelas ruas do condomínio por cerca de 25 min.; nossa comunicação apresentava dificuldades de compreensão por ambas as partes, devido as duas estarem em uso de máscaras faciais, além de possuímos um tom de voz baixo, que foi ainda mais reduzido devido ao receio da Bruna em ser ouvida por algum funcionário do condomínio, pois, segundo a mesma, não poderíamos estar ali na área comum do condomínio; porém, para Bruna era mais seguro do que aceitar a alternativa do encontro ser dentro de sua casa.

Bruna temia a possibilidade de eu ser uma pessoa contaminada e assintomática, fato que elevaria as chances de contaminação caso estivéssemos em um local fechado, como dentro de sua casa. Sugeri que saíssemos para uma dar uma volta no bairro. Todavia, Bruna alegou sentir-se mais confortável dentro do condomínio fechado, por ainda não conhecer muito bem o bairro.

Em seus relatos, Bruna mencionou ter um filho de 05 (cinco) anos de idade e ter se mudado para o Novo Jockey com sua família há aproximadamente sete meses; afirmou que desde então o seu filho, assim como as outras crianças do condomínio fechado, estava proibido de usar a área externa do condomínio, como medida protetiva, e os adultos estavam autorizados a utilizar a área externa após solicitação formal com apresentação de justificativa plausível. Bruna acreditava que não conseguiria autorização para a pesquisa ser realizada, por isso optou em nem ao menos solicitar.

Bruna reconheceu a importância das medidas como uma forma de segurança para os próprios moradores; foi então que começamos a falar sobre a questão da segurança de forma geral. Bruna afirmou sentir-se segura em sua nova residência, apesar da proximidade com o conjunto habitacional. A mesma relatou ter tido receio em mudar para o bairro devido à fama da presença do tráfico no conjunto habitacional, mas seu esposo a convenceu sobre a segurança do condomínio fechado e, chegando ao bairro percebeu que o local não demonstrava ser perigoso; para ela:

O bairro num todo parece seguro, isso devido ao tráfico mesmo que é dono do conjunto habitacional e do bairro. Eles protegem o bairro e não deixam nem ter roubos aqui. O pessoal deixa as bicicletas do lado de fora sem preocupação. (Bruna, 27 anos, abril de 2021).

O reconhecimento do tráfico como “o dono do bairro” chamou a minha atenção, principalmente quando Bruna expõe sua percepção do condomínio fechado como algo “alheio” ao bairro, não integrado de forma funcional e caracterizado como:

Uma bolha no meio do bairro é assim que a gente chama aqui. Parece que o condomínio tá isolado no meio do bairro. Ficamos todos aqui dentro sem contato com a realidade do outro lado.

Bruna acrescentou que não costuma utilizar o comércio local e, por este motivo, ainda não havia tido contato com muitos moradores, além de seus vizinhos do condomínio fechado. Sobre os condôminos, relata que teve encontros agradáveis antes das medidas voltarem a ser mais restritivas, pois, segundo a mesma, em alguns períodos de diminuição dos casos de contaminados, o condomínio liberava as áreas de lazer.

Para além da presença da pandemia, Bruna afirmou possuir uma personalidade mais reservada e, apesar deste adjetivo pessoal, a interlocutora descreve como esta característica não atrapalhou sua aproximação com os demais condôminos. Bruna menciona com satisfação os encontros que teve com os vizinhos do condomínio, declarando:

Minha experiência no condomínio está sendo boa, tenho convívio amigável com meus vizinhos e já dividimos áreas de lazer antes do lockdown, foi legal. Mas do lado de fora não convivi quase nada.

Durante outras situações de encontro com a Bruna, ainda em 2021, sempre na área de uso comum do condomínio fechado, foi possível observar que a movimentação dos condôminos não parecia sofrer alteração.

Mesmo em períodos de menor restrição social, quando os casos de Covid-19 na cidade alcançavam um baixo índice de infectados, os moradores intramuros não foram encontrados durante utilização do comércio local, nem tão pouco em áreas de circulação dentro do próprio condomínio fechado.

Com o decorrer do tempo, consegui aproximação interativa com outros condôminos — também a partir de mediação entre conhecidos em comum. O contato foi realizado com moradores do mesmo condomínio fechado que Bruna residia, sendo eles a Fernanda, de 43 anos, moradora do condomínio há 11 anos e com Miguel, de 30 anos, morador do condomínio há 3 anos. Ambos enfatizaram a ausência de relações afetivas entre eles, seus familiares, moradores do condomínio e os outros moradores do bairro.

Fernanda exemplificou que seu contato com os outros moradores do bairro é mais restrito devido sua rotina com seus dois filhos pequenos e com seu trabalho de fotógrafa; entretanto, afirmou procurar manter contato com o bairro: “*Prefiro comprar no comércio local, em farmácias, hortifrutis e padarias aqui do bairro mesmo*”.

Miguel, por sua vez, afirmou ter preferência pelo comércio do centro da cidade, devido aos valores e variedades dos produtos. No mais, os dois condôminos citados anteriormente, contatados entre outubro de 2021 e abril de 2022, retrataram vivências com o condomínio fechado e com o bairro, mencionando não existir proximidade significativa, devido à rotina de trabalho e falta de utilização do transporte público, por possuírem carros pessoais.

Ainda em setembro de 2021, a abordagem etnográfica foi utilizada também pelos arredores do condomínio em questão; naquele período, a circulação de pessoas estava maior na avenida principal, que já estava recebendo cada vez mais os ruídos dos automóveis, especialmente de carros com alto-falantes que divulgavam propagandas do comércio local ou do bairro vizinho, o Jockey Club.

Minhas visitas ao bairro estavam ocorrendo com a utilização do transporte público, que saía do centro da cidade e levava no mínimo quarenta minutos para chegar ao Novo Jockey, considerando ainda que não havia a possibilidade de transporte alternativo, e os ônibus possuíam horários marcados para saída do centro com distanciamento a cada uma hora entre suas partidas.

Em muitas situações que desci na entrada da avenida principal constatei comércios, como lojas de ração de animal, oficinas mecânicas e lojas de construção civil, com seus vendedores observando a rua que pareciam entediados com a pouca movimentação de clientes. Em algumas situações adentrei em alguns destes comércios e fui recebida por atendentes (que em sua maioria eram os próprios proprietários do imóvel), com uma comunicação bem objetiva e curta, alguns alegaram apenas não serem moradores do bairro, outros não demonstravam interesse em desenvolver um diálogo que não envolvesse o processo de compra e venda, apesar de estarem, aparentemente, ociosos.

No dia 16 de setembro de 2021, ao percorrer um trecho da avenida que fica` poucos metros do início do conjunto habitacional, encontrei um senhor sentado em frente sua casa; aproximei-me do mesmo com intenção de iniciar uma conversa informal e ele foi extremamente solícito.

Senhor Luiz, como será chamado no presente trabalho, não apresentou nenhum tipo de resistência para interagir. Entre os assuntos de suas narrações chamo a atenção para o momento em que o Sr. Luiz começa a descrever seu cotidiano no bairro, evidenciando o longo período que reside no local: *Olha moça, moro aqui há muitos anos, tenho sessenta hoje e vim pra cá com vinte, faz as contas aí!*

Senhor Luiz, descrevia as melhorias do bairro ocorridas durante os últimos vinte anos como, por exemplo, energia elétrica e água encanada. Em determinado momento de sua fala se atentou para o fato de ainda não terem um espaço específico de lazer, que para ele só é ofertado ao bairro a partir da organização de festas realizadas dentro do conjunto habitacional pelos próprios moradores do conjunto.

Sobre as festas do conjunto habitacional, o Sr. Luiz afirmou que mesmo durante a pandemia elas ocorriam todo final de semana, mas, devido à pandemia da COVID-19, diminuiu a quantidade de pessoas que chegam de fora do bairro para participarem destes eventos.

A casa do Sr. Luiz foi edificada em uma esquina anterior ao início do conjunto habitacional, fato que possibilita a escuta da movimentação do conjunto habitacional, sobretudo, da rua 01. Sr. Luiz reclamou dos sons altos das músicas, fogos de artifício e até mesmo brigas nas festas.

Por causa dos barulhos passei acordar 3 horas da manhã, com a galinhada passando aqui na frente de casa. Muito barulho! Dá para escutar tudo. Os meninos que mexe com as coisas aí! Durante a semana é mais tranquilo, final de semana os meninos vêm da Penha do Jockey... tudo de madrugada! Sexta, sábado e domingo (Luiz, 16 de setembro de 2021).

Sr. Luiz afirma que, apesar do incômodo, entende ser uma forma de diversão e acrescenta que quando era jovem também participava de festas no Rio de Janeiro, sua cidade de origem, mas agora já se sente velho e quase não sai de casa. Durante a conversa, Sr. Luiz volta a enfatizar o tempo que tem como residente do bairro e descreve seu cotidiano enquanto me convida para um café:

Eu fui a quarta pessoa que veio morar aqui no Novo Jockey, mas nunca fui de sair por aqui dentro. Eu era do Rio mas desde que vim pra Campos não sou de sair de casa. Recebo meus amigos aqui em casa e tomamos um café, conversamos... Eu não bebo, aí não me misturo com o pessoal das casinhas. Meus amigos são do bairro mesmo, mas minha irmã ganhou uma casinha. As vezes vou de carro com meu irmão na rua 6, essa nossa irmã mora lá, mas sair daqui pra ir na rua 6? É melhor dormir, aí eu prefiro ficar aqui e os colegas vem aqui em casa mesmo.

Sr. Luiz utilizava constantemente a expressão “casinhas” para se referir as casas do conjunto habitacional, termo comumente empregado pelos próprios moradores do conjunto e por vários campistas de diferentes bairros; alguns moradores explicaram que a utilização da expressão ocorre por costume, por ser como “todo mundo chama”, inclusive os próprios moradores do conjunto habitacional.

Ao fim de nossa conversa, Sr. Luiz concordou em realizarmos novos encontros durante o período da minha pesquisa, e demonstrou-se entusiasmado com a possibilidade de receber minha visita novamente.

Em outros momentos daquele ano, tive a oportunidade de ser recebida por residentes do bairro que transitavam pela rua principal; alguns, como Lavínia, de quem falarei a seguir, e o Sr. Luiz, convidavam-me para ir até suas casas. Outros encontros envolveram mais a dinamicidade da rua, como com moradores que aguardavam o transporte público ou estavam trabalhando na avenida no momento do encontro.

Lavínia, uma jovem adulta de 19 anos moradora do conjunto habitacional estava conversando com um amigo em uma tarde quente de novembro, em frente a uma lanchonete na qual ela própria trabalhava, mas que naquele momento estava fechada. Ao me aproximar e iniciar uma conversa informal, o amigo de Lavínia se despediu e a mesma não questionou minha intenção com a aproximação, apesar de demonstrar maior inibição até eu me apresentar como pesquisadora. A interlocutora relatou morar no conjunto habitacional há 12 anos e, de acordo com suas palavras, comentou acerca da sua experiência com o bairro:

Aqui era tranquilo no começo, eu brincava até às dez da noite. Mas não gosto muito daqui hoje, é muita bagunça nas casinhas, pagode direto. Casei, mas continuo morando aqui, antes eu morava na rua 5 com minha mãe, hoje estou na 1 e não vejo diferença de uma para outra, bagunça nas duas (Lavínia, novembro de 2021).

Ao ser incentivada a discorrer mais sobre seu mal-estar com o bairro, Lavínia foi bem enfática afirmando não gostar do bairro todo — e não apenas do conjunto habitacional; detalhou sua insatisfação ao mencionar as carências que identifica no Novo Jockey:

Tinha vila Olímpica no Jockey, eu fazia taekwondo lá, as crianças iam tudo pra lá, mas com a pandemia fechou. Tem nada aqui, nem posto de saúde. Nos outros bairros demora atendimento pra quem não é de lá, fui conseguir um ginecologista em Rio das Ostras. Aqui não tem nada! Supermercado grande só no Jockey, mas lá é outro bairro, é perto e até dá pra ir a pé, mas é outro bairro. Outra coisa, o CRAS também só no Jockey!

Assim como descrito por Lavínia, foi possível observar a ausência de serviços públicos essenciais como o de saúde. Lavínia convidou-me para ir até sua casa, que ficava próxima a um brechó de roupas dentro da rua 1, no conjunto habitacional. Algumas pessoas me olhavam desconfiadas, mas a espontaneidade de Lavínia em nossa interação parecia manifestar uma segurança que pudesse ser compartilhada.

Lavínia prosseguiu relatando sobre suas vivências de infância, disse que seu noivo havia comprado a casa para o casal e que ainda não pretendiam ter filho, devido suas realidades financeiras. Naquele dia, Lavínia enfatizava suas relações familiares.

No período retratado, o bairro parecia retornar aos poucos a sua rotina normal e os moradores cada vez mais ocupavam os espaços públicos. Pessoas indo e voltando dos pontos de ônibus, mais comércios em funcionamento, tráfego intenso de carros e ruídos produzidos pelos mesmos caracterizavam o Novo Jockey no final de 2021.

A cidade de Campos passava por um contexto de decretos municipais mais permissivos quanto à circulação de pessoas e serviços permitidos a funcionarem. Mas, a rotina do bairro só pareceu sofrer significativa alteração com o retorno das aulas presenciais em março de 2022 — apesar de algumas escolas terem retornado de forma híbrida no ano anterior, sobretudo, as privadas da cidade —, grande parte das escolas públicas municipais abriram já nesse período.

Em 25 de março de 2022, tive um encontro com senhora Rosa; ela estava no mesmo ônibus que peguei para chegar ao bairro. Ao descermos do ônibus juntas, começamos uma conversa sobre o retorno da circulação das pessoas na rua; constatamos que até meses atrás não havia a frenética movimentação de bicicletas e motocicletas, apenas de carros.

Senhora Rosa caminhava ao meu lado e informava que precisava chegar rápido em casa, pois suas netas já iriam sair da escola e ela precisava preparar o almoço antes das meninas chegarem a casa.

A Avenida Rosa Montezano não oferecia árvores ou construções que pudessem fazer sombras em toda calçada; já era por volta das 11h30min, com uma sensação térmica extremamente quente. Convidei a senhora Rosa para atravessar a rua e caminharmos juntas pela sombra; ela atravessa, mas continuava caminhando ao sol, apesar de ofegante afirmava estar acostumada a caminhar ao sol e soltou um risinho ao perceber meu desconforto físico devido ao calor. Senhora Rosa acrescentou: *Aqui é ruim de ônibus, às vezes tem que ir no centro, aí prefiro o Jockey que é mais perto e vou nesse sol. É perto mais é longe (risos).*

Sua fala fez referência as colocações de Lavínia, porque ambas moradoras do Novo Jockey usufruíam de alguns serviços oferecidos pelo bairro vizinho, mas apesar da proximidade entre os bairros, as mesmas reconheciam as fronteiras entre os dois.

Enquanto caminhamos, a senhora Rosa conta sobre sua vida, sobre sua filha que faz hemodiálise 3 vezes na semana, que é casada, tem 34 anos e está na fila para transplantes de rins; detalha a respeito de sua relação de cuidadora com suas netas, que são filhas de seu filho mais velho e moram com ela.

Caminhamos por uns 10min, entre algumas pausas para compras em hortifrutis e farmácias locais, perguntei onde exatamente ela morava; e a senhora Rosa respondeu que morava na primeira rua das casinhas, acrescentando: *Gosto de lá, gosto daqui, aqui tem tudo*

viu? Esqueci algumas coisas pra comprar no centro e achei aqui. Aqui têm igrejas, mercados, lanchonetes.... Mas falta uma lotérica.

Sobre o fato mencionado anteriormente pela interlocutora, não surgiram dúvidas a respeito da presença das construções particulares citadas, que foram erguidas de forma independente pelos próprios cidadãos, como os comércios e igrejas; entretanto, não era possível identificar os serviços públicos que também atendessem as demais necessidades dos moradores.

Continuamos caminhando; a senhora Rosa cumprimentava todas as pessoas que passavam por ela e, ao chegarmos na rua 01, a interlocutora se desculpa por não poder me dar mais atenção; e, então, perguntou se eu era moradora do bairro; expliquei quem eu era e sobre a minha pesquisa; ela então disse que poderíamos nos encontrar mais vezes para me contar sobre o bairro e demonstrou imensa satisfação em poder fazer parte da pesquisa; agradeceu minha companhia e nos despedimos.

Retornei até metade da avenida principal e observei o espaço, com muitos terrenos vazios e entre eles um que foi transformado num campo de futebol, mas que parecia abandonado devido à altura do matagal.

Na entrada da avenida, havia mais comércios que residências e não percebi a presença de animais de rua, porém, uma grande movimentação do tráfego de automóveis que se intensificava de forma ainda mais significativa com o fim das medias restritivas.

Várias faixas penduradas no meio da avenida, no alto, amarradas entre os postes com propagandas de produtos e serviços; a primeira das faixas contava com a frase “S.O.S. Novo Jockey”, como é possível ver na imagem abaixo.

FIGURA 6: Fotografia realizada durante observações do trabalho: Faixa pendurada na entrada da Av. Rosa Montezano de Oliveira



Fonte: Acervo pessoal da autora. 30/04/2022

Após alguns moradores não saberem me informar do que se tratava a faixa, uma mulher de aproximadamente 40 anos, que aceitou fazer parte da minha pesquisa, informou-me ainda que: *Isso é um grupo que existe hoje, SOS Novo Jockey, eles querem transformar aqui em um bairro legal, tá pra transformar já faz um tempo, mas até agora nada.*

Sobre a mulher mencionada no parágrafo anterior e a organização de alguns moradores em prol do programa municipal “bairro legal”, algumas reflexões serão apresentadas mais adiantes.

Naquela mesma semana retornei ao bairro no dia seguinte; já era uma sexta-feira e fui novamente de ônibus, fato que propiciou conhecer dona Lourdes, uma senhora que aparentava ter aproximadamente cinquenta anos de idade e estava sentada na cadeira ao meu lado.

Senhora Lourdes, assim como muitos moradores, retornava do centro da cidade, local que segundo a mesma costumava ir para comprar coisas não encontradas no bairro, ou até mesmo que encontrava com o valor menor.

Me incomodo com os mercados daqui, tenho que ir até a 28 de março fazer compras e retornar pra casa de táxi, mas você sabe que nem todas as pessoas daqui tem condições de fazer isso, quando não precisa táxi para carregar as coisas eu prefiro ônibus. táxi é caro, minha filha!

Desci no mesmo local que a Sr.^a Lourdes, em frente ao condomínio fechado. Senhora Lourdes, mostrando-se curiosa sobre o que eu estava fazendo no bairro, perguntou para onde eu estava indo. Expliquei meu objetivo e, então, ela pareceu mais confortável e segura, momento este que começou a relatar questões que, na opinião dela, eu “tinha que ver” dentro do conjunto habitacional, onde morava.

Falta um posto de saúde e espaço pra gente ter o que fazer que foi prometido e até reservado, mas que pessoas invadiram e construíram casas, fazendo uma bagunça. Mas você precisa ter cuidado com a rua 01, é muito perigosa, a minha é a 17, é muito boa, muito tranquila e com casas boas. Fico a maior parte do tempo sozinha na minha, tomo uma cervejinha enquanto escuto os funks das festas atrás do condomínio, só que hoje em dia não tá tendo muito, não sei por quê.

Conversamos mais sobre seu cotidiano e a senhora Lourdes demonstrou ter uma rotina tranquila, preferindo o conforto de sua casa. A interlocutora apresentava aspectos mais serenos em sua personalidade diferente da forma como a avenida principal do bairro se manifestava naquela circunstância, com enorme movimentação de pessoas e automóveis com som ligado, ou motos com alterações no cano de descarga, promovendo barulhos típicos de alguns bairros da cidade de Campos.

Aquele foi o único encontro que tive com senhora Lourdes, que seguiu caminhando até sua residência enquanto retornei para a metade da avenida rosa Montezano, a fim de aproveitar a movimentação daquele dia.

Os meses se seguiram com observações e diálogos com alguns moradores que se mostravam dispostos a interagir; o bairro estava bem diferente do ano anterior, significativamente mais movimentado e com a maior parte de seu comércio em funcionamento.

Outro momento marcante durante minha observação ocorreu em julho de 2022, a partir de um encontro com Carmem que estava sentada em uma lanchonete acompanhada de sua neta, uma menina com, no máximo, cinco anos de idade.

Ao me aproximar de Carmem, perguntei se poderíamos dividir a mesa enquanto eu comia um salgado comprado naquela mesma lanchonete. Carmem concordou com certa desconfiança; apresentei-me enquanto estudante da UENF, momento pelo qual Carmem sentiu-se mais à vontade afirmando que adora conversar com estudantes.

Eu já passei dos quarenta sabe, moro aqui tem 8 anos já, mas o bairro tem muita coisa ruim, vizinho ruim que quer saber da vida da gente o que a gente tem como a gente vive... lugar de comunidade né, o povo quer saber da vida dos outros. Não

gosto daqui, não tem nada, mas o pior é que perdi um filho aqui, mataram por engano, negócio de droga, eu moro nas casinhas né. Eu quis vir e agora não tem mais como sair. O único lugar que me sinto bem é aqui na lanchonete, trago meus netos e a gente come e volta pra casa, mas o povo fofoqueiro fica de olho.

Assim como Carmem, foi possível observar que, apesar do bairro não oferecer atrativos de lazer para a comunidade, muitos moradores utilizam como forma de entretenimento visitas às lanchonetes ou alguns bares pertencentes aos próprios residentes do bairro.

De forma geral, o bairro possui uma aparência simples, mesmo em sua rua principal, local de maior concentração de comércios e circulação de pessoas. A estrutura das casas, em sua maioria, é modesta e a rotina dos moradores aponta para sua relação com o bairro de quem não possui suas necessidades atendidas, resultando na insatisfação com o local.

A ausência de espaços de lazer como praças públicas leva muitos moradores a sentarem em suas varandas e observarem a movimentação da rua, como uma espécie de passatempo, ou até mesmo ficarem em suas calçadas conversando com aqueles que passam em sua frente.

O cotidiano de muitas mulheres parece ocorrer em momentos livres com visitas a lanchonetes ou até mesmo às lojas e salões de beleza, apenas para conversar com as proprietárias ou funcionárias dos locais, enquanto os homens parecem preferir utilizar seus intervalos para passear pela rua com gaiolas de pássaros, parecendo ser atrativos que identificaram como forma de entretenimento.

Aqueles que possuem uma rotina de trabalho mais pesada, como os que são empregados em lojas do centro da cidade, demonstraram optar pelo descanso em suas próprias casas, sejam elas dentro do conjunto habitacional ou em seus arredores, bem como no condomínio fechado; no entanto, percebeu-se que os últimos não usufruem do espaço do bairro para além de seus muros mesmo em situações ociosas.

Com a redução das medidas restritivas de circulação de pessoas durante 2022, foi possível observar a movimentação mudar de forma lenta e gradual dentro dos condomínios fechados; crianças caminhando com seus pais ou pedalando pelo espaço intramuros, donas de casas e/ou empregadas domésticas limpando a área externa da casa e alguns moradores saindo e retornando ao bairro com seus carros particulares.

Diante do exposto, consideramos que apesar das dificuldades iniciais impostas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID 19), foi possível o desenvolvimento do trabalho de campo, no sentido de coletar dados qualitativos a respeito das vivências dos moradores no bairro Novo Jockey.

No mais, destaca-se o fato da observação participante realizada no cotidiano do bairro ter favorecido a aproximação com as representações sociais dos sujeitos da pesquisa, sobre Si, sobre o Outro e sobre o próprio bairro, como veremos na próxima seção.

3.3- REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MORADORES DAS DIFERENTES TIPOLOGIAS RESIDENCIAIS DO NOVO JOCKEY

Quando terminamos a construção do tópico anterior reconhecemos a importância que a presente fração da dissertação traz consigo, ou seja, a partir deste momento traremos as representações apreendidas no campo empírico, e apesar da impossibilidade de trazer toda intensidade das falas dos moradores, que estão para além dos registros históricos e simbólicos, a partir daqui faremos reflexões respaldadas nas narrações vinculadas aos modos de interação no bairro.

Inicialmente, evidenciamos que a teoria das representações sociais nos trouxe subsídios para a constatação de que é possível ocorrer alterações nas representações sociais anteriormente compartilhadas, devido a existência de conteúdos simbólicos mais flexíveis que permeiam o espaço social, neste sentido, recorreremos a suposição inicial a respeito da ocorrência de possíveis modificações nas representações sociais entre os moradores do bairro Novo Jockey — tendo como base as diferentes tipologias residenciais construídas no espaço social —, que tenderiam a proporcionar consequências no modo de perceber a Si e ao Outro em suas interações territoriais, ou seja, em suas formas de produção de significados sociais.

Para a constatação ou refutação da hipótese anteriormente mencionada, acessamos as informações adquiridas durante a observação participante e a realização das entrevistas, que evidenciem de maneira mais focal algumas dinâmicas espaciais que surgem entre os moradores com sua vizinhança e com os equipamentos públicos, ou a ausência deles.

De maneira mais específica, selecionamos o conteúdo de 13 entrevistas: 05 com os moradores do conjunto habitacional; 05 com aqueles que construíram suas casas em rua pública; e, 03 com moradores do condomínio fechado. Ressaltamos que este quantitativo não engloba os sujeitos da pesquisa presentes durante todo período de observação participante.

Tencionando apresentar os interlocutores da pesquisa, estaremos expondo a seguir identificação de seus perfis. Cabe enfatizar que as identificações ocorrem através de nomes fictícios atribuídos aos participantes, a fim de manter a confidencialidade acordada entre os

interlocutores e a pesquisadora durante a leitura concordância de ambos com o termo de participação da pesquisa (Anexo 2).

Alguns moradores optaram em não informar suas idades, apesar de estarem cientes da confidencialidade de suas identificações pessoais. Neste sentido, suas condições foram respeitadas e apresentaremos os perfis destes através dos nomes e tipologia habitacional.

Ressaltamos ainda que os perfis apresentados contemplam não apenas os treze participantes das entrevistas semiestruturadas, mas também alguns dos sujeitos que estiveram presentes na observação participante.

TABELA 1: Identificação dos interlocutores da pesquisa

INTERLOCUTORES DA PESQUISA DE CAMPO		
BRUNA- Interlocutora principal	27 anos	Moradora do condomínio fechado
FERNANDA	43 anos	Moradora do condomínio fechado
RICARDO	-----	Morador do condomínio fechado
MIGUEL	30 anos	Morador do condomínio fechado
ELAINE- Interlocutora principal	-----	Moradora de casa em rua pública
VITÓRIA	26 anos	Moradora de casa em rua pública
Sr.: LUIZ	60 anos	Morador de casa em rua pública
JÉSSICA	-----	Moradora de casa em rua pública
MIRIAM	-----	Moradora de casa em rua pública
OLGA	40 anos	Moradora de casa em rua pública

LAVÍNIA- Interlocutora principal	19 anos	Moradora do conjunto habitacional
ROSA	-----	Moradora do conjunto habitacional
LOURDES	50 anos	Moradora do conjunto habitacional
CARMÉN	46 anos	Moradora do conjunto habitacional
SR ^a . RITA	-----	Moradora do conjunto habitacional
MARCOS	24 anos	Morador do conjunto habitacional
LEONARDO	42 anos	Morador do conjunto habitacional

A partir daqui, traremos situações testemunhadas pela pesquisadora, durante o período da pesquisa, e que estão relacionadas as relações da vizinhança residente no bairro, que foram apreendidas, principalmente, pela escuta ativa de algumas falas relacionadas à convivência entre os moradores.

Inicialmente, traremos referências a respeito das formas de interações entre os moradores do bairro com seus vizinhos, sendo estes aqueles que não ocupam o espaço interno do condomínio fechado; esta categorização inicial ocorre devido ao fato dos próprios interlocutores não terem considerado espontaneamente os moradores dos condomínios fechados como sua vizinhança.

De maneira introdutória, expomos uma fala sobre o modo como determinada moradora percebe sua relação com a vizinhança, representado certa tendência dos participantes da pesquisa ao retratarem suas relações com os vizinhos do conjunto habitacional. A moradora em questão foi incisiva ao afirmar:

A relação é de falsidade. Se Deus quiser vou pro bairro que eu morava antes, aqui o povo das casinhas é muito fofoqueiro, se você tá em um bar bebendo com eles de lá e sem querer esbarra em algo, já começam dizer que é drogas e espalham pra todo mundo, isso é um tipo de vizinho ruim, ainda bem que do lado de cá é tranquilo (Rosa, residente de casa em rua pública, maio de 2022).

Para a moradora, o lado “de cá” é referência ao outro lado da Avenida Rosa Montezano onde está localizada sua casa, que fica na calçada oposta à do conjunto

habitacional. Outros participantes pontuaram como percebem suas relações com aqueles que consideram seus vizinhos de bairro:

Desde que cheguei fui pegando amizade com o pessoal da rua, aí eu estou até hoje aqui, eu gosto de morar aqui, gosto muito do pessoal, sempre gostei. O ruim são as galinhas que ficam aqui fazendo barulho, quando tem festa no final de semana. Tem muita festa aí nas casinhas, aí vem àquela galinhada de menina nova que mora aí. Muito grito! E a gente não pode reclamar, né? Eles arrumam confusão. (Sr. Luiz, residente de casa em rua pública, setembro de 2021).

Novo Jockey apesar de tudo é um bairro bom, tranquilo, com exceção da rua 01 das casinhas, lá é perigoso. Na verdade, minha filha, nas casinhas só tem criança mal-educada e os mais velhos são os piores, as mães deixam as crianças largadas, não querem saber de nada. Eu não me envolvo, é cada um no seu canto pra não ter briga (Lourdes, residente do conjunto habitacional, maio de 2021).

Eu me dou bem com todo mundo, trabalho de bico aqui na oficina, capino o quintal do pessoal dessas ruas do começo do bairro... O que precisar estão me chamando! Mas é aquela coisa, sou sangue quente, quando é pra beber entro aí na rua 04 das casinhas e bebo quietinho. Pra ninguém ser preso eu fico na minha, por conta das minhas crianças né. Não é bom criar criança em comunidade, criança acaba só conhecendo o que tem lá e lá não tem coisa boa, então procuro ser o exemplo pros meus filhos, por isso fico na minha, se eu for dar conta das coisas aí de dentro eu acabo entrando em briga com os vizinhos, e com vizinho vamo só tomar uma cervejinha na rua 04 (Leonardo, residente do conjunto habitacional, maio de 2022).

As narrações anteriores demonstraram que a insatisfação dos participantes da pesquisa não está relacionada apenas com a infraestrutura do bairro, mas com as relações estabelecidas, ou não estabelecidas, com aqueles considerados como seus vizinhos, sobretudo quando estes são moradores do conjunto habitacional, mesmo para aqueles que também residem no local supracitado.

Como já foi mencionado sobre a ótica Moscovici (2011), o modo como os sujeitos de uma realidade presente compreendem o Outro tende sofrer influência das representações sociais anteriormente construídas pelo senso comum sobre determinados grupos que, estes sujeitos do presente acreditam ser semelhantes a este Outro de sua relação atual, fato que comumente resulta em:

[...] consequências para as relações entre as pessoas, para as opções políticas, para as atitudes com respeito a outros grupos e para a experiência do dia a dia. Poderia continuar trazendo à consideração o racismo, as guerras étnicas, a comunicação de massa e assim por diante [...] (MOSCOVICI, 2011, p. 168).

O aspecto mencionado no parágrafo anterior, a respeito das relações sociais que integram o Novo Jockey nos redireciona a outro problema da pesquisa, ou seja, ao modo como a percepção de Si e do Outro de uma relação tende a interferir na organização do espaço social.

Para Nicola (2021) o território só se torna concreto por meio das interações sociais, o que nos leva a refletir sobre a influência direta na manutenção de um território histórico de

segregação social, sobretudo quando as relações que moldam o território são permeadas de ausências, sejam elas afetivas e/ou materiais.

Outra questão analisada aponta para uma vivência estritamente concatenada com as ausências mencionada. Durante a realização da pesquisa, ocorreram relatos apenas sobre o hábito de frequentar os bares do bairro edificadas dentro do conjunto habitacional, não foram mencionadas possíveis afinidades resultantes de interações em algumas instituições de uso comum, como locais de trabalho, de religiosidade ou educação, presentes no próprio bairro, que induz outra constatação relacionada a ausência de espaços de lazer.

A ausência de espaços que ofereçam lazer e que sejam instituídos de forma consciente por um planejamento urbano respaldado nos deveres do poder público em atender aos direitos dos cidadãos, aponta para uma constatação anteriormente sinalizada por Pinheiro (2015), pelo qual ressalta ações do governo que deliberadamente negligenciam direitos básicos de certas esferas sociais.

A significativa ausência de garantia dos direitos de uma parcela da população que historicamente é marginalizada em contextos hierárquicos impostos por uma cultura de discriminação e segregação daqueles considerados inferiores e que diante de privilégios de grupos dominantes, que impactam diretamente em suas formas de sociabilidades, considerando as representações sociais compartilhadas em seu meio de convivência social.

As descrições verbais realizadas pelos moradores apontaram também para o fato de que os interlocutores não consideraram em suas relações de vizinhança o convívio com os moradores dos condomínios fechados, apesar da proximidade física com os mesmos.

De forma geral, foi possível pressupor que a ausência dos condôminos nos relatos sobre a vizinhança é o retrato da falta de reconhecimento, por parte dos moradores do bairro, dos condomínios fechados como parte integrante espacialmente do local de convivência social, ou seja, mesmo que as estruturas físicas destes condomínios estejam inegavelmente inseridas no bairro, o espaço social construído pela relação entre os residentes do Novo Jockey não parece agregar os mesmos.

Como reforçador da suposição do parágrafo anterior, encontramos falas dos participantes da pesquisa após serem indagados sobre sua relação específica com os moradores dos condomínios fechados. Os relatos foram categóricos ao descreverem a ausência de relação entre os residentes dos condomínios e o resto do bairro.

Sobre o assunto, em determinada tarde ensolarada, o ônibus para o novo Jockey quebrou ainda na entrada do bairro Jockey Club; decidi ir caminhando até meu destino e

recebi a companhia da senhora Rita, que após relatar sua experiência amistosa com alguns moradores do conjunto habitacional, diferente dos relatos anteriores, expressou surpresa ao ser indagada sobre sua relação com aqueles que residem nos condomínios fechados. Sem manifestar interesse em continuar com o assunto, a interlocutora foi objetiva ao responder:

Aqui é cada um no seu canto, minha filha! A gente não se encontra. Eles pra lá e a gente pra cá (Residente do conjunto habitacional, fevereiro de 2022).

Em outro contexto, após alguns encontros com moradores que frequentavam uma lanchonete específica de frente para um condomínio fechado, aproximei-me da Bruna, única funcionária da referida lanchonete.

Bruna, que já havia me encontrado em situações anteriores fora de seu trabalho, fez pontuações sobre alguns aspectos de seu cotidiano e quando entramos no assunto sobre sua relação com os moradores do bairro, Lavínia relatou:

O pessoal do bairro é tranquilo, como trabalho aqui tenho contato com eles, estão sempre vindo aqui comprar algo, mas não sei do condomínio, de lá só conheço o dono das farmácias, o resto só sai pra ir pro centro e fazer o que precisam, e depois entram outra vez, não veem aqui (Residente do conjunto habitacional, junho de 2022).

Ainda sobre as sociabilidades entre os moradores extra e intramuros dos condomínios fechados, obtive um encontro com uma moradora do conjunto habitacional que fez relatos sobre a falta de convívio com os condôminos; a interlocutora desenvolveu sua fala com uma explicação sobre essa ausência de contato entre eles, para ela:

[...] o pessoal do condomínio não quer saber da vida dos outros, os daqui são fofoqueiros, quem mora pra lá pra dentro vive pra lá e pronto, não mexem com coisa errada, e tá certo né? Se saírem só tem coisa errada, e eles têm medo daqui de fora. (Residente do conjunto habitacional, julho de 2022).

A explicação sucinta da moradora anterior retrata algumas falas indiretas de outros moradores, ao alegar o possível medo pressuposto que as pessoas possuem com relação ao conjunto habitacional, além da constatação compartilhada de existir naquele local “coisas ruins”.

O reconhecimento da presença do tráfico de drogas, enquanto possível fenômeno que afasta a convivência entre os moradores dos condomínios fechados e o demais do bairro, aponta para fatos já mencionados em pesquisas anteriores; contudo, também pelas narrações dos moradores do conjunto habitacional.

Em outra circunstância, aproximei-me de uma moradora que durante toda minha pesquisa esteve com sua banca comercial instalada na avenida principal, em frente ao conjunto habitacional. Naquela ocasião, a referida moradora foi receptiva e, entre algumas

piadas com minha situação de pesquisadora e sobre moradores que passavam pelo local, posicionou-se sobre sua relação com aqueles que residem nos condomínios fechados, explicando-me sua relação com todo bairro:

O pessoal daí de dentro das casinhas vem pra cá e bebe com a gente, os dos condomínios não, são nariz em pé! Tem carro e se acham ricos, nem olham pra gente. Só um cara escurinho que compra comigo. Mas tem gente daqui que também tem carro, até nas casinhas. Mas eles não querem se misturar, também, tem nada aqui fora, só tráfico (risos), tô brincando sabe, o negócio num é tão perigoso assim não (Elaine, residente de casa em rua pública, maio de 2022).

Sobre este assunto, Viana (2018) nos chama atenção sobre as alterações espaciais sofridas em locais periféricos a partir da presença de condomínios fechados. Para a autora, essas alterações espaciais promovem a aproximação física em paralelo ao distanciamento social das diferentes classes socioeconômicas que dividem o espaço em questão. No mais, não é possível ignorar o status relacionado a elite social de quem mora em um condomínio, como observado em algumas falas.

Em outro momento, Victória de 26 anos, que aceitou fazer parte da entrevista e informou ser moradora do bairro há 23 anos em uma das residências em rua pública, comentou sobre o assunto relacionado às interações sociais e a representação que tem a respeito dos moradores dos condomínios fechados:

Nunca tive contato com moradores do condomínio, mas com o resto do bairro é tranquilo de falar um oi, se encontrar na padaria, açougue... Não sou muito de sair, aí não sou de conversar com o povo, mas nunca tive contato com os do condomínio, devem ser ricos. Minha casa é mais pra dentro, nem sei quem são eles (Jéssica, residente de casa em rua pública, agosto de 2022).

Diante do exposto, observa-se que a vida social dos residentes do bairro é permeada, também, por representações sociais criadas a partir da mercantilização imobiliária em uma lógica comumente compartilhada na atualidade, pela qual se insere a “valorização da produção imobiliária de condomínios fechados, tipologias habitacionais que enfatizam o status, a diferenciação social e carregam um forte apelo ao valor simbólico da moradia, difundido pelo marketing imobiliário urbano” (ZACCHI, 2018, p. 99).

Por outro lado, busquei saber de alguns moradores do condomínio fechado sobre suas relações com o bairro e com os demais moradores; inicialmente um homem, de aproximadamente 30 anos com quem encontrei em uma farmácia da avenida principal, iniciou sua fala enquanto caminhava em direção sua moto:

Desculpa não ter muito tempo, mas agora pela manhã tenho que fazer as coisas bem rápido, isso é pra você ver que nessa correria que nem encontro direito com o pessoal daqui, mas são gente boa, moro com minha esposa há anos no condomínio, estamos para nos mudar de bairro, mas nada contra o pessoal daqui ou das

casinhas, não tenho contato com eles mas nunca tivemos problemas (Ricardo, residente do condomínio fechado, agosto de 2022).

Em outra ocasião, a Bruna, a primeira residente do condomínio fechado que havia aceitado participar da pesquisa, descreveu os momentos que se aproximou dos moradores do bairro, os não residentes dos condomínios. Logo abaixo do relato da Bruna, apresento a fala de outra moradora do condomínio fechado:

Então, a gente aqui fala que esse condomínio é uma bolha fechada, mas como trabalho com vendas e acabo conhecendo um pouco do bairro ao fazer entregas. As casas bem simples me chamam a atenção, casas do tipo de gente que não tem condições de terminar a casa, mas compra um Iphone. Não entrei nas casinhas, porque lá as pessoas não se preocupam com o vírus, não usam máscaras e não se protegem com distanciamento (Bruna, residente do condomínio fechado, maio de 2022).

Como eu já disse, eu busco comprar no bairro, mas minha relação está bem restrita a isso. Compro, cumprimento todo mundo e volto para minha casa, brinco dizendo que estamos em uma bolha no meio do bairro (Fernanda, residente do condomínio fechado, julho de 2022).

Desta maneira, foi possível reconhecer que também, nas falas dos residentes do condomínio fechado, que existe o reconhecimento do distanciamento mencionado por moradores extramuros entre os mesmos e os condôminos.

Nos chama a atenção a expressão novamente utilizada por uma residente do condomínio fechado sobre o mesmo ser uma “bolha”, expressão que pode ser associada ao que Manhães e Arruda (2017, p.24) denominam de “conformação de um processo de “autossegregação”, que engloba aspectos presentes na escolha em morar num condomínio fechado, aspectos como o exclusivismo de determinadas classes sociais.

As narrações destes moradores sugerem ainda que esta forma de segrega-se de maneira intencional por motivos, muitas vezes associados a segurança, associa-se as percepções da realidade do espaço, considerando organização e oferta de atendimento as demandas destes sujeitos. Por esta perspectiva de análise, não encontramos uma correlação direta com a discriminação dos demais moradores do bairro devido o local que habitam, apontando assim para a ausência de uma possível identificação com posições superestimadas por residirem no condomínio.

Cabe ainda mencionar que, apesar deste consenso com relação ao isolamento provocado pelos muros do condomínio fechado, os condôminos participantes da pesquisa não expuseram de forma direta o suposto medo, descrito por moradores extramuros, como motivação para a ausência de interações sociais.

De forma geral, as relações existentes entre os moradores do bairro apontaram para um baixo potencial de sociabilidade. Os vínculos entre os sujeitos da pesquisa parecem

manifestar-se apenas em algumas situações de amizades no bairro — entre os moradores da mesma tipologia habitacional, por exemplo —, com exceção aos moradores do conjunto habitacional que participaram da pesquisa.

Identificamos ainda que, apesar das interações entre os moradores das diferentes tipologias não ocorrer a partir de significativos vínculos, um posicionamento interessante e convergente entre os participantes da pesquisa diz respeito à forma como estes se sentem pertencentes e satisfeitos em suas próprias casas.

Em determinada situação de interação com uma moradora do conjunto habitacional, a mesma começou a introduzir o assunto sobre a identificação com sua residência retratada a partir de um bem-estar. Lavínia descreveu sua residência como algo que lhe desperta o sentimento de aprovação, apesar de sua insatisfação com o bairro.

A casa que moro aqui é casinha né, mas é nossa! Não pagamos aluguel e meu trabalho é aqui, não da pra sair por enquanto, e o bairro é ruim, mas a casa está direitinha, não da para reclamar da casa (residente do conjunto habitacional, junho de 2022).

Victória, em determinado momento da pesquisa mencionou sua visão sobre o bairro, destacando sua própria residência. Abaixo da colocação de Victória, transcrevo a opinião de Fernanda sobre sua casa.

Minha relação com o bairro é razoável, com as pessoas também, mas o melhor lugar do bairro é a minha casa (risos). (residente de uma das casas em rua pública, janeiro de 2022)

O bairro hoje faz parte da história da minha família, quero melhor para ele, sei que precisa melhorar, mas amo minha casa, passo a maior parte do tempo com meus filhos aqui (Residente do condomínio fechado, agosto de 2022).

Neste sentido, reforçamos a identificação dos participantes da pesquisa com suas próprias residências, fato que se mostra significativamente diferente entre a relação dos moradores e do espaço oferecido pelo bairro.

Determinada moradora do conjunto habitacional, ao demonstrar orgulho em reconhecer as desigualdades entre sua casa e as casinhas, elevando sua moradia com elogios e descrição de aspectos que proporcionam momentos de lazer, aspectos estes que não foram agregados a sua casa a partir da obra realizada pela prefeitura, mas por modificações que a proprietária fez, relatou:

Eu moro nas casinhas, mas minha casa é muito boa, nem todo mundo que mora lá é pobre, sabia?! Minha casa tem muro alto, varanda grande e piscina, tudo construído por mim. Vivo com a pensão do meu esposo já falecido, meus dois filhos já são adultos e vivem no canto deles. Investi na minha casa porque quem não sabe viver mora em qualquer lugar, mas num é porque eu ganhei casa da prefeitura que vou viver de qualquer jeito (residente do conjunto habitacional, abril de 2022).

Perguntei a esta senhora se seus filhos também moravam no conjunto habitacional e, em tom de quem se sentiu ofendida, ela respondeu: *Não! Eles ganham bem, moram bem longe daqui. Moram em apartamentos. Minha filha nem em Campos está mais, meu filho mora no centro.*

Nota-se o peso simbólico dos estigmas do morador do conjunto habitacional, que pode ter sido influenciado pelas diferenças socioeconômicas dos moradores da cidade, sobretudo, quando um dos critérios para a concessão da casa pelo programa *Morar Feliz* é a carência socioeconômica.

A disseminação e interiorização dos estigmas não parecem fazer parte de um processo incomum numa sociedade que possui normas de identidade, isto é, a diferenciação categórica entre os atributos desejáveis daqueles que causam repulsa social e, em uma organização capitalista, esta repulsa pode ser associada ainda aos aspectos da própria identidade ou de grupos de sujeitos que não atendem ao padrão de consumo estabelecido como ideal.

Dessa maneira, o julgamento da qualidade dos atributos é feito a partir da forma como o contexto sócio-histórico os interpreta, pois, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, por tanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Sobre a estigmatização dos moradores do conjunto habitacional, outra narrativa trouxe referência a este fenômeno, sendo esta feita por uma moradora de casa em rua pública.

Olha, há 11 anos eu moro aqui, mas eu moro do lado B, até gosto das pessoas desse lado. Pra você entender o lado A é o lado dado, o lado B é o lado comprado, entende? Do lado de lá tem gente que compra também, mas é da prefeitura, nem podiam comprar. Do lado A tem muita gente ruim, tem gente de igreja, piranha, viado e da boca de fumo, tem pra todos os gostos! Mas só tem maldade e falta de amor do lado de lá. Bagunça pura! E você precisa ter cuidado com os meninos da boca (Elaine, residente de casa em rua pública, maio, 2022).

Diante desta fala, observamos o estigma do morador das “casinhas” como resultado de uma lógica que segrega a diversidade a ponto de gerar até mesmo repulsa quanto aqueles que ocupam o “lado de lá”, por serem estes os que se diferem de quem compra, neste sentido o Outro é compreendido pela ótica capitalista de um sistema que tem como lógica uma estrutura econômica de incentivo a circulação do capital mesmo em situações nas quais o capital por si só pode não solucionar de forma assertiva as questões sociais, desta forma, aquele que não compra é o mesmo que de modo geral compõe determinados grupos sociais que são excluídos do convívio urbano.

Dito isto, pensamos a respeito desta lógica de segregação enquanto resultado de um fenômeno que, para Ferreira (2019), pode ser refletido a partir das novas territorialidades

criadas quando, por intermédio de ações governamentais, ocorreram a realocação de pessoas em residências de um conjunto habitacional como tentativa de solucionar os problemas habitacionais destes sujeitos, sem considerar as questões de sociabilidade.

Ressaltamos que nesta organização da estrutura social, o Estado viabilizaria o equilíbrio dessas desigualdades, a fim de favorecer o mais próximo possível de uma organização espacial igualitária no sentido material e simbólico. Por assim dizer, as ações do poder público estariam voltadas para intervenções facilitadoras do atendimento das camadas mais vulneráveis socialmente, através de, por exemplo, programas que resultassem em mudanças significativamente positivas para aqueles que por elas demandassem. Entretanto, observamos não ocorrer desta forma, como é o caso do programa habitacional Morar Feliz.

No estudo realizado por Ferreira (2019), conclui-se que ocorre durante a ocupação das residências do programa *Morar Feliz* a criação de territorialidades; pois, ao emergirem nos espaços periféricos, os moradores são colocados em relações verticalizadas que promovem diversas manifestações de discriminação a partir dos estigmas a eles atribuídos.

A sociabilidade desconsiderada em ações governamentais tendem reforçar o sistema simbólico de estigmatização dos sujeitos desta relação verticalizada, e com isso favorecer a produção de novas periferias que trazem consigo a caracterização destes sujeitos como “morador da favela”, associando seus comportamentos e temperamentos ao estigma de favelado, fato que demonstra ter sido interiorizado pelos próprios vizinhos do conjunto habitacional.

Cabe mencionar, que os estigmas são aqui compreendidos como atributos com significados criados socialmente e aplicados de maneira pejorativa sobre determinado sujeito ou grupo social.

Sobre o estigma, recorremos a Goffman (1988, p. 15) que esclarece o fato de que “[...] construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa [...]”.

Ressaltamos ainda que, para Goffman (1988), a sociedade reconhece os estigmatizados como sujeitos de uma categoria inferior, por não possuírem atributos desejáveis pelo padrão sociocultural; desta forma o desvio não é reconhecido como simples quebra de uma regra, mas a ruptura com o padrão estabelecido como referência social.

Os estigmas que, por vezes são reconhecidos entre os moradores do conjunto habitacional, são os mesmos que pareceram gerar o discurso incisivo com relação a diferença entre as suas próprias casas e o resto do bairro.

A dinâmica dos moradores do bairro evidenciou não somente a estigmatização sofrida por aqueles que residem no conjunto habitacional do programa *Morar Feliz*, mas sinalizou também o fardo de quem não teve alternativas para escolher ao menos o bairro de sua nova residência.

Sobre o assunto do parágrafo anterior, Viana (2018) reflete a respeito desta população da periferia da cidade, que aceitou ocupar estes espaços por não ter “como residirem em outras áreas da cidade. Sendo ainda, que este espaço foi escolhido pelo próprio poder público” (2018, p. 41).

Apesar desta perspectiva ter sido mais perversa, no sentido de uma imposição do estado na figura do programa municipal, este fenômeno sugere uma ponte reflexiva sobre como os demais moradores do bairro realizaram a escolha por suas moradias naquele local.

Ao começarmos a falar de forma mais específica sobre o bairro, os participantes relataram ausência de atrativos de entretenimento, além de alguns fatores estruturais do bairro que parecem ter sido motivos para a demonstração de insatisfação em ter que morar no Novo Jockey.

Como percebido, algumas declarações apontaram para uma escolha do Novo Jockey a partir da ausência de alternativa viável, considerando as realidades socioeconômicas destes sujeitos e o arrependimento a partir de suas experiências no bairro. Os moradores apresentaram falas como as destacadas a seguir:

Vim pra cá de surpresa, eu e meu esposo íamos sair do aluguel e eu já tinha negado 3 bairros, carvão, penha... aí meu marido comprou um terreno aqui e construiu, só fui saber quando tava a casa pronta, mas se não fosse isso eu não viria, tinha nada, maior escuridão. Não tinha asfalto, tudo lama! Não sei por que ele escolheu aqui. Hoje ele é falecido e viemos pra cá já faz uns 30, 32 anos. Agora não tenho condições de sair, mas não gosto, melhorou muito, muito mesmo, o povo reclama sem saber como era antes, mas ainda faltam algumas coisas. Ônibus é horrível, Uber as vezes nem entra aqui, fora que não tem postinho. (Miriam, residente de casa em rua pública, janeiro de 2022).

Não tem nada aqui para os jovens, por isso eles entram nas coisas ruins, mataram meu filho aqui! E cada prefeito é pior que o outro. Presidente tudo igual, não faz nada, aqui não tem uma quadra de esporte! Eles só ficam na baixada, só faz coisas para lá. Novo Jockey ninguém conhece, lugar de comunidade o povo tem preconceito e nem entra, o próprio prefeito. Eu não tinha que ter entrado também, mas foi o que aconteceu comigo né, por pressão do meu irmão e da minha mãe que sabiam do valor das casas fora, eu aceitei vir pra cá e agora não consigo sair. (Carmen, residente do conjunto habitacional, junho de 2022).

Casei e tava com pouco dinheiro, pesquisei bastante e aqui tava com bom preço, aí eu vim para cá, mas ninguém que mora em comunidade é feliz. O valor das casinhas tava melhor quer dizer, melhor tava aqui e no aeroporto. Rodei tudo antes de

comprar essa aqui. O povo falava que era menos perigoso. Agora tá assim, não tem nada aqui, só exemplo ruim pros meus filhos. Quero muito sair, mas infelizmente não temos condições, nem eu nem minha esposa. (Leonardo, residente do conjunto habitacional, agosto de 2022).

Minha mãe comprou aqui porque tava mais em conta, tava começando a construir aí eu vim para cá e tô presa nesse lugar, e pra ser bem sincera, pode anotar a, a parte do bairro que eu mais gosto é o Parque Leopoldina, sério, não tem nada aqui de bom, Parque Leopoldina era o bairro que eu morava. Não tem nada nesse bairro aqui. Tá tudo acabado não tem nada. Nunca vi. (Elaine, residente de casa em rua pública, outubro de 2021).

Os moradores foram incisivos ao descreverem a ausência da oferta dos serviços essenciais, buscados em outros espaços da cidade. Sobre este assunto, Coutinho (2017) apresenta reflexões que apontam para a implementação dos planos urbanísticos da cidade de Campos dos Goytacazes sem ações concretas nas áreas periféricas. Para o autor, a ausência de intervenções pública é reconhecida como uma forma de contribuição para a manutenção do modelo heterogêneo que promove a dualidade centro *versus* periferia.

De forma geral, os moradores do condomínio fechado também alegaram a influência do valor no momento de decidirem a compra ou aluguel do imóvel que, somados ao discurso de segurança propagado pelo setor imobiliário, reforçaram a decisão pelo endereço.

É um bairro em crescimento né, eu já morava no bairro vizinho, até resisti no início em vir para o Novo Jockey, mas pela casa ser em um condomínio eu acabei comprando, escolhi aqui pela segurança do condomínio, tem o lado negativo que é o descaso da prefeitura com o bairro, que mesmo em crescimento ainda não temos saneamento básico, por exemplo, (residente do condomínio fechado, dezembro de 2021)

Escolhi o condomínio fechado por passar mais segurança e tranquilidade, no bairro não tem nada de lazer e penso em sair por conta da distância do centro da cidade, mas gosto do condomínio, é bem tranquilo e cabe no orçamento (risos) (residente do condomínio fechado, maio de 2022).

Vimos para condomínio do bairro pelo valor, que é um dos mais baratos da cidade, aqui e em Guarus também, acredito que por conta de ser perto das casinhas e o pessoal tem medo, mas é tranquilo, fico mais em casa mesmo, tem piscina, churrasqueira... fora que não tive problemas com o condomínio, só que sem carro você não faz nada (residente do condomínio fechado, outubro de 2021).

Entretanto, mesmo confiantes ao relatarem sobre suas escolhas, foi possível observar que os condôminos se demonstraram, ainda que sutilmente, insatisfeitos com o local devido à infraestrutura do bairro que parece não afetar tanto suas realidades, pois os mesmos encontram o atendimento de suas necessidades na própria estrutura física do condomínio fechado; além disso, estes moradores possuem maior possibilidade de acesso ao centro da

cidade, seja por questões de mobilidade a partir de transportes pessoais, ou suas rotinas de trabalhos que não ocorrem dentro do bairro.

A periferia, que por muito tempo foi ocupada exclusivamente por pessoas pobres, teve sua estrutura parcialmente modificada e suas dinâmicas mais diversificadas em relação ao usufruto do bairro, a partir do momento em que seu solo foi ocupado também pela classe média (VIANA, 2018).

A infraestrutura precária do recorte espacial de análise apontou para constatação de que esta periferia fragmentada pode ser analisada com referência aos espaços comuns do sistema capitalista; de valorização da terra a partir dos interesses econômicos e não, necessariamente, a qualidade de vida daqueles que fazem parte da mão de obra e não detêm o lucro do capital privado.

Sobre este aspecto, é possível problematizar o fato de que esta fragmentação da cidade, com ênfase na fragmentação da própria periferia, aponta para sua relação direta com o mercado imobiliário, que não ocorre em detrimento à presença das ações (ou omissões) do poder público reforçador da manutenção da precariedade apresentada pela infraestrutura de um bairro. Acerca desta questão, podemos entender que:

[...] não há ingenuidade em interpretar a ação do Poder Público, que segundo nossa herança patrimonialista tende a agir conforme os interesses de uma minoria que detêm recursos financeiros e poder, agindo assim de forma parcial, balizando suas ações nestes preceitos (COUTINHO, 2017, p. 47).

A respeito da negligência do bairro, que interfere diretamente na vida dos moradores e as reflexões sobre a ausência de vínculos significativos entre os residentes das diferentes tipologias residenciais do Novo Jockey, questionamos a apropriação destes moradores sobre o direito a cidade.

Entendemos que, para além da ação governamental de realocação destas famílias, ou da estigmatização sofrida pelos moradores do conjunto habitacional e do impacto ocorrido no bairro com a reorganização do mesmo, a partir de sua diversidade em tipologias habitacionais, existem outros pontos também enraizados neste espaço, que interferem nas questões voltadas para o sentimento de pertencimento ao bairro.

Diante do exposto, considerando que o fenômeno do direito à cidade está relacionado ao modo como os ocupantes de determinado território relacionam-se com o mesmo, abordaremos no próximo capítulo algumas reflexões a respeito da teoria do direito à cidade, bem como algumas reflexões sobre sua aplicabilidade no espaço social analisado nesta pesquisa.

Quando as relações que permeiam o território possuem embasamento em representações depreciativas, que estão frequentemente relacionadas à determinadas diversidades sociais, podemos pensar sobre o distanciamento dos sujeitos destas relações ao acesso a alguns direitos fundamentais de um cidadão, entre eles, o direito à cidade.

As Representações Sociais presentes no imaginário social podem agregar ou distanciar a noção de cidadania e os direitos que dela resultam, como o Direito à Cidade. O Direito à Cidade é reconhecido aqui como o direito que vai além do acesso aos equipamentos urbanos, pois, ele permite a recriação de Si através da transformação do espaço de convivência e relação social, “além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar” (HARVEY, 2012, p. 74).

As Representações Sociais presentes no imaginário social podem agregar ou distanciar a noção de cidadania e os direitos que dela resultam, como o Direito à Cidade. O Direito à Cidade é reconhecido aqui como o direito que vai além do acesso aos equipamentos urbanos, pois, ele permite a recriação de Si através da transformação do espaço de convivência e relação social, “além disso, é um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar” (HARVEY, 2012, p. 74).

A cidade, enquanto produto e produtora das dinâmicas estruturais da sociedade, é um local onde diversas relações sociais possuem o poder de criar e recriar o espaço compartilhado. Entretanto, quando permeada por conflitos entre os sujeitos, as relações podem gerar disputas e reiterar processos de desigualdade e estigmatização presentes em conflitos históricos de apropriação do território.

3.4- APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES CONSTRUÍDAS NO BAIRRO NOVO JOCKEY

Ocorre que, como mencionado nos capítulos anteriores, um marco na constituição do bairro aconteceu em um período de governança política com forte apelo ao discurso de eliminação das desigualdades sociais, naquele período foram criados alguns programas municipais de assistência social, entre eles, o programa de habitação municipal Morar Feliz, que trouxe consigo aspectos específicos inseridos no processo de disseminação das representações sociais entre os moradores do bairro.

Sobre o assunto, é possível enfatizar que famílias selecionadas para residirem no conjunto habitacional saíram de diferentes locais da cidade e com isso foram afastadas de seus parentes e vizinhos para habitarem no novo endereço, geralmente localizado distante de suas residências anteriores (PINHEIRO, 2015).

Por esta perspectiva, consideramos que as relações permeadas pelo aspecto do desconhecido entre moradores de um conjunto habitacional, que não obtiveram a validação de suas escolhas por locais de moradia, como apontado no capítulo da história da cidade, são intensificadas pela convivência entre estes e aqueles que já residiam no bairro, sobretudo, em um bairro que apresenta diversificação nas configurações habitacionais que apontam para diferenças sócio-históricas, como ocorre no Novo Jockey.

Refletimos então sobre a questão relacional de uma vizinhança diversificada que está estritamente associada à forma como os sujeitos percebem a si e ao outro, no contexto de interação e conseqüentemente criação do espaço social.

A partir de análises sobre a realidade construída no bairro Novo Jockey, através das relações entre os residentes com sua vizinhança local e com o próprio bairro, temos como proposta deste tópico o fundamento descritivo de aspectos inerentes a experiências vivenciadas no bairro Novo Jockey.

Para o desenvolvimento da presente fração desta dissertação, recorreremos a constatação de que os residentes do bairro Novo Jockey demandam por uma infraestrutura local que atenda algumas de suas necessidades; por esta perspectiva, ressalta-se que um dos marcos na constituição do bairro surgiu a partir da verificação de que determinada parcela da sociedade campista residiam em locais de vulnerabilidade geológica, fato que levou a prefeitura a instaurar em alguns bairros o conjunto habitacional do programa *Morar Feliz*.

Sobre o contexto anteriormente citado, Arruda (2014) nos auxilia na reflexão acerca do conjunto habitacional que foi construído para as camadas populares, das quais já vivenciavam situações de segregação e reafirmaram o processo de marginalização, no sentido de serem mantidos distantes da área central, em moradias construídas às margens da cidade.

Por esta perspectiva, ao conceder uma habitação em um conjunto habitacional, não está sendo conferido, necessariamente, ao atendimento das demandas de um cidadão, que como consta no capítulo anterior, passou a ocupar um espaço criado por ações governamentais que tendem a reforçar a lógica da dualidade centro versus periferia,

[...] em síntese, ao produzir o espaço residencial urbano, o Estado possui uma ação direta sobre a expansão da cidade e da (re)produção da segregação. A ênfase sobre o habitar está diretamente relacionada à problemática espacial, dado que a noção de espaço é híbrida e simbólica. Nesse caso, corresponde à sociabilidade e à produção da mesma (FERREIRA, 2019, p. 18).

Algumas colocações dos residentes do conjunto habitacional Novo Jockey podem ser refletidas a partir desta constatação de que a oferta da casa por si só não trouxe os benefícios desejáveis; quando ocorre mudança de endereço, alguns aspectos tendem a ser importante para o atendimento das necessidades de um cidadão, como por exemplo:

Dentro das casinhas tinha um espaço vazio, dava para a prefeitura construir algo, um posto, a gente precisa de um... Mas desde que criou as casinhas não fizeram nada, aí tem mais ou menos um ano que o povo invadiu, mas eles não são donos né, construíram casas lá, mas não são donos. Quero ver se a prefeitura entrar, mas se quisesse fazer algo já teve tempo, agora à gente fica assim (residente do conjunto habitacional, junho de 2022).

Não tem nada nesse novo Jockey. Tem que fazer muita coisa aqui, pelo menos um posto médico, uma quadra pras crianças jogar (residente do conjunto habitacional, julho de 2022).

Precisa melhorar muita coisa! Não tem ônibus, é horrível! Se eu não tiver um carro não consigo fazer nada aqui. Ficaria tudo bem se o todo do lugar ficou bem, sabe! Nem a polícia tá do nosso lado. A polícia defende quem não tem direito (residente do conjunto habitacional, janeiro de 2022).

Os relatos supracitados evidenciam que a garantia do direito à moradia estabelecida pelo programa habitacional distanciou-se da garantia do usufruto justo de uma infraestrutura urbana, sobretudo, no que diz respeito ao fato do Novo Jockey ser um bairro periférico. Torna-se interessante observar que os moradores demonstram ter consciência de seus direitos sociais. Esta questão se complexifica ao iniciarmos a problematização da real possibilidade de alcance destes moradores a amplitude do direito à cidade, considerando a marginalização (no sentido literal de estar à margem) destes espaços. Para Arruda (2014):

A lógica imposta pelo Programa Morar Feliz tem repetido o erro já demonstrado em inúmeros outros assentamentos de populações de baixa renda construídos pelo país: a construção de conjuntos habitacionais em locais distantes dos centros urbanos, em bairros já segregados socialmente e espacialmente, quase sempre marcados pela carência de serviços e equipamentos urbanos. A segregação é o resultado de processos heterogêneos, separando grupos sociais e os concentrando em determinados espaços geográficos específicos – fazendo com que a população destes espaços acabe por ser excluída da vida urbana, estigmatizada tal qual quando residia em áreas faveladas, em última análise (2014, p. 227).

O fenômeno do direito à cidade compreendido como algo que está interligado a inserção efetiva da justiça social em um espaço urbano, gera-nos inquietações sobre esta localização do conjunto habitacional na periferia, através de uma forma de organização

espacial que interfere diretamente em inúmeros fatores, como o da mobilidade social em meio urbano.

A mobilidade social de residentes do Morar Feliz Novo Jockey se expressa na precariedade do transporte público, sendo este necessário para que os moradores transitem entre o bairro e o centro da cidade, que possui uma distância considerável e oferecem melhores oportunidades de atendimentos em algumas demandas sociais. O desmazelo sofrido pelo uso dos meios de transporte público, somado à ausência de espaços lazer e saúde (ARRUDA, 2014; PINHEIRO, 2015), reforçam a constatação de que nem ao menos o atendimento aos direitos sociais básicos foi levado em consideração durante a criação do programa habitacional.

Desta forma, evidenciamos também pela observação direta do conjunto habitacional do Novo Jockey, que o mesmo foi implementado sem o acesso a uma infraestrutura mínima que atenda sua população, tornando-se esta realidade mais complexa a partir da dificuldade na mobilidade dos moradores, distanciando ainda mais esta parcela da população campista ao usufruto da cidade como um todo, sobretudo, ao centro da cidade.

Utilizando da contribuição teórica de Alves (2016), ressaltamos que as políticas de construção de um conjunto habitacional podem ser relacionadas à “subúrbios programados” (p. 11) construídos em áreas não desejadas pelo capital, ou seja, na periferia das cidades.

Para Viana (2018), estes fatos seriam evidências de uma ação consciente do governo, ou seja, uma estratégia do próprio Estado associado a alguns grupos, como os agentes imobiliários e, a partir de então, “edificar esses conjuntos habitacionais na periferia para privilegiar os vazios urbanos da cidade localizados geralmente em áreas privilegiadas” (2018, p. 148). Para a autora, o intuito seria de resguardar a centralidade urbana para os investimentos privados, gerando novamente a manutenção dos processos de exclusão socioespacial.

Um fenômeno ressaltado neste contexto é o fato de que, mesmo sendo um bairro periférico e recebendo ações governamentais direcionadas a conservação dos aspectos de uma periferia, o Novo Jockey também está inserido na lógica da especulação imobiliária. O bairro em questão não recebeu apenas sujeitos que fazem parte de uma fração social estigmatizada e constantemente segregada, porém, também obtém investimentos privados de imobiliárias que constroem condomínios fechados no local e, sobre esta realidade, consideramos ainda o fato de no ano de 2022 o bairro estava adquirindo uma nova construção desta tipologia habitacional.

A constatação do parágrafo anterior caracteriza algumas questões, como as injustas possibilidades de acesso que se manifestam, sobretudo, na mobilidade social. Apesar dos moradores do condomínio fechado também retratarem a precariedade do bairro, os mesmos não demonstraram insatisfação com as ferramentas disponíveis na cidade como um todo para o atendimento das suas necessidades sociais; isto é, devido à ausência da demanda desta parcela do bairro no uso do transporte público, visto que, de acordo com a coleta de dados no campo de pesquisa, os condôminos não utilizam o transporte público, como evidenciado pela seguinte fala:

O povo do condomínio que nem anda de ônibus. Conheço todo mundo que pega ônibus aqui, tô sempre pegando e nem vejo esse povo (residente do conjunto habitacional, Junho de 2021).

Esta fala, que em outros momentos também foi trazida por alguns moradores de outras configurações residenciais, apontam para reafirmação das diferenças sociais, mesmo em um bairro periférico que também é um produto da atual lógica capitalista identificada, por exemplo, no marketing comercial.

De forma geral, considerando as pontuações de Harvey (2012), o espaço social urbano é, desde seus primórdios, um espaço caracterizado pelas questões de classe e concentração de capital; sendo assim, refletimos sobre este fenômeno na manifestação de absorções do capital a partir da especulação imobiliária.

Sobre a constatação anterior, Manhães e Arruda (2017) descrevem que ao analisarem “[...] as propagandas imobiliárias podemos observar o estilo de vida que é criado para classe média e alta e os elementos que constituem os padrões de diferenciação social em vigor na sociedade atual” (2017, p. 24).

Dito isto, evidenciamos ainda que a temática envolvendo as diferenciações sociais, diante da diversidade de tipologias habitacionais, está interligada também aos aspectos de suas sociabilidades.

Não apenas a negligência do poder público referente à infraestrutura física do bairro deve ser questionada, pois, aspectos inerentes à sociabilidade de residentes de um bairro periférico que recebe edificações do conjunto habitacional e do condomínio fechado pode interferir negativamente nos modos de interações do local, por contribuir “[...] para o aprofundamento de uma forma espacial fragmentada que segrega e muda as formas de socialização, agravando assim a dinâmica do bairro, num processo que se retroalimenta” (COUTINHO, 2017, p. 47).

Quanto à sociabilidade dos residentes do bairro Novo Jockey, observou-se a ausência de vínculos afetivos entre os moradores de tipologias residenciais diferentes, isto é, de acordo

com a análise do que foi possível testemunhar através da dinâmica do bairro e dos relatos dos participantes da pesquisa.

Os moradores do condomínio fechado demonstraram a presença de relações amistosas com seus vizinhos condôminos como, por exemplo, quando relataram momentos de encontros interação e na área de lazer do condomínio. Cabe ressaltar que os mesmos não apresentaram vivências de vinculação afetiva aos demais moradores do bairro.

A sociabilidade entre os residentes do conjunto habitacional, instaurado pelo programa *Morar Feliz*, também parece restrita aos vizinhos de dentro do próprio conjunto; apesar desta parcela específica de residentes do novo Jockey demonstrar de forma demasiada algumas falas estigmatizantes sobre o a vizinhança do conjunto habitacional, bem como relatos de ausência de interações com os moradores do condomínio fechado e as relações não serem caracterizadas pela afetividade com os residentes das casas em rua pública.

De forma semelhante, os moradores que edificaram suas casas em rua pública também expuseram suas afinidades em frequentar bares e lanchonetes com seus vizinhos de mesma tipologia habitacional, bem como recebê-los em suas residências. Como pontuado anteriormente, esses mesmos moradores reafirmaram a ausência de relações entre àqueles que residem nos condomínios fechados e o restante do bairro.

Um fenômeno que se ressaltou durante a análise da pesquisa consiste na possibilidade da associação na relação entre “estabelecidos” e “outsiders”, descrito por Elias e Scotson (2000) e destes moradores das casas em rua pública e àqueles que chegaram depois no bairro, sobretudo, quando estes fazem parte de um conjunto habitacional carregado de conceitos pejorativos disseminados socialmente.

Elias e Scotson (2000), ao analisarem a relação entre diferentes grupos de uma mesma comunidade utilizam o termo de “hierarquia classificatória”, que aponta para a ausência de vínculos amistosos entre moradores que marcam diferentes aspectos da história de um mesmo local.

Na hierarquia classificatória ocorre a existência da percepção dos denominados “estabelecidos”, sendo estes os residentes que moram na localidade há gerações, a respeito si como superiores aos que chegam posteriormente para residir no local, chamados de “outsiders”. Posteriormente, os últimos passam também a “se ver” como inferiores (ELIAS E SCOTSON, 2000).

Podemos pensar sobre a hierarquia classificatória através da associação direta à estigmatização sofrida pelos moradores do conjunto habitacional, que foi exposta pelos primeiros residentes do bairro, bem como pelos próprios residentes do conjunto habitacional.

Reflexões sobre o que foi constatado nos contextos descrito pelos parágrafos anteriores, sugerem-nos uma problemática que interfere de forma direta na efetivação do direito à cidade, isto é, as formas fragmentadas de relações sociais estabelecidas no bairro Novo Jockey, reforçam a segregação existente nesta periferia e distancia o assertivo atendimento às necessidades de seus residentes.

Para Arruda (2014), esta relação geralmente é permeada por disputas que envolvem o jogo de poder característico do sistema capitalista, sendo esta uma realidade que reforça o distanciamento entre os cidadãos e o direito à cidade.

Sobre o assunto, Lefebvre (2006) discorre no tocante ao direito à cidade de modo a expor, categoricamente, que todos aqueles que fazem parte da cidade devem usufruir da mesma de forma justa; entretanto, este usufruto não irá se concretizar apenas por respaldos legais documentados oficialmente; faz-se necessária a manifestação prática dos cidadãos em sua coletividade contra as contradições e segregações comumente encontradas nas relações de poder.

Manifestações contra processos de segregação espacial no bairro Novo Jockey, tendem não ocorrer justamente pela ausência de alianças entre os residentes do local, fato que limita a sistematização e reivindicação quanto ao direito à cidade de sujeitos que alimentam a manutenção da fragmentação social.

Há de se ressaltar ainda que a complexidade da temática aumenta ao identificarmos afirmações dos moradores sobre a falta de condições de investirem em uma nova edificação residencial, em um bairro que realmente atenda suas necessidades, não havendo relatos envolvendo o desejo de uma mudança para a coletividade do bairro.

Compreende-se que a ausência de um sentimento de coletividade relacionado ao pertencimento mútuo ao bairro torna distante a efetivação do direito à cidade, tornando o contexto mais complexo ao depararmos-nos com a exposição de moradores sobre o pesar em não possuírem condições de investirem em uma nova residência em um bairro que realmente atenda suas necessidades, demonstrando com isso a ausência de relatos significativos a respeito do desejo de mudança para a coletividade do bairro Novo Jockey.

Cabe ainda evidenciar que o bairro Novo Jockey possui uma organização de determinado grupo de moradores reivindicando melhorias quanto à infraestrutura do bairro; entretanto, esta organização de moradores não foi espontaneamente encontrada durante o período de pesquisa no campo; constata-se ainda o fato de que entre os participantes da pesquisa, que não moram nos condomínios fechados, apenas uma participante relatou saber da existência e objetivo deste grupo denominado “S.O.S Novo Jockey”.

Os moradores do condomínio fechado que participaram da pesquisa e afirmaram saber da existência do “S.O.S Novo Jockey” e demonstraram pouco conhecimento sobre esta associação, relatando apenas sobre a atuação da associação em redes sociais.

O que chamou a atenção é que, apesar da inegável importância destas formas de organização social em prol da melhoria do local que vivem, a falta de engajamento e apoio dos moradores do bairro parece tornar fragmentada e fragilizada as estratégias deste grupo, principalmente pela desinformação dos demais residentes a respeito deste movimento entre os residentes do bairro.

Diante do exposto, podemos refletir a respeito dos impactos espaciais e sociais gerados pela precariedade do bairro e somados a ausência de sociabilidade entre os residentes das diferentes tipologias habitacionais, que tende a resultar na conservação de espaços fragmentados e distantes da promoção da justiça social.

A ausência de uma consciência construída coletivamente a respeito das relações com o bairro e com a vizinha apontou para a fragmentação do território, apresentado por uma perspectiva dualista entre Si e o Outro, distanciando de forma perversa os moradores do bairro do direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um fato a ser inicialmente mencionado, para estas pontuações finais, corresponde a retomada ao objetivo principal da pesquisa que está pautado na aproximação e análise das representações sociais construídas por residentes do bairro Novo Jockey, representações estas que, através das circunstâncias vivenciadas na coleta de dados, direcionou-nos à constatação de que o modo como os residentes do local compreendem a Si e ao Outro está atrelado à forma como estes mesmo sujeitos percebem o próprio espaço social construído no bairro.

A partir das experiências e análises, consideramos que nossa hipótese inicial não foi constatada, isto é, identificamos que as vivências cotidianas entre os moradores persistem como um fenômeno de manutenção dos processos discriminatórios pautados em representações pejorativas a respeito do Outro, sendo este outro aquele que se difere em sua tipologia habitacional, mesmo em situações que os perfis socioeconômicos não apresentam diferenças significativas e, por vezes, apresentam semelhanças registradas até mesmo na estrutura física das casas que possuem diferentes nomeações residenciais.

Sobre o fato anteriormente elencado, retomamos a constatação de que as representações que fundamentam o distanciamento entre moradores estão presentes não apenas quando construídas e compartilhadas sobre aqueles que moram no conjunto habitacional, entretanto, sobre os moradores do condomínio fechado que ocupam o bairro a partir de uma autossegregação que estimula as representações pejorativas.

As observações das relações construídas no Novo Jockey favoreceram a identificação da significativa fragmentação do bairro, fato que não ocorre apenas pelas diferenciações objetivas das tipologias residenciais, entretanto, e, principalmente, pelo significado resultante e atrelado a esta diversidade habitacional que está associada, na presente análise, a manutenção de relações pautadas em hierarquias sociais estabelecidas pela lógica do consumo capitalista, pela qual aqueles que compram se diferem categóricamente e simbolicamente daqueles que são assistidos pelo governo.

Desta forma, reconhecemos que este espaço social urbano, caracterizado pela divisão de classe e suas conseqüentes desigualdades, tende a condicionar o bairro à lógica do acúmulo de capital; neste sentido, consideramos o fato dos moradores dos condomínios fechados serem, teoricamente, os detentores de maior poder aquisitivo que residem no bairro e, dentro deste raciocínio, as suas diferenciações os colocam no topo de relações verticalizadas pautadas no consumismo como expressão de poder, que asseguram a estes sujeitos posições privilegiadas de acesso à cidade como um todo.

A respeito dos moradores do conjunto habitacional, consideramos relevante apontar que, durante a observação participante, foram constatadas realidades outrora já identificadas por pesquisas anteriores, sendo estas referentes à carência de ações governamentais que durante a realização de programas de habitação buscam atender apenas questões quanto aos serviços básicos, como de saúde e segurança que no novo Jockey continuam ausentes, corroborando assim para uma urbanização excludente, sobretudo, quando estes sujeitos possuem redução nas suas possibilidades de mobilidade urbana, como constatado pela ausência de transporte público que atenda o quantitativo populacional.

A negligência sofrida pelo transporte público, somada ao exclusivismo de classe apontada quando determinados moradores relataram a dificuldade de sair das áreas periféricas devido sua classe social, levou-nos a considerar que a representação social sobre Si dos moradores do bairro de menor poder aquisitivo está determinada pela imagem social do sujeito que está fadado a não ter condições de alterar sua própria realidade, sendo esta uma representação condizente com o modelo de organização econômica promotor da manutenção de organizações sociais excludentes e discriminatórias. Quanto aos moradores do condomínio fechado, observamos não ter sido apresentada representação pejorativa sobre Si mesmo, mesmo enquanto sujeitos residentes de uma periferia.

Diante disto, ressaltamos o lamentável encontro entre a negligência do poder público com determinados grupos sociais e a interiorização destes últimos numa posição interiorizada de incapacidade de mudar seu próprio espaço social, que foi percebida como resultante de um percurso histórico que mantém a periferia como não passível de investimentos sociais e pessoais, ocorrendo assim à tendência em retroalimentar a marginalização simbólica e estrutural destes sujeitos, isto é, a constante segregação dos mesmos.

Verificamos que as representações respaldadas em conceitos pejorativos sobre o Outro estão estritamente relacionadas com o fenômeno do direito à cidade dentro deste espaço reconhecido como uma periferia. Para além das relações construídas no bairro, sua história apontou para empecilhos enraizados socialmente, que somados a ausência de ressignificação das sociabilidades, distanciam estes moradores do alcance assertivo do direito a cidade.

Consideramos, ainda, as pertinentes narrações dos moradores das casas em rua pública que participaram da pesquisa e, apesar de alguns destes reconhecerem as melhorias do bairro, não demonstram satisfeitos com o mesmo e com a vizinhança de tipologias habitacionais diferentes, sobretudo, quando apontam para possíveis superioridades dos moradores dos condomínios fechados e inferioridades daqueles que residem em um conjunto habitacional, que são associadas a características da personalidade destas pessoas.

A hierarquia das relações sociais, demonstradas pelas representações sociais que moradores das casas em rua pública possuem a respeito de sua vizinhança de tipologias residenciais diferentes, reforça a consideração anterior sobre as hierarquias sociais organizadas pela lógica de consumo do capitalismo.

Não estamos aqui nos baseando em uma hipótese utópica de que poderia não existir diferenciações significativas entre as representações de diferentes sujeitos da pesquisa, considerando seus diferentes modos de residir e sua história; porém, cabe reforçar a consideração do quanto às fragmentações que estão para além dos aspectos concretos presentes nesse espaço periférico influenciam o modo como estes sujeitos percebem os próprios fragmentos do espaço social construído no bairro Novo Jockey.

Estes enclaves sociais tendem reforçar a ausência de vínculos entre os moradores do Novo Jockey em suas diferentes categorias residenciais e, a partir de então, impedir a consolidação de um sentimento de pertencimento ao próprio bairro, que deixa de ser “meu” para ser apenas o local que moro “por falta de oportunidade”; neste sentido, o almejo por mudança e melhoria do espaço social é substituído pelo desejo iminente em desocupar o local que nunca foi pertencente a Si, apenas ao Outro, sendo este um Outro não relacionável.

Em síntese, evidenciamos que os moradores do Novo Jockey participantes da pesquisa percebem a Si e ao Outro de forma fragmentada a partir de suas diferenciações residenciais, conferindo a possibilidade de qualidade de vida apenas àqueles que possuem maior poder aquisitivo, e associando as diferenciações das características pessoais de sua vizinhança apenas à classe econômica de cada sujeito, fatos que promovem a perpetuação da segregação socioespacial.

Desta maneira, percebe-se que o resultado da pesquisa apontou para a ratificação das desigualdades (concretas e simbólicas) entre distintos grupos sociais, que neste caso residem em mesmo bairro e compartilham as representações discriminatórias respaldadas nas relações marginalizadas dentro do bairro e da cidade em comum.

REFERÊNCIAS

ALIPRANDI, Danielly Cozer. O sistema de espaços livres da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ: Carências e Potencialidades. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2017.

ALVARENGA, Flávia Ribeiro de; SIQUIERA, Antenor Maria da Mata. A segregação presente na cidade de Campos dos Goytacazes: As margens opostas do Rio Paraíba do Sul. Pós-Graduação em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2022. Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2019/12/A-segrega%C3%A7%C3%A3o-presente-na-cidade-de-Campos-dos-Goytacazes-As-margens-opostas-do-Rio-Para%C3%ADba-do-Sul.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

ALVES, Priscila Viana. Programa Morar Feliz: Entre Política Pública Habitacional E Segregação Socioespacial No Município De Campos Dos Goytacazes-RJ. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luís/MA, 2016.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. Política Habitacional e Direito à Cidade: a experiência do Programa “morar feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ. Tese de doutorado apresentada ao Programa Pós-Graduação em Sociologia Política, UENF/PGSP, 2014.

AZEVEDO, Sérgio de; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; ARRUDA de, Ana Paula Serpa Nogueira. Habitação Social e Segregação Espacial: Implicações do Programa Municipal “Morar Feliz” Em Campos dos Goytacazes, RJ. 37º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, 2013.

COLUCCI, Danielle Gregole; SOUTO, Marcus Magno Meira. Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. Geografias artigos científicos, 2011.

COSEAC, Universidade Federal Fluminense. Campos Dos Goytacazes, 2011. Disponível em: http://www.coseac.uff.br/cidades/campos_antiga.htm. Acesso em: 4 de setembro de 2022.

COUTINHO, Matheus Baptista de Souza. A Expansão dos Condomínios Residenciais em Campos dos Goytacazes: Uma Análise Do Bairro Novo Jockey. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes - Campos/RJ, 2017.

DAVID, Flávia Martins. O Impacto da Pandemia de Covid-19 em Pequenas e Médias Empresas no Rio de Janeiro. Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. FGV/EBAPE, 2021.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de Poder a partir de uma Pequena comunidade. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2000.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto; POHLMANN, Maria Alice de Oliveira. Dinâmica Socioespacial de Campos dos Goytacazes/RJ: o Programa Habitacional Morar Feliz e Expansão da Periferia - Anais ENANPUR, 2015. Disponível em: <http://www.anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1867>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

FERREIRA, Diogo da Cruz. “Nosso novo endereço, Morar Feliz”: os sentidos de habitar um conjunto habitacional popular em Campos dos Goytacazes. 2019. 233 fls. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ, 2019.

FUINI, Lucas Labigalini; FARIA, Alice Martins de; GOMES, Elaine Cristina Santos; MACHADO, Sérgio Almeida Pereira. Território, Territorialização E Territorialidade: O Uso Da Música Para A Compreensão De Conceitos Geográficos. II Congresso Nacional de Formação de Professores XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Ourindo/SP, 2014.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988. P. 11-156.

HAESBAERT, Rogério. "Território e multiterritorialidade. Um debate". GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007, pp. 19-45.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, 2012 Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18497>. Acesso em: 03/10/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados do Censo demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 23 de setembro de 2022.

JODELET, Denise (org). Representações sociais: um domínio em expansão. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La Production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Revista de Direito da Cidade, vol. 09, nº 4. ISSN 2317-7721 pp. 1815-1833 1833, 2006.

MANHÃES, Viviane Rangel Ribeiro; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. A expansão dos condomínios fechados: o caso de Campos dos Goytacazes, RJ. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/36733>. Acesso em: 31 de outubro de 2022.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em <http://books.scielo.org> . Acesso em: agosto de 2021.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: Investigação em Psicologia Social. 8ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MINAYO, Cecília (Org.). Pesquisa social - teoria, método e criatividade. Vozes, 2007

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Socioespacial: Alguns Conceitos e Análises. COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

NICOLA, Patrícia. A Zona Oeste do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social: Considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social [online]. 2021, v. 14, n. 03 [acessado 28 dezembro 2021], pp. 843-858. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/dilemas.v14n3.35682>>. Epub 08 nov. 2021. ISSN 2178-2792. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v14n3.35682>.

PERETZ, Henry. Métodos em Sociologia. Temas e Debates, 2000.

PINHEIRO, Ana Carla de Oliveira. A formação de novos territórios urbanos em Campos dos Goytacazes/ RJ: uma análise sobre a gestão da segurança pública e os padrões de sociabilidade constituídos nos conjuntos habitacionais do programa “Morar Feliz”. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG. 2015.

RODRIGUES, Artelete Moisés. Desigualdades Socioespaciais – a Luta Pelo Direito à Cidade. CIDADES, v. 4, n. 6, 2007.

SÉZÉRAT, Laurine. CONTESTAR APESAR DE SI, EM SI E PARA SI: o habitar frente à “revitalização” dos bairros centro-portuários. Rio de Janeiro e Marselha. Tese em regime de cotutela, apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Université Paris 8 (Paris 8). Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, Maria Carolina Albino. RAMOS, Tatiana Tramontani. O Processo de Ocupação nas/das Casas do Conjunto Habitacional Tapera III. XIX Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa, Paraíba. 2018.

SPINK, Mary Jane P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro. Vol. 9, nº 3, pp. 300-308, 1993.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. Novos estudos, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306056929_Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitual. Acesso em novembro de 2022

VIANA, Aline da Silva. PERIFERIA SEGREGADA: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS SÓCIO-ESPACIAIS NO JOCKEY CLUB. Dissertação de mestrado

apresentada ao Programa de Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas. Campos dos Goytacazes, 2018.

VILLAS BÔAS, L. P. S. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. Cadernos De Pesquisa, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200005>. Acesso em novembro de 2022.

VOGEL, ARNO, Vogel, Arno; MELLO, MARCO ANTONIO DA SILVA; MOLLICA, ORLANDO, Quando a rua vira casa, 4e ed.rev. e aum. Niteroi: EDUFF, 2017.

ZACCHI, Raquel Callegario. O Papel dos Proprietários Fundiários e do Estado no Processo de Conversão de Terras Rurais em Urbanas e na Produção de Loteamentos Fechados: Campos dos Goytacazes/RJ (1980-2011). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, UENF/PGSP. Campos dos Goytacazes, 2012.

ANEXOS

ANEXO 1- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação:

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Local do bairro onde mora:

Cotidiano no bairro

- 1- Há quanto tempo mora no bairro Novo Jockey?
- 2- O que significa o Novo Jockey para você?
- 3- Como é seu dia a dia no bairro?
- 4- Existe algum local no bairro que te faça sentir-se bem?
- 5- De modo geral, sente-se satisfeito(a) com o bairro?

Relações com a vizinhança

- 1- Quais moradores do bairro você considera seus vizinhos?
- 2- Como é sua relação com estes vizinhos?
- 3- Como você definiria *bons vizinhos*?
- 4- Como é sua relação com os demais moradores do bairro?

O novo Jockey durante a pandemia

- 1- Como foi/está sendo o período da pandemia para você?
- 2- Percebeu mudanças no bairro?

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa: “A REPRESENTAÇÃO DE SI E DO OUTRO: UM OLHAR SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE RESIDENTES DO BAIRRO NOVO JOCKEY”, sob a responsabilidade da pesquisadora: MYLENA GOMES FERNANDES, com o objetivo de compreender as Representações Sociais, de moradores das diferentes configurações residenciais do bairro novo Jockey, sobre Si, sobre o bairro e sobre os demais moradores.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam gerar subsídios para as reflexões, e contribuir com a comunidade científica na investigação do tema. Sua participação é voluntária e com sua permissão a entrevista será gravada, caso contrário, suas respostas serão transcritas com o decorrer da mesma. Ocorrendo as gravações, após a transcrição, as mesmas serão apagadas. Se depois de consentir sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisadora na Avenida Alberto Lamego, n.º 2000, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28.013-602, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro no prédio do Centro de Ciências do Homem, contatando a pesquisadora anteriormente pelo telefone : (022) 99995-5995.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ___/___/___.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____